

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ENSINO DE GEOGRAFIA E DIREITOS HUMANOS:
A FORÇA DEMOCRÁTICA DOS MOVIMENTOS NEGRO E LGBT

GABRIEL GONÇALVES ARANTES

UBERLÂNDIA-MG

2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**ENSINO DE GEOGRAFIA E DIREITOS HUMANOS:
A FORÇA DEMOCRÁTICA DOS MOVIMENTOS NEGRO E LGBT**

GABRIEL GONÇALVES ARANTES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Educação Geográfica e Representações Sociais

Orientador: Prof. Dr. Tulio Barbosa

UBERLÂNDIA-MG

2021

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

| | |
|--------------|---|
| A662 2021 | <p>Arantes, Gabriel Gonçalves, 1995- Ensino de Geografia e Direitos Humanos: A força democrática dos Movimentos Negro e LGBT [recurso eletrônico] / Gabriel Gonçalves Arantes. - 2021.</p> <p>Orientador: Túlio Barbosa. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Pós-graduação em Geografia. Modo de acesso: Internet. Disponível em: http://doi.org/10.14393/ufu.di.2021.708 Inclui bibliografia.</p> <p>1. Geografia. I. Barbosa, Túlio, 1979-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Geografia. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU: 910.1</p> |
|--------------|---|

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia
 Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1H, Sala 1H35 - Bairro Santa Monica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
 Telefone: (34) 3239-4381/3291-6304 - www.ppgeo.ig.ufu.br - posgeo@ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

| | | | | | |
|------------------------------------|--|-----------------|---------|-----------------------|---------|
| Programa de Pós-Graduação em: | GEOGRAFIA | | | | |
| Defesa de: | Dissertação de Mestrado Acadêmico; Número 514, PPGGEO | | | | |
| Data: | 22 de outubro de 2021 | Hora de início: | 14h:00m | Hora de encerramento: | 16h:30m |
| Matrícula do Discente: | 11912GEO006 | | | | |
| Nome do Discente: | GABRIEL GONÇALVES ARANTES | | | | |
| Título do Trabalho: | ENSINO DE GEOGRAFIA E DIREITOS HUMANOS: A FORÇA DEMOCRÁTICAS DOS MOVIMENTOS NEGRO E LGBT | | | | |
| Área de concentração: | DINÂMICAS TERRITORIAIS E ESTUDOS AMBIENTAIS | | | | |
| Linha de pesquisa: | EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS | | | | |
| Projeto de Pesquisa de vinculação: | | | | | |

Reuniu-se no Anfiteatro [On-line], Campus [Google Meet], da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em GEOGRAFIA, assim composta: Professores Doutores: Cilson Cesar Fabiani - UNIUBE/MG; Marcelo Cervo Chelotti - IG/UFU e Túlio Barbosa - IG/UFU orientador(a) do(a) candidato(a). Em função da Pandemia COVID-19, todos os membros participaram de forma on-line.

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Túlio Barbosa - IG/UFU, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovado(a).

Observação: A candidata deverá incorporar as observações dos Membros da Banca, para a versão final.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Cilson César Fagiani, Usuário Externo**, em 08/11/2021, às 10:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Cervo Chelotti, Usuário Externo**, em 09/11/2021, às 14:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Tulio Barbosa, Professor(a) do Magistério Superior**, em 12/11/2021, às 08:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3149036** e o código CRC **68CD5FF8**.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

Gabriel Gonçalves Arantes

**ENSINO DE GEOGRAFIA E DIREITOS HUMANOS:
A FORÇA DEMOCRÁTICA DOS MOVIMENTOS NEGRO E LGBT**

Prof. Dr. Tulio Barbosa (UFU)

Prof. Dr. Cilson Cesar Fagiani (UNIUBE)

Prof. Dr. Marcelo Cervo Chelotti (UFU)

Data: 19 de outubro de 2021.

Resultado: _____

DEDICATÓRIA

*Dedico essa dissertação a todos aqueles que acreditaram e sempre me incentivaram.
Em especial, meu pai Cláudio e minha mãe Ana Maria, por serem exemplos de amor e
apoio incondicional desde que me entendo por gente.*

AGRADECIMENTOS

Reservo esse espaço especial para dirigir meus agradecimentos particularmente a cada pessoa que me auxiliou nessa caminhada tortuosa, porém recompensatória.

Agradeço em primeiro lugar aos meus pais Ana Maria e Cláudio, que sempre despuseram do maior esforço possível para que a educação e o amor nunca faltasse em nosso lar. O apoio recebido durante esses dois anos de desenvolvimento da dissertação foram indispensáveis para manutenção da minha saúde mental. Meu pai jamais mediu esforços para apoiar seja psicologicamente, sentimentalmente, financeiramente qualquer membro da nossa família. Minha mãe sempre demonstrou garra e amor, principalmente para defender os filhos.

Agradecimentos sinceros ao meu orientador Tulio Barbosa, por sempre ter depositado tanta fé e confiança em mim e ao meu projeto. Tulio sempre demonstrou muita paciência e disposição para lidar comigo e meu comportamento por vezes, arredo. Serviu como uma luz guiadora e me mostrou ensinamentos preciosos que carregarei comigo pro resto da vida.

Agradeço também, ao meu nucleo familiar: meus avós, minha tia e minha prima. Meu avô Wilson, por sempre carregar o espírito do bom humor e da alegria, não vendo barreira alguma na tentativa de elevar os ânimos da família. Minha avó Maria Amélia, por sempre tentar manter a família unida em comunhão um com os outros. Minha prima Nayara e minha tia Gláucia, por serem companheiras e diversão garantida em qualquer momento, qualquer hora. Bom humor e alto astral é com elas mesmo. Meu irmão Vinícius, que apesar de ser mais reservado em seu canto, sempre demonstrou ser uma pessoa disponível para conversar e desabafar.

E os amigos?!? Ah, os amigos... O que seria da vida sem eles???? O ser humano é um ser sociável. Então, essa parte talvez se estenda demasiado, pois abençoado fui por sempre estar rodeado de bons amigos. Para minha boa, melhor e mais antiga amiga, Rafaela: meu obrigado por ser a pessoa mais companheira e apoiadora que alguém pode conhecer. Alguém que topa toda e qualquer aventura contigo e sempre está ali para te motivar a expandir seus horizontes. Ao meu melhor amigo Gabriel: meu obrigado por ser

meu irmão, não de sangue, mas de vínculo. Carregamos o mesmo nome e o mesmo sentimento um pelo outro! Você, amigo, foi imprescindível nas horas obscuras dessa dissertação. As diversões, descontrações, as viagens para Campinas, Foz, para cá, são todas inesquecíveis. Letícia: minha amiga há mais de dez anos. Cozinheira de mão cheia, divertida e amável. Não há quem não goste de sua presença e seu carisma. Sua família me acolheu como membro e não há lugar que eu me sinta mais confortável do que na casa dela. Vinicius Moro com sua risada inconfundível, seu humor ácido e certo que quem não conhece ficaria chocado, porém com um coração do tamanho do universo. Larisse: jamais poderia esquecer da minha companheira de Burger King, de falar horas e horas sobre carros e também por aguentar me ouvir falando sobre Drag Race e não demonstrar hora alguma tédio, risos! Lázara e Lidiane: amigas e companheiras desde a época da graduação em Geografia. Lázara e eu colamos um no outro desde o primeiro dia da graduação, no trote, especificamente dia vinte de maio de 2013. Já são oito anos de amizade. Lázara é aquela amiga que por mais que não falemos todo dia, sempre está lá para dar um apoio e uma palavra de conforto. Ao Mizael: meu companheiro de curso! Também graduado em geografia. Dividiu viagens, emoções, sentimentos comigo. Adora implicar comigo, mas no fundo, o amor é recíproco. Lidiane: meu exemplo, quem eu me espelho profissionalmente. Me deu aula na graduação, viramos amigos e também não desgrudamos mais. Extremamente dedicada e profissional. Leandra: Ah, Leandra! Minha amiga de laboratório, que acompanhou as primeiras palavras dessa dissertação, acompanhou nas disciplinas, dividiu almoços no Restaurante Universitário comigo. Divide também o signo comigo, sendo uma geminiana nata. Leandra é um exemplo inquestionável de força e dedicação. Mãe, esposa, estudante, trabalhadora. E é completamente dedicada e boa em tudo isso. Leandra, você é um espelho! Ao Breno: amizade recente, porém sinto como uma conexão antiga já. Companheiro nas horas de distração, jogando comigo e me divertindo. Breno é dono de bordões inesquecíveis. Ao Vinicius Leitão, agradeço por todo o amor e companheirismo que ele confia a mim. Ter a sua presença nesses últimos dois anos foi essencial para minha alegria. Obrigado por estar sempre comigo. Estarei sempre contigo também! Você sabe o quanto mudou de minha vida em um curto espaço de tempo. Sou eternamente grato!

Agradeço também a qualquer pessoa que tenha passado por minha vida e agregado algo, por menor que seja, que tenha colaborado com meu crescimento e maturidade.

RESUMO

Ensino de Geografia e Direitos Humanos: a força democrática dos movimentos negro e LGBT.

A presente dissertação tem como centralidade compreender os movimentos sociais de lutas no Brasil a partir das reivindicações dos direitos humanos promovidas pelos movimentos negro e LGBT. Essa compreensão está ligada diretamente não a história dos direitos humanos propriamente dito no Brasil, mas como essa postura de luta e de crítica ao estabelecido pela sociedade capitalista e organizado pelo Estado brasileiro tem profunda contribuição para a promoção da democracia também como direito humano. O presente trabalho parte da urgência em aproximar os movimentos negro e LGBT como diretivos e propositivos para a formação de espacialidades de lutas que promoveram historicamente a ampliação da democracia brasileira. A análise geográfica empreendida parte das questões do materialismo histórico-dialético fundando uma condição de reflexão a partir da compreensão dos processos históricos vinculados a opressão. O caminho teórico e metodológico centra as questões de raça e gênero pelo caminho da luta e não por uma construção histórica dos conceitos; assim, a luta é o ponto central desse trabalho e movimenta as condições para alcançar a liberdade pelo fim da opressão. É um trabalho que consolida uma temática ainda em movimento e direciona a responsabilidade de um país mais plural, igual, fraterno e ético a partir do compromisso coletivo com a ampliação permanente da democracia e, conseqüentemente, dos direitos humanos. As lutas dos movimentos negro e LGBT são apresentadas no tempo presente e dialogadas historicamente, deste modo, oportunizamos a fundamentação de uma Geografia Escolar que tenha como medida as lutas desses movimentos.

Palavras-chaves: Geografia Antirracista; Geografia Anti-Homofobia; Movimento Negro; Movimento LGBT; Ensino de Geografia.

ABSTRACT

Geography Teaching and Human Rights: the democratic strenght of the black and LGBT movements.

This dissertation is central to understanding the fight of social movements in Brazil from claims for human rights promoted by black and LGBT movements. This comprehension is directly linked not only to the history of human rights properly in Brasil, but how this fighting and critic stance against the established by the capitalist society and organized by the Brazilian State has deep contributions to the promotion of democracy as a human right. The present dissertation starts from the urgency in approaching the Black and LGBT movements as directive and propositional for the formation of spatialities of fights that promoted historically the ampliation of brazilian democracy. The undertaken geographical analysis starts from question of historical-dialectical materialism founding a condition of reflection of the comprehension of the historical processes linked to oppression. The theoretical and methodological path evolves the questions of race and gender through the way of the fight, not a historical construction of concepts; therefore, the fight is the central point of this dissertation and inducts the conditions for reaching the freedom through the end of oppression. It is an essay that consolidates a thematic still in movement and directs the responsibility of an even more plural, equal, fraternal and ethical country from the collective commitment to the permanent ampliation of democracy and consequently, the human rights. The fight of the Black and LGBT movements are presented in the current time and dialogued historically, so we provide the foundation for a scholar Geography learning that takes as measure the fights of these movements.

Key words: Anti-racist Geography; Anti-Homophobia Geography; Black Movement; LGBT Movement; Geography Teaching.

LISTA DE MAPAS/QUADROS/GRÁFICOS/IMAGENS

Imagem 01: Sede da Sociedade Amigos de Bairros do Jardim Calux. Pg 22.

Imagem 02: A Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em São Paulo (19/03/1964). Pg 27.

Imagem 03: Marcha da Família com Deus, em São Paulo: 500 mil pessoas no centro da cidade. Pg. 28

Imagem 04: A Matança dos Homossexuais - Jornal Lampião de esquina – 1979. Pg 33

Imagem 05: Jornal Chanacomchana, 1983. Pg. 35.

Imagem 06: Revista Niger de 1960 homenagem a Carolina de Jesus. Pg. 37

Imagem 07: Manifestação do Movimento Negro Unificado, em 1978, no Teatro Municipal de São Paulo. Pg. 53

Imagem 08: “Stonewall significa revidar! Acabe com a opressão gay!” dizia cartaz em manifestação à favor dos direitos LGBTQ em Nova Iorque, 1969. Pg. 72

Imagem 09 Fotografia do Grupo Somos em manifestação abaixo a violencial policial. Pg 74.

Imagem 10 Edição nº15/ano2 do Lampião, que trazia como tema o racismo. Pg. 77

Imagem 11 Edição nº 14/ano 2 do Lampião, que trazia entrevista do líder sindical Luis Inácio Lula da Silva. Pg. 78

Quadro 01: Quadro explicativo sobre as características do movimento negro brasileiro feito por Petrônio Domingues, incluso no artigo Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. Pg. 56

Mapa 01. Mapa realizado pelo portal G1, baseado em dados do ILGA que demonstra dados atuais sobre a legislação ao redor do globo sobre orientação sexual, 2016. Pg. 56

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| INTRODUÇÃO | 11 |
| Metodologia Utilizada | 14 |
| 1. CAPÍTULO 1: ESPECIFICIDADES E HISTÓRICO BRASILEIRO DA DÉCADA DE 70: CONTEXTO SOCIAL, CULTURAL E ECONÔMICO E SEUS IMPACTOS NAS ARTICULAÇÕES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS | 18 |
| 1.1 Sobre a Marcha da Família com Deus pela liberdade..... | 26 |
| 1.2 Maio de 1968 e suas influências nos movimentos sociais brasileiros..... | 37 |
| 2. CAPÍTULO 02: A CONSTRUÇÃO DA CULTURA E DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DOS MOVIMENTOS NEGRO E GAY: A LUTA PELA DEMOCRACIA..... | 40 |
| 2.1 Movimento Negro Brasileiro no século XX: histórico, trajetória, a luta incessável e alguns apontamentos..... | 45 |
| 2.2 MOVIMENTO LGBTQIA+: histórico, resistência e luta pelo direito de existir e ocupar | 62 |
| 2.2.1 Introdução e histórico da homossexualidade nas Américas e no Brasil..... | 62 |
| 2.2.2 Movimento LGBTQ no Brasil..... | 67 |
| 2.2.2.1 Movimentação pré-formação do Movimento Homossexual do Brasil..... | 67 |
| 2.2.2.2 Trajetória do Movimento Homossexual no Brasil..... | 70 |
| 2.2.2.2.1 O Grupo de Afirmação Homossexual SOMOS e o Jornal Lampião como instrumento de força e disseminação de conteúdo sobre a comunidade homossexual. 72 | |
| 3. CAPÍTULO 03: ENSINO DE GEOGRAFIA E DIREITOS HUMANOS: A CONSTRUÇÃO DE UMA ÉTICA ESPACIAL..... | 79 |
| 3.1 A ausência dos movimentos negro e lgbt na composição do temário escolar geográfico | 85 |
| 3.1.1 Breve histórico da trajetória da geografia no brasil..... | 86 |
| 3.2 A geografia no contexto dos parâmetros curriculares nacionais e da base nacional comum curricular..... | 90 |
| CONCLUSÃO..... | 97 |
| REFERENCIAIS | 100 |

INTRODUÇÃO

Para compreendermos a magnitude deste trabalho, é primordial entendermos em primeiro lugar o que podemos denominar com o termo “minorias sociais” e “grupos vulneráveis”. O debate acerca do tema tem sido realizado de maneiras diferentes por especialistas de diversas áreas ao longo dos anos. Rifiotis (2006) apresenta uma conceituação que minorias compreendem grupos que em circunstâncias específicas, correm riscos de terem suas identidades pessoais arrancadas e apagadas ao se tornarem vítimas dos processos de homogeneização cultural vinculadas diretamente a uma lógica opressiva capitalista, colonialista, imperialista e machista.

Featherstone (2000) caracteriza esse processo de homogeneização cultural como um ato de refinar, sintetizar culturas locais presentes em determinado local, não apagando direto e explicitamente as culturas regionais ali presentes, mas dando aval e poder ao Estado de neutralizá-las por meio da educação e de processos civilizatórios por considerarem essas culturas regionais retrógradas, desviantes.

Para diferenciar minorias sociais e grupos vulneráveis, Elida Séguin explica:

Pensa-se em minorias como um contingente numericamente inferior, como grupos de indivíduos, destacados por uma característica que os distingue dos outros habitantes do país, estando em quantidade menor em relação à população deste. [...] Conceituar minorias é complexo, vez que sua realidade não pode ficar restrita apenas a critérios étnicos, religiosos, linguísticos ou culturais. (SÉGUIN, 2002, p. 9).

Já os grupos vulneráveis são descritos por Seguin como grupos que sofrem discriminação e são vítimas diretas e indiretas de intolerância e violência. Ambos os termos possuem elementos próximos característicos, porém não necessariamente demonstrem sempre uma relação de proximidade.

Diante dessas questões mostramos urgência em compôr o entendimento das lutas sociais, políticas e culturais na constituição da História do Brasil por meio do Tempo Presente e sua espacialização a partir das lutas de brasileiros e brasileiras que intensificaram as questões ligadas diretamente a ampliação da democracia e dos direitos humanos: a luta contra o racismo e a homofobia.

Podemos enquadrar então a comunidade negra e LGBTQ estudadas aqui como grupos vulneráveis seguindo a conceituação de Séguin (2002), pois a população negra é maioria no Brasil, é passível de causar confusão citá-la como minorias sociais, por ela apresentar um contingente numericamente superior a população branca, por exemplo. O

que a população negra e LGBTQ tem em comum são que ambas são numericamente expressivas na população brasileira (de acordo com o IBGE, em torno de 54% da população se declara negra ou parda, enquanto a população LGBTQ representa em torno de 10% da população brasileira, número considerado subestimado pela quantidade de pessoas que escolhem não declarar sua sexualidade em decorrência do medo de assumi-la). Ambas populações também tem em comum a características de sofrerem intolerâncias e violências seculares, bem como terem a violência ainda em contínua ascensão no cotidiano.

Para analisarmos o histórico violento e sangrento contra homens e mulheres dessas comunidades, necessitamos voltar na história do país e do mundo. A história do Brasil ganha um capítulo novo a partir de 1500, quando Portugal descobre e invade as terras da Pindorama com intuito de exploração e posse do território ocupado então por nativos. Após embates violentos com indígenas, Portugal decide traficar escravos negros negociados na África, que foram trazidos para o Brasil em condições totalmente degradantes e humilhantes nos navios negreiros.

O Brasil possui uma característica triste de ser um dos países cujo o período de escravatura foi demasiadamente longo e o processo de libertação, problemático. Foram mais de trezentos anos de escravatura oficialmente reconhecida e legalizada pelo governo, anos que só auxiliaram na perpetuação do preconceito e violência contra a comunidade negra, sempre relegada as periferias sociais e físicas da história brasileira.

A história da comunidade LGBTQ brasileira apesar de ter alguns pontos em comum com a história da comunidade negra, possui diferenças específicas. O fato do Brasil ter sido invadido por Portugueses também colaborou para a disseminação em massa do preconceito e ódio contra pessoas que desviassem do denominado padrão “normal” de sexualidade (dito heterossexualidade). Portugal era um país religiosamente cristão, seguindo à risca todas as normas e ideais do cristianismo, cuja ideia passava sobre a abominação do pecado sodomita.

Segundo Mott (1994, p. 4) essa ideia heteronormativa é encerrada quando confrontada com a própria história:

Inúmeros são os relatos de cronistas, viajantes e missionários descrevendo a presença de índios homossexuais e travestis entre as tribos e nações da atual América do Norte, onde famosos berdaches chegaram a ser retratados em pitorescas gravuras do século XVII.

O comportamento sexual diverso e que fugia do padrão heteronormativo era comum e presente nos povos nativos (denominados indígenas), porém foi repreendido

duramente pelos exploradores portugueses cristãos. A catequização que Portugal implantou em massa no país trouxe essa característica violenta e perseguidora contra o pessoal LGBTQ, o que gera essa característica de opressão, repressão e violência contra o povo LGBTQ, assim como o povo negro sofreu (e sofre) com o racismo até os dias atuais.

O preconceito também é um tema muito presente e debatido nessa dissertação, visto que é o principal motivo de perseguição contra a população negra e LGBTQ. Entender como o preconceito funciona, quais são suas bases e de quais maneiras ele pode ser exterminado é uma tarefa imprescindível na luta por uma sociedade que ofereça um tratamento digno e igualitário a todos os seus cidadãos presentes em terra.

Por último (e não menos importante), é necessário estudar e compreender o papel que a educação e o ensino devem adotar para se tornarem libertadores de amarras conservadoras e preconceituosas. A Geografia, rasamente definida como uma ciência que estuda a relação entre o homem e o meio que ele se encontra, tem papel fundamental na desconstrução do preconceito e na fortificação dos conceitos de cultura, cidadania, respeito mútuo entre os seres e o espaço, sendo então uma aliada forte no combate. Porém, para que esse embate seja efetuado com sucesso, é necessário analisarmos como o ensino de Geografia pode ser realizado a prol de beneficiar a luta a favor dos grupos vulneráveis, pois há a chance da educação e do ensino cair em mãos de grupos que controlam a educação de modo que o seu fazer seja feito para perpetuação da alienação e opressão implícita dos grupos vulneráveis.

Esse trabalho possui uma proximidade íntima com a vivência do autor, visto que o mesmo é pertencente do grupo LGBTQIA+. Devido à toda opressão e violência física, psicológica, social ocorrida contra um LGBT desde sua infância, dissertar sobre o tema, confrontando as amarras sociais estruturadas e engessadas na nossa comunidade é um ato libertador e de resistência. Por mais que um LGBT tenha acolhimento desde pequeno pela família e amigos, isto não apaga a violência sofrida, somente a minimiza. O medo constante, a pressão feita pela sociedade conservadora, homofóbica e racista rouba dos LGBTQs e negros a oportunidade de vivenciar uma infância e também adolescência plenas, por terem que viver às escondidas, se monitorando, privando de demonstrações de amor e afeto, desconfiados e com a guarda constantemente levantada.

Poder escrever abertamente sobre o assunto, fazendo levantamentos históricos, questionando, criticando e trazendo à tona assuntos delicados e que a população geral do país se esquiva, é uma honra. O caminho para a sabedoria é o debate, a argumentação,

que necessitam ser embasados por uma educação de qualidade e gratuita para todos. É papel do ensino de Geografia, levantar questões sobre cidadania, ética, respeito, convivência, visto que todos ocupamos um espaço em comum, espaço esse que nos molda e é moldado por nós. Somos agentes do espaço, ao mesmo passo que o espaço é nosso agente. Uma convivência pacífica e respeitosa necessita obrigatoriamente que os seres lutem pelo acesso democrático dos direitos humanos a todos os cidadãos, não somente uma minúscula parcela que usufrui de todos os benefícios de uma boa vida por meio da exploração e humilhação de outros seres.

Deste modo, a composição dessa dissertação buscou um caminho metodológico alicerçado pelas demandas do Tempo Presente compreendidas pelos processos históricos até alcançar o ensino de Geografia como um caminho capaz de ampliar a luta pela democracia e pelos direitos humanos.

A leitura desse trabalho permitirá que as questões contra o racismo e a homofobia sejam direcionadas pela Geografia enquanto ciência, ou seja, a promoção de uma espacialidade de luta e de afirmação de uma condição de resistência contra tudo que não permite a ampliação e a promoção dos direitos humanos.

METODOLOGIA

As questões metodológicas do presente trabalho partem da ideia central que é preciso compreender o processo histórico para entender a espacialidade e suas múltiplas relações; assim, nos apoiamos na História enquanto ciência e movimento da própria sociedade para entender as contradições, as opressões e os caminhos para a liberdade dos movimentos LGBTs e negros.

Partimos, portanto, de uma construção histórica que sinaliza os caminhos da luta contra o racismo e a homofobia no Brasil. Deste modo, não falamos em minorias para delimitar nosso estudo, pois deveríamos falar de maioria, já que o povo brasileiro é majoritariamente negro e também parte considerável da população brasileira é LGBT, desta forma, partimos da ideia de vulnerabilidade de Séguin (2002) e nos colocamos diante dos processos históricos sinalizados por Mott (1994).

Ao termos como centralidade a ideia de vulnerabilidade precisamos frisar que não se trata de fragilidade ou mesmo incapacidade de resistência, uma vez que a vulnerabilidade que está posta historicamente para a população negra e a comunidade

LGBTQI+ alicerça a violência estrutural contra a mesma, por isso a estrutura é um caminho metodológico fundamental para entender pelo materialismo histórico e dialético a composição dessa forma de engessar a vida e os projetos existenciais de homens e mulheres que não partem dos ditames do colonialismo com sua estética e sua moral burguesa.

Quanto ao encaminhamento histórico frisamos a partir da década de 1970, pois nesse momento a ditadura civil-militar brasileira empenhara-se em constituir toda uma narrativa moralista centrada no papel da igreja e da família tradicional e cristã. Ao buscarmos historicamente as contradições desse período sublinhamos que não houve hegemonia do poder burguês conservador no período e a luta de classe pela luta de identidades se intensificou seja por meio direto e por canais pouco ou nunca usados pelos movimentos negros e LGBTs.

As inúmeras manifestações desde a década de 1970 tomaram o sentido não apenas dos direitos dessas pessoas, mas a luta pelo direito desses brasileiros e brasileiras, negros e/ou LGBTs, promoveram a defesa de todos os outros brasileiros e brasileiras, por isso, justificamos nossa escolha a partir dessa data, visto que a luta pelos direitos humanos e pela democracia foi ampliada significativamente nesse período. Não que historicamente os outros momentos não fossem importantes, mas nesse momento de ditadura e ingerência do capitalismo mundial no país houve um direcionamento para pedir mais liberdade e menos repressão.

Neste sentido, a democracia brasileira precisa ser pensada hoje como resultado desse processo de lutas e de organização política. Ao delimitarmos a compreensão do movimento negro e LGBT a partir desse período problematizamos a compreensão da estrutura social, política, econômica e cultural e como essas questões adentram a própria Geografia.

Assim, o presente trabalho tem como mérito refletir a Geografia a partir de outras questões que não são apresentadas diretamente pela ciência geográfica, já que não se fala de um espaço negro ou um espaço LGBT.

Assim, a História dos movimentos sociais a partir da década de 1970 empreendem diretamente as questões caríssimas para a atuação desses na luta pela democracia e direitos humanos. Deste modo, as ações realizadas de forma educacional para com a população, por meio da criação de jornais, programas de rádios e palestras também tiveram atuações diretas na mobilização da população, logo, as reivindicações de outros movimentos sociais foram incorporadas às questões pela democracia e direitos humanos oriundos dos

movimentos negros e LGBTI, pois essa agenda precisou ser ampla para atender as demandas populares e terem um composição socialmente aceitável, visto que a luta principal era a possibilidade das manifestações negras e gays.

Quanto a História desses movimentos não constituímos um caminho pelas circunstâncias dos eventos cronológicos, mas apresentamos a História desses movimentos por temas e problemas que organizam o sentido da própria espacialidade; assim, a urbanização e a politização dos movimentos sociais são imprescindíveis para compormos a lógica reivindicatória e propositiva.

Partimos da compreensão dos movimentos de reivindicações e das proposições até alcançar o ensino de Geografia, ou seja, buscamos compreender o movimento político e cultural no sentido da própria organização que se espacializa até alcançar o efeito da educação para com esses temas.

No Brasil presente encontramos ainda uma sequência de questões racistas, homofóbicas, preconceituosas em geral quanto a temática negra e LGBTQI+, pois as questões dadas pelo movimento negro iniciado com grande força em 1940 e continuado até 1950 foram sendo suprimidas por outras questões e por um trabalho incessante ideológico apresentando a sociedade brasileira como não-racista. Neste sentido, optamos por partir da década de 1970, já que antes disso o movimento LGBT era ainda muito localizado e pouco expressivo no território nacional, com isso metodologicamente constituímos um caminho de unificação dos momentos históricos.

A década de 1970 marca ao mesmo tempo a ampliação dos movimentos e lutas contra a opressão e a inserção direta dentro das ditaduras na América Latina a força do capitalismo de mercado que resultará no neoliberalismo da década de 1990. Assim, esse liberalismo econômico precisa ter uma configuração de liberdade para garantir seu discurso de ação política e econômica. Todavia, no Brasil a década de 1970 foi extremamente agressiva para os movimentos de lutas e para todos os grupos mais liberais e progressistas.

As contradições da década de 1970 no Brasil contribuem para pensarmos as formas de atuação desses movimentos de luta, assim, são fundados diversos caminhos para a ação antirracista e anti-homofobia.

Diante dessas questões o presente trabalho busca compreender a essência do movimento de luta social promovida pelos brasileiros e brasileiras negras e LGBT; assim, a partir das reivindicações desses movimentos conseguimos compreender a promoção de

uma espacialidade de luta e que pode ser ensinada diretamente nas escolas por meio da Geografia Escolar.

1.

ESPECIFICIDADES E HISTÓRICO BRASILEIRO DA DÉCADA DE 70: CONTEXTO SOCIAL, CULTURAL E ECONÔMICO E SEUS IMPACTOS NAS ARTICULAÇÕES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS.

A década de 1970 foi marcada por grandes acontecimentos nas esferas econômicas, políticas e sociais. Tais acontecimentos partiram de campos distintos de luta, mas todos tinham como centralidade a liberdade e o fim da opressão. Assim, os movimentos políticos tiveram uma força incrível na Europa e nos Estados Unidos, sejam as lutas pela liberdade de expressão, gênero, cultura e outras foram decisivas para que movimentassem a agenda da luta antirracismo, anti-machismo e anti-homofobia.

O movimento de 1968 na França ganhou outras dimensões nos Estados Unidos e promoveu a agenda antirracismo pela plena liberdade seja pelos movimentos Híppies ou outros de contra-cultura a mobilização de pessoas contra o status quo foi inédita. Nos Estados Unidos o movimento negro liderado por religiosos como Martin Luther King (cristão) e Malcon X (muçulmano) foram seguidos dos movimentos políticos dos Panteras Negras e em seguida uma enorme movimentação pelos direitos humanos e contra a segregação racial em todo território dos Estados Unidos.

Ao mesmo tempo a luta nos Estados Unidos e na Europa pela liberdade e contra a opressão não foi apoiada deliberadamente nos países da América Latina, visto que esses países viviam momentos de terror empreendidos pelas ditaduras genocidas promovidas pelos Estados Unidos. Todavia, a força desses movimentos contra racismo tomou uma forma decisiva para fomentar em outros países a urgência de um processo de luta que se efetivasse num processo político; assim, nos Estados Unidos e na Europa os movimentos de lutas também buscavam compreender as revoluções africanas e toda sua direção contra o colonialismo, desta forma, o final da década de 1960 e toda a década de 1970 empreende forte direcionamento para os direitos humanos.

No Brasil os movimentos negros e LGBTs motivaram-se não pela força dos estrangeiros, mas pela denúncia em mostrar como esses países estavam subtraídos de uma lógica e de uma postura ética, ou seja, tanto os países da Europa como os Estados Unidos tidos como civilizados e democráticos não eram e com isso os levantes populares foram decisivos para a composição da luta. Desta forma, os movimentos brasileiros também entenderam que aqui a situação ainda era pior, visto que além de uma sociedade

preconceituosa e racista, como os países da Eurpa e os Estados Unidos, aqui também era uma ditadura.

Esse choque de realidade motivou ainda mais os movimentos a buscarem como centralidade a luta pela democracia e pela dignidade da pessoa humana a partir dos direitos humanos. Os movimentos negros e LGBTs em todo país mostraram-se eficientes na organização das lutas ao aliarem suas ações as questões imediatas apresentadas pelo povo.

No que tange ao cenário econômico, pode-se dizer que a década ficou marcada por instabilidade econômica no nível internacional e instabilidade social no cenário nacional, citando principalmente o choque petrolífero de outubro de 1973 como um dos grandes acontecimentos da década que remodelaria o cenário global e o sistema capitalista por meio de uma instabilidade econômica.

O desenvolvimento industrial (pioneiro na Europa com a Revolução Industrial no século XVIII) e do sistema capitalista no último século que prometiam melhores condições de qualidade de vida (financeiramente, o que ilusoriamente também traria conforto material para a população) fomentaram um evento denominado êxodo rural no cenário brasileiro do século XX (PERRUSO, 2012). A promessa de emprego, boa remuneração, acesso a serviços de forma facilitada e rápida fizeram com que parte da população que residia na zona rural se deslocasse para a zona urbana, causando um crescimento explosivo nos índices demográficos urbanos.

As condições que o crescimento desordenado urbano na primeira metade do século XX criaram, principalmente nos países subdesenvolvidos, são de condições precárias e desiguais no meio econômico, social e cultural, frutos da concentração desigual de renda e da incapacidade de absorver o crescimento desordenado de pessoas naquele espaço (urbano). Tais condições são inseridas e fazem parte da dinâmica moderna do capitalismo, que insiste em reproduzir e reforçar as desigualdades entre os setores da população como uma forma de opressão e controle. A chamada classe popular não tem a mesma condição de acesso e utilização de serviços básicos (e garantidos por lei) como saúde, educação e lazer.

Analisando os fatores negativamente influenciados pelo grande inchaço da população urbana e a incapacidade do Estado em atender satisfatoriamente as demandas do seu povo, é compreensível que a própria população comece a se organizar e se articular. Perruso (2012, p.34) explica:

Assim, os movimentos sociais urbanos movem-se em torno de uma série de questões, carências e reivindicações pertinentes à vida urbana como entendida pelos setores populares: habitação, meios de transporte público, educação, saúde, cultura e lazer, creches, saneamento, fornecimento de água, luz e gás etc.

Cardoso (2008) na sua obra *Movimentos Sociais Urbanos: Balanço Crítico* nos traz a reflexão que os movimentos sociais urbanos se caracterizam como a resistência e a luta contra as condições precárias em que grande parte dos setores populares convive; e pelo “direito a uma vida melhor”.

Analisando a conjuntura dos eventos que ocorreram na metade do século XX (o êxodo rural que ocasionou o crescimento urbano descontrolado e todos os problemas urbanos e sociais advindos dele), bem como a situação política brasileira polarizada então por influência das grandes potências mundiais da época (nomeadamente EUA e URSS, que protagonizavam na década de 50 o início da Guerra Fria que respingaram seus efeitos nos países periféricos), há uma íntima e forte conexão entre o surgimento de novos movimentos sociais urbanos e o fazer político no Brasil.

A força dos movimentos urbanos realizada pela população dependeu diretamente das formas que essa população se articulou quanto aos seus problemas, desta forma, politicamente as massas urbanas tiveram impacto direto na mobilização política; assim, políticos visionários conseguiram compreender a dinâmica urbana e se anteciparam, como exemplo Jânio Quadros, o qual galgou força política a partir dessa compreensão urbana. Essa força política empreendida nos bairros é uma herança direta da forma de se fazer política herdada diretamente de Getúlio Vargas.

Com o fim do mandato de Juscelino em 1960, as eleições presidenciais deram vitória para Jânio Quadros, notório líder populista que tinha como lema de governo “varrer” a corrupção do país. Jânio após eleito tomou decisões vistas como controversas pela população na época e que foram um prato cheio para os opositores. Ao declarar implantar uma política internacional independente, tomando decisões que levariam a recusa de orientações políticas dos líderes mundiais em plena Guerra Fria (EUA e URSS), se opor a invasão de Cuba pelos EUA, reatar relações diplomáticas com URSS e China e condecorar o ministro Che Guevara, estava armado a cena perfeita para a oposição fazer acusações de aliança aos comunistas e de que Jânio pretendia instalar uma ditadura comunista no Brasil, o que levou a sua renúncia a presidência. (GUISOLPHI, 2010)

Jânio Quadros ganhou força inicialmente com as chamadas Sociedades Amigos de Bairros paulistanas, de onde então surgiram e desenvolveram novas sociedades e associações ligadas a projetos e movimentos políticos de parlamentares (PERRUSO, p. 35):

[...] o movimento de bairros em São Paulo crescia nos anos 1950, m Jânio Quadros neles se apoiando para construir sua carreira política. Quando das campanhas eleitorais, vários comitês janistas se transformavam em SABs na periferia paulistana, de modo deliberado, em função dos planos políticos de Jânio: “Tratava-se, no fundo, de trocar as obras e os serviços, financiados pelo erário público, pelo voto dos beneficiários.

A ligação dos movimentos sociais urbanos aos políticos e seus partidos gerou então uma relação que foi denominada de “clientelística/paternalista”. Jacobi (1983) afirma que as associações de bairros e SABs “são estimuladas pelo esquema político do populismo, sustentado numa participação controlada das classes populares. A contradição desses movimentos é que mesmo tendo uma forte direção populista fez com o movimento tivesse existência, ou seja, os movimentos reivindicatórios trouxeram para compor esse cenário de luta repito pontos decisivos que compõem o cotidiano da classe trabalhadora.

Os movimentos urbanos foram significativos para compor a forma de pensar e agir coletivamente desta maneira os agrupamentos urbanos passaram por uma compreensão pelo próprio Estado como condição permanente de luta e isso trouxe consequências diretas para compreensão da própria mobilização de pessoas e sua direção efetiva para o caminho da não consolidação entre um populismo que não empreende para a classe trabalhadora e suas reais necessidades.



Imagem 01: Sede da Sociedade Amigos de Bairros do Jardim Calux

Desta forma, as associações de amigos de bairro foram significativas para estabelecer o diálogo entre a comunidade, quando fazemos essa reflexão no tempo presente compreendemos a distância entre o indivíduo e a sociedade, ou seja, essas associações mesmo vinculadas aos políticos populistas permitiram a união e a força do coletivo.

O Brasil na década de 1960 passa por várias turbulências políticas e conjuntamente existem mudanças consideráveis nas expressões populares e a disputa por uma narrativa histórica, ainda em voga hoje no ano de 2021, ou seja, a instabilidade política da década também repercutiu diretamente na força dos movimentos sociais que se avolumaram até mesmo durante os primeiros anos do governo militar de 1964. Todavia, a indignação dos movimentos sociais foi suprimida pela violência direta e sem qualquer constrangimento.

Com o golpe militar que instaurou o regime militar em 1964, as SABS foram reivindicadas pela política do regime autoritário e seu papel mobilizador rapidamente foi alterado de progressivo para uma função associativa mediada burocraticamente por políticos locais vinculados ao partido da ditadura, o que acarretou um esvaziamento das SABs pois as mesmas não estavam mais fundadas na mobilização popular e sim no regime militar. Com isso, se tem o afastamento de um populismo mais liberal voltado para as necessidades também não conservadoras da classe trabalhadora, pois a diversão eo lazer são constituintes de uma moralidade inaceitável durante a ditadura militar, que vem com o propósito moral de reorganizar a família brasileira sob a influência de Deus, ou seja, a Igreja, sua parte conservadora, tem um peso considerável nessa narrativa.

Warren no capítulo O Caráter dos Novos Movimentos Sociais de sua obra *Uma Revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América do Sul (1987)* traz uma reflexão muito esclarecedora a respeito quando diz:

A pausa em termos de organização da sociedade civil, que ocorreu imediatamente após 1964, de forma mais geral pode representar o marco de separação entre o que se denomina movimentos sociais tradicionais e o surgimento de novas formas de organização ou o novo caráter de algumas das antigas organizações populares, pois algumas destas organizações continuam presas a suas formas tradicionais de atuação (clientelísticas, assistenciais e autoritárias).

Jacobi (1983) registrou que as SABs paulistas pré-64 não incluíam apenas a manipulação demagógica, mas desenvolviam uma função reivindicatória e mobilizadora,

fornecendo um papel às classes populares no meio urbano e fazendo com que o Estado passasse a dar alguma atenção às necessidades imediatas da população da periferia.

Mas quais são os atributos dos “novos” movimentos sociais urbanos, indicados por intelectuais brasileiros estudiosos do assunto e atuantes nos anos 1970/80? Analisando nove trabalhos de dez autores, Perruso (2012) enumera alguns pontos importantes de mudanças adotados pelos “novos” movimentos sociais urbanos, como:

- i. Defensores da ação direta, muitas vezes contrariando as leis vigentes, e de práticas autogestionárias (Cardoso, 1983, p. 231; Gohn, 1982, p. 16; Jacobi, 1983, p. 154, 159, 170, 174/176 e 178/179; Moisés e Martinez-Alier, 1978, p. 29/31, 34/35, 40/41, 54 e 56; Santos, p. 340/341; Scherer-Warren, 1987, p. 42 e 50; Singer, 1980, p. 94 e 105/107)
- ii. Demandantes junto às diversas autoridades do Estado ou, em menor grau, junto a setores empresariais, usando meios legais, inclusive judiciais, ou também buscando chamar a atenção da grande imprensa (Cardoso, 1983, p. 226, 228, 230/231 e 233/234; Gohn, 1982, p. 12/13, 16 e 30/31; Jacobi, 1983, p. 149/150, 154, 155, 159/161, 163, 165/166, 168, 171 e 173; Santos, 1978, p. 332, 335 e 340; Singer, 1980, p. 89, 91, 94, 102/104 e 105; Telles, 1988, p. 270).
- iii. Reivindicativos em diversas questões (habitação, transportes públicos, saúde, creches, etc.), algumas dessas inovadoras no cenário político e popular (Cardoso, 1983, p. 233 e 234; Durham, 1984, p. 26/28; Gohn, 1982, p. 13, 16, 26 e 30; Jacobi, 1983, p. 151, 152, 155, 160, 162, 165 e 170/171; Moisés e Martinez-Alier, 1978, p. 20 e 51; Santos, 1978, p. 340; Scherer-Warren, 1987, p. 48; Singer, 1980, p. 83, 89, 94 e 102/104; Telles, 1988, p. 262, 265 e 270).
- viii. Firmes e meticolosos na organização dos processos de luta: reivindicando e acompanhando as questões envolvidas, algumas vezes lançando mão de conhecimentos elaborados no universo popular, outras vezes contando com a assessoria de profissionais engajados e com conhecimentos especializados – advogados, assistentes sociais, arquitetos e urbanistas etc. (Cardoso, 1983, p. 226, 228 e 230/231; Jacobi, 1983, p. 165/166 e 173/175; Moisés e Martinez-Alier, 1978, p. 34/35; Santos, 1978, p. 328/329, 341, 365 e 367/368; Singer, 1980, p. 83, 94, 102/104 e 105/106)

Esse quadro catastrófico para o povo brasileiro foi antecedido pela renúncia de Jânio Quadros como presidente em 1961, quem assume é o então vice-presidente João Goulart, curiosamente oponente político de Jânio (na época, a legislação vigente permitia o eleitor escolher separadamente o presidente e o vice-presidente) e que tenta implantar uma série de estratégias para combater a inflação, incentivo ao crescimento econômico e melhor distribuição de renda, mais conhecidas como “Plano Trienal”, que incluíam

reforma agrária, redução de gastos públicos e investimentos estatais. Guisolphi (2010, p. 7) explica o que deu errado nesse plano:

Mas os que lucravam com a inflação sabotavam as medidas do governo; os políticos aliados aos grandes latifundiários (PSD e UDN) votavam sempre contra as propostas de Jango. Os líderes sindicais não se conformavam com o controle sobre os salários. Os Estados Unidos negaram-se a emprestar dinheiro para o Brasil. Com o plano trienal abortado, o governo Goulart foi perdendo apoio.

Jango (como era conhecido João Goulart) adota uma posição nacionalista-reformista, e no início de 1964, buscava apoio e mobilização para implementação das chamadas reformas de base: agrária, bancária, administrativa, universitária e eleitoral. Devido ao panorama social da época (desigualdades, injustiças sociais, violência, economia frágil), o povo despertava e se movimentava para lutar contra a submissão imposta pelo enriquecimento da elite financeira e econômica, movimentação apoiada principalmente pelas organizações da esquerda política. Começou então a articulação da elite conservadora em disseminar uma propaganda para evidenciar o caráter socialista das ações de Jango, utilizando e patrocinando os meios de comunicação (principalmente a televisão, rádio, revistas, jornais, cartuns, entre outros) para manter essa guerra ideológica contra Jango.

Nessa instabilidade política, os movimentos sociais borbulhavam com a proposta de buscar profundas mudanças na população brasileira. A UNE (União Nacional dos Estudantes) queria medidas para melhorar a educação brasileira e o fim do analfabetismo; As Ligas Camponesas pressionavam para aprovação de uma reforma agrária que taxasse progressivamente terras não cultivadas e também limitasse a quantidade de terras que cada pessoa legalmente poderia possuir; os operários buscavam apoio e representatividade pela CNTI (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria), entre outros movimentos sociais que foram surgindo com várias demandas diferentes, sempre organizadas seguindo determinado grupo social.

Porém, um grupo religioso ganhou destaque por sua participação nos movimentos e protestos sociais naquele momento, grupo este polarizado por uma divisão: enquanto parte tinha tendência socialista, se juntando principalmente aos jovens e estudantes nas manifestações, outra parte expressiva era composta por conservadores (que buscavam firmar uma sociedade de bem, com moral e costumes ditos então como certos e decentes, “belos, recatados e do lar”). Esse grupo é um grupo da Igreja Católica com uma constituição conservadora, tradicional e dogmática. Havia outros grupos da Igreja

Católica que se mostravam mais progressistas e democrático como afirmou Guisolphi (2010, p.8): “A Igreja Católica estava longe de ter uma posição única. Surgiram em seu interior grupos como a Juventude Universitária Católica (JUC) e Ação Popular (AP).”

Na parte conservadora, a igreja contava com a representação política do Senador Padre Calazans (do partido UDN), claramente reacionário e conservador, crítico ferrenho do comunismo, das greves, sindicatos e da eleição de João Goulart.

A igreja católica desempenhou papel ambíguo e muito importante nas manifestações pós 1964, pois uma parte da igreja e dos fiéis se via preocupada com a situação precária da população com as desigualdades sociais e econômicas, procurando melhorar e reverter a situação principalmente por meio de organizações dos jovens, como a Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Universitária Católica (JUC), Juventude Operária Católica (JOC) e a Juventude Agrária Católica (JAC), enquanto o alto clero defendia o conservadorismo ao mesmo tempo que criava ferramentas para denuncia do “progresso e subversão” encaminhados no Brasil.

O LEC, Liga Eleitoral Católica, foi um grupo de politização importante utilizado massivamente como instrumento de pressão sobre os fiéis, orquestrando movimentos que levassem a sincronia e alienação dos fiéis católicos para defender partidos que expressassem comprometimento com as reivindicações da Igreja. A LEC agia em pacto de cooperação com o governo, trabalhando em diversas frentes para firmar o catolicismo e seus valores na comunidade brasileira, como visto pela implementação do ensino religioso nas escolas públicas, na assistência religiosa nas forças armadas e o casamento civil pautado pelos princípios da Igreja.

Essa polarização entre os grupos da igreja católica afrontava até a hierarquia da mesma e gerava enorme desconforto enquanto organização central, pois a oposição entre os grupos progressistas e os conservadores entraram em disputas diretas não somente de fiéis, mas, sobretudo, por um domínio da narrativa religiosa. A leitura desse momento é importante, pois a herança se faz sentir ainda hoje com os grupos religiosos ainda buscando o campo hegemônico a partir de sua vinculação e compromisso com as questões políticas da direita e da esquerda; assim, historicamente os grupos católicos na década de 1960 ainda estão em curso, uma vez que de um lado naquele momento apoiou as reformas de Jango e outro criticando essas mesmas reformas.

Essa dicotomia dentro da própria religião católica naquele momento foi suficiente para promover o radicalismo da direita e apoiar incondicionalmente o golpe. Os

movimentos de lutas e os movimentos que reivindicaram melhorias da qualidade de vida são considerados por esses movimentos de direita como criminosos e os cristãos conservadores empreendem um movimento de caça aos comunistas, mesmo que esses sejam apenas na imaginação deles.

Esse movimento conservador, reacionário e preconceituoso tomou em vários momentos das últimas décadas o protagonismo do discurso e impediu por um moralismo nada ético que os movimentos de lutas contra o racismo e a homofobia fossem em muitas vezes enfraquecidos, todavia todos esses movimentos prosseguiram e constituíram sempre um caminho de resistência. O marco do tempo presente quanto aos movimentos reacionários ocorreu em 1964 e trouxe o golpe militar como algo positivo para a sociedade, pois muitas mulheres e crianças foram para as ruas gritando em nome de Deus e da Liberdade a partir da moralidade da família tradicional.

1.1 Sobre a Marcha da Família com Deus pela liberdade

A elite dominante na sociedade se articula com o setor conservador do catolicismo para implantar e expandir suas ambições e ideais. Contavam com o apoio financeiro de empresários e manipulavam a opinião pública por meio dos meios de comunicação. Entra em ação então a Marcha da Família com Deus pela liberdade, uma forma de movimentação social urbana promovida pelos conservadores católicos que constituía-se em uma série de marchas em resposta ao comício do presidente João Goulart em 13 de março de 1964, juntando segmentos da classe média infectados pelo medo do “vírus comunista” implantando pela mídia da época.

A Marcha da Família com Deus pela Liberdade tornou-se notável em um momento de grande tensão, pois, diversos setores da sociedade se manifestavam. Enquanto os movimentos sociais se aproximavam do presidente da República e suas ações em favor das reformas de base, a Marcha da Família com Deus pela liberdade, liderada por autoridades civis e religiosas, defendiam a tradição familiar e a propriedade privada. Os manifestantes católicos saíram às ruas em repúdio ao governo nacionalista de João Goulart, que, segundo acreditavam, possuía um viés comunizante e caminhava para a destruição dos valores religiosos, patrióticos e morais da sociedade.” (...) Com a renovação da história política, surgem novos problemas, novas temáticas ou temáticas já consolidadas, mas que passam a ser abordadas por metodologias diferentes, ou fontes novas. As campanhas eleitorais, os simbolismos dessas campanhas, o comportamento das massas nesses momentos, o imaginário político, a tradição política, a apropriação dessas tradições pelos diferentes grupos, sem falar nas ideologias partidárias e nas práticas políticas e as intenções por traz das mesmas, pois se tudo é

poder e, conseqüentemente, política, então se faz necessário distinguirmos as diferentes formas e níveis de poder. Nesse contexto, é terra fértil problematizar a Marcha da Família com Deus pela liberdade. (GUISOLPHI, 2010, p. 5)



Imagem 02: A Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em São Paulo (19/03/1964).
Acervo: CPDOC/FGV (on-line)



Imagem 03: Marcha da Família com Deus, em São Paulo: 500 mil pessoas no centro da cidade. Fonte:
<http://memorialdademocracia.com.br/card/marcha-reage-com-deus-contra-jango>

A Marcha da Família representa tudo que a elite, a classe média alienada, (uma parte d'o clero e os conservadores buscavam: rechaçar a ameaça comunista, manutenção dos privilégios e dos valores conservadores (implícita ou explicitamente racistas, homofóbicos, arcaicos) e também o repúdio a qualquer atitude ou vertente ideológica que buscasse o novo, a desvinculação da hegemonia exercida pela elite naquele momento, mantendo os denominados valores cristãos. Que valores seriam esses? Fazendo um paralelo com a realidade atual, é possível fazer um diagnóstico desses valores e montar o então chamado “cidadão de bem”, aquele ser dotado de valores morais, éticos e culturais

pautados na religião cristã e na extirpação de qualquer anomalia que fuja dessas normas pré-estabelecidas e que são o *modus operandi* padrão da sociedade conservadora. O padrão heteronormativo é reforçado, bem como a aversão a qualquer sistema econômico que diverge do capitalismo predatório e que busque maior igualdade e distribuição de renda. O cidadão que desvia dessa linha de conduta e de comportamento é automaticamente denominado como bandido (e variadas vezes, sem chance alguma de redenção ou arrependimento, pois bandido bom é bandido morto), rechaçado pela sociedade e não merecedor do status de humano.

Para analisar e fazer a contextualização da atuação dos movimentos LGBT e Negro no Brasil na década de 70, em primeiro lugar precisamos estudar as transformações que os contextos econômico, social e cultural sofreram com o Golpe Militar que instaurou a ditadura no país. No cenário nacional, a década de 70 tem um aspecto cultural e social sombrio por ser o ápice do Regime Militar (instaurado após o Golpe de 1964), após a promulgação do AI-5 pelo governo do general Costa e Silva e pelos “anos de chumbo” do Governo Médici. A censura, a opressão e a perseguição eram frequentes, cada vez mais violentas e qualquer conduta ou comportamento considerado inadequado, irregular, rebelde era julgado como crime contra a nação e os criminosos, severamente punidos.

O governo militar idealizava a construção de uma noção de representação fora de qualquer dos parâmetros das discussões teóricas que se desenvolviam historicamente. Ele agia principalmente nos sistemas judiciais e culturais com o fim de instauração de um processo social no qual se visava criar as condições para potencializar os valores tidos pela ditadura como essenciais e mantenedores da sociedade brasileira, valores esses tidos como conservadores, “racionais”, religiosos e morais. O regime militar em vigor pretendia assim, a partir e através destes valores, atuar no sentido de construção de uma ordem social na qual aqueles valores deveriam ganhar proeminência absoluta, subjugando todas as outras formas e organizações sociais possíveis que pudessem fazer frente a essa ordem hierárquica estabelecida.

Tal atmosfera tão medonha e ameaçadora faz então as minorias sociais (todos ditos não encaixáveis no padrão vigente: principalmente negros e homossexuais) buscarem articulação e reivindicação dos seus direitos básicos de vida, direito de existir e ser visto.

O capitalismo selvagem e o liberalismo americano então ditavam e impunham a forma correta de agir e viver, influenciando as culturas de massa nas mais variadas

vertentes: o consumismo, a moda, música, o culto ao padrão estético de beleza. Como dito por HABERT (1996, p.71): A padronização do “moderno” chegava ao auge no Brasil dos anos 70 em meio a flagrantes contrastes e desigualdades sociais, regionais, culturais.

A classe média burguesa brasileira acabou consumindo e assimilando tudo que foi produzido pela industrial cultural da época, consumo esse de cultura norte-americana, capitalista. Santos (2009, p. 499) então conclui que:

A indústria cultural foi absorvendo toda forma de arte e popularizando-a, tornando-a acessível àquele público que os artistas revolucionários queriam tanto alcançar, sem, no entanto, manter a criticidade, pois o que importa para os padrões da cultura de massa são os aspectos quantitativos, isto é, a venda desenfreada desses produtos não visando uma conscientização, apenas o valor lucrativo que isto tende a oferecer. Assim, a lógica da indústria cultural atendia aos pressupostos dos governos militares, pois sua produção cultural não feria a ideologia governamental.

Cabem as universidades e seus espaços representarem na década de 1970 um local de resistência dos movimentos sociais, visto que após o desmonte e o insucesso dos movimentos sociais na década 60 a militância se encontrou desarticulada e esparsa. O Movimento Estudantil, desmantelado durante o final da década de 60, começa a se reconstruir e de acordo com seu crescimento, também viraram alvo de perseguição pela repressão do governo militar.

A universidade tentava agrupar e reorganizar os estudantes militantes em manifestações internas, com objetivo de reconstrução das entidades estudantis:

“Estas manifestações constituíam-se em formas alternativas de fazer política uma vez que os ideais revolucionários e a esquerda em geral entraram num processo de revisão depois da derrota da luta armada”. (SANTOS, 2009, p. 502).

Os movimentos sociais dessa época também se caracterizam por ter uma posição partidária mais de esquerda, sendo o PCB (Partido Comunista Brasileiro) o detentor de vários vínculos com movimentos culturais e artísticos e com o CPC (Centro Popular de Cultura) criado em 1961. O CPC por vez, teve sua ideologia baseada no pensamento de intelectuais e acadêmicos do Instituto Superior de Estudos Brasileiros que tratavam da importação de valores culturais de países como os EUA (que detinham forte influência econômica e cultural no Brasil, sentidos por meio do cinema, das propagandas de incentivo ao consumo exacerbado entre outros). Como dito por SANTOS (2009, p. 490) o enfoque era encontrar as raízes da cultura brasileira para que pudessemos superar a influência de culturas estrangeiras e criar uma cultura nacional.

Os movimentos culturais e artísticos buscavam atingir as camadas mais prejudicadas da população (operários, trabalhadores), levando arte de forma na sua forma mais acessível na esperança de tornar esse movimento de libertação das amarras culturais eurocêntricas imperialistas mais revolucionário e impactante possível. Santos (2009, p. 490) revela essa preocupação em atingir as camadas populares quando diz:

Vianninha e Carlos Estevam propunham que as peças do CPC fossem encenadas em qualquer local: na rua, no pátio da fábrica, nas escolas etc. Isto significava atingir realmente as massas, sem a necessidade da cobrança de ingressos e do limite de público.

Influenciado pelo romantismo revolucionário da época, o CPC buscava em seus trabalhos resgatar no oprimido o verdadeiro representante do povo brasileiro. Esse “herói” estaria representado principalmente pelo homem do povo, com raízes rurais, do interior, do coração do Brasil, não infectado pela lógica capitalista urbana predatória. Fica claro que o grande esforço do CPC nesse contexto de opressão militar e violência era conscientizar o proletariado, o oprimido por meio da arte e da cultura, da sua condição como explorado pela burguesia e pela elite econômica, esforço esse regido pela ideologia revolucionária presente na época. Para Carlos Estevam, artista do CPC, “a arte deve ser popular e revolucionária, tratando das questões relativas ao povo e conscientizá-lo da sua condição de classe revolucionária.”.

É notório destacar a ligação importante entre o CPC e a UNE (União Nacional dos Estudantes), que mesmo o CPC não tendo sido formado dentro desta entidade, muitos estudantes participavam das atividades do Centro, estando envolvidos diretamente nos movimentos culturais, ligando a história das duas instituições na década de 1960. Como dito por Santos (2009. P. 496-497):

Todas as manifestações culturais dos anos 60 contribuíram para que em 1968 explodissem revoltas em diversos países que contestavam a política e a sociedade. O “maio francês” foi um acontecimento emblemático do que representou 1968, repercutindo também no Brasil, principalmente nas ações do Movimento Estudantil. (...) os movimentos sociais e culturais sofreriam um segundo golpe com a promulgação do AI-5 em 1968. “Um golpe dentro do golpe” como foi chamado o ato institucional do governo que deu início ao recrudescimento da repressão e ao refluxo das manifestações de rua.

Em 1975 foi criada durante o Governo Geisel a Política Nacional Cultural (PNC), cujo objetivo era destituir das mãos da esquerda o controle da produção cultural impedindo assim que se incentivasse através da cultura a mobilização da sociedade.

Entre outros projetos, a PNC de Geisel teve um papel importante como ferramenta de alienação cultural por ter uma preocupação com os campos da educação e da cultura, sendo esses os principais meios por onde a ideologia militar e direitista seria disseminada.

A PNC então assume o objetivo de manutenção e expansão dos valores culturais tradicionais e conservadores ao mesmo tempo que incentivava e exaltava os elementos culturais provenientes do exterior, com o discurso que essa “importação” de valores estrangeiros (principalmente norte-americanos e europeus) auxiliariam como forma de inserção do Brasil no círculo dos países capitalistas desenvolvidos. Um exemplo disso foi visto no campo educacional com os acordos e políticas que propuseram uma adequação dos moldes de ensino norte-americanos no sistema educacional brasileiro.

Santos (2009, p. 503) no seu estudo O Papel dos Movimentos Sócio-Culturais nos “Anos de Chumbo” nos mostra que:

Os movimentos culturais dos anos 60 possuíam vínculos com partidos e organizações políticas e seguiam um ideário revolucionário, afirmando que a conscientização do povo seria através da arte. Conscientizar o povo da situação de exploração em que ele se encontrava no sistema capitalista seria o passo mais importante para que então, ele se assumisse como vanguarda da revolução. Nos anos 70, as manifestações culturais que apareceram estavam inseridas no contexto dos jovens universitários e não visavam à conscientização do povo sobre seu papel revolucionário. A problemática era alertar os próprios estudantes do que se passava no ambiente da universidade, sobre a importância dos diretórios enquanto espaços de luta etc. A arte tornou-se mais uma forma de luta contra o regime do que um instrumento para a revolução.

Um movimento social para se afirmar enquanto força política e de atuação precisa criar, antes de tudo, uma consciência política e ter capacidade de organização. A população LGBT até por volta da década de 1970 não possuía um movimento de luta articulado propriamente dito, como acontecia já com os movimentos feminista e negro. Como dito por Candido (2017, p. 32) o movimento homossexual (até então chamado de movimento gay) já havia flertado com uma certa forma de organização, mas não no nível de engajamento e politização dos outros movimentos de minorias mais notórios (negro e feminista). A cultura homossexual sempre foi vista como uma cultura “*underground*”, uma cultura que foge da norma e do padrão estabelecido e não atinge a superfície da sociedade, restringida principalmente aos guetos e a vida noturna dos bares e boates.

Dois dos pontos mais importantes e essenciais na divulgação da articulação do movimento gay é o jornal Lampião da Esquina, fundado em 1978 com a proposta de

oferecer um espaço de discussão para o público homossexual, visto que nesse momento outras minorias sociais já haviam conseguido espaço na imprensa alternativa. Candido diz:

Uma coisa importante de se ater, é que a consolidação da organização política do movimento homossexual, além ter tido ajuda e influência dos movimentos negros e feministas, deve muito ao surgimento do *Lampião da Esquina* e do “Grupo Somos”¹⁰⁰. Como diziam os organizadores do jornal em sua edição de abertura: era preciso tirar os homossexuais do gueto, à vista disso, o *Lampião* trouxe a “politização” para seu público.

Para uma cultura ser notada e respeitada é preciso primeiramente que a sociedade de massa tome conhecimento da existência dela não como cultura inferior, escondida, mas sim como uma forma válida e digna de cultura. A divulgação é uma parte essencial para popularização da cultura underground. Candido (2017, p.37) diz:

(...) no regime militar a imprensa alternativa foi um espaço para o debate crítico contra a ditadura, mas o lugar de jornais direcionados a públicos específicos, só foi conquistado no período da abertura política. Foram com esses jornais que as minorias tiveram uma razoável visibilidade na mídia, mesmo sendo em uma imprensa especializada. Nesse sentido, é importante destacar que o *Lampião* trouxe tanto a conscientização, quanto a disseminação do movimento homossexual. O *Lampião*, sendo parte da imprensa alternativa, era um espaço de militância e, conseqüentemente, de contestação. Porém, para além da contestação, o *Lampião* também desempenhou o papel de divulgador cultural.



Imagem 04: A Matança dos Homossexuais - Jornal Lampião de esquina – 1979

A força desse jornal e de tantos outros motivaram o enfrentamento direto de muitas situações contra todos os tipos de preconceitos; assim, o racismo e a homofobia foram enfrentados de forma mais direta a partir do final da década de 1970. Na década de 1960 os desafios mostraram-se inúmeras com a reprovação da classe dominante sobre qualquer movimento social e a partir da promulgação do Ato Institucional nº 5, AI-5, do dia 13 de dezembro de 1968 com ordem direta do governo ditatorial do general Costa e Silva, assim, todas as reivindicações sociais sofreram diretamente atrocidades desse regime e por muito tempo apenas na clandestinidade era possível exercer o direito de lutar.

Os movimentos LGBTs foram significativos para ampliar o direito de liberdade e promover a democracia também como condição para a promoção do sentido do sujeito no mundo, ou seja, os movimentos que tratavam diretamente de uma afronta ao que se convencionou chamar de bons costumes fez com que as condições democráticas fossem pensadas de uma forma ética e não moral. Assim, o movimento LGBT trouxe o fortalecimento do respeito para com as pessoas integralmente e não baseado em preceitos seletivos religiosos que condenam o que as pessoas são.

Outro jornal de luta iniciado na década de 1980 por mulheres lésbicas é o Jornal Chana Com Chana. Esse jornal teve repercussão instantânea na cena brasileira por apresentar duas lutas simultâneas: a anti-homofobia e o anti-machismo. Esse jornal foi uma veículo muito importante para conscientizar as mulheres de suas lutas e coloca-lás diretamente no enfrentamento das questões moralistas que não coincidem jamais com a ética e nem com os direitos humanos. Era um jornal significativo distribuído inicialmente na cidade de São Paulo feita de forma quase artesanal, mas que apontou caminhos para o avanço dos direitos humanos e democracia pelas mulheres.

O jornal Chana com Chana teve em diversos momentos de sua curta existência a proibição declarada, mas as atividades clandestinas prosseguiram e com muita coragem essas mulheres reafirmaram o propósito de suas atividades democráticas e pela luta direta pelos direitos humanos. Assim, o jornal Chana com Chana voltado diretamente para as mulheres lésbicas foi organizado e dirigido de 1981 a 1987 pelo Grupo Lésbico Feminista que depois passou a ser chamado de Grupo de Ação Lésbico-Feminista (GALF).

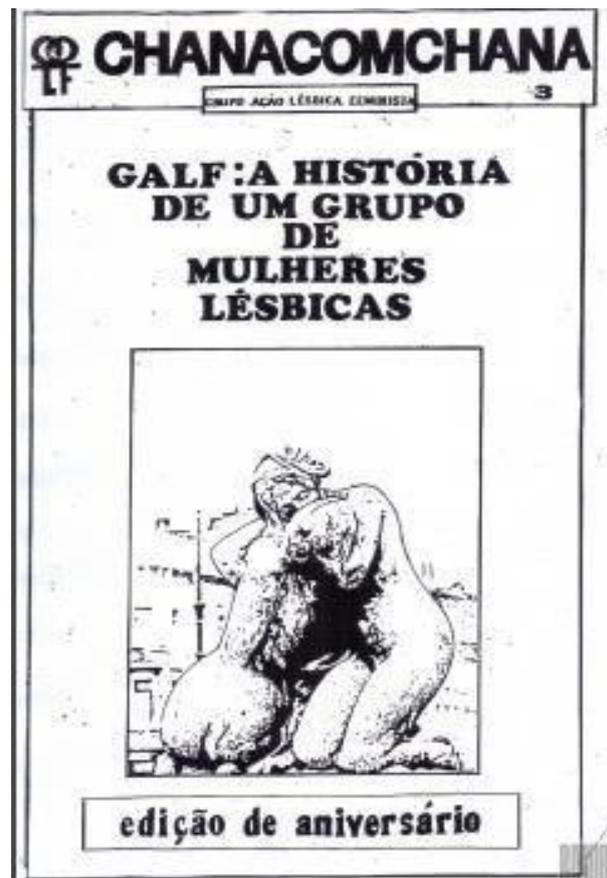


Imagem 05: Jornal Chanacomchana, 1983.

Referente a imprensa homossexual Pinto (2020, p. 68) destaca:

A imprensa homossexual, segundo Vinicius Ferreira Cordão (2017), serviu como ferramenta de visibilidade e sociabilidade entre os homossexuais. Seu surgimento data-se anterior ao Movimento Homossexual, tendo já na década de 1960, alguns periódicos. Segundo Cordão (2017, p. 10), a imprensa homossexual possibilitava a troca de experiências para além das barreiras dos encontros físicos, que ocorriam nos guetos em formação e nos grupos organizados

Desta forma, os jornais alternativos de lutas do movimento gay promoveu uma reação direta a opressão generalizada nas décadas de 1960 a 1970.

A resposta desses jornais trouxe também as experiências anteriores dos movimentos negros contra o racismo no Brasil. O movimento negro é anterior ao movimento gay e com isso forneceu diretamente as bases para a compreensão da luta pela visibilidade e a tática da divulgação das ideias foi significativa para os movimentos negros desde o período imperial no Brasil.

Historicamente o movimento negro foi extremamente perseguido e com isso precisou criar inúmeras táticas para combater essa violência direta contra. As associações de negros e negras vinculadas a questão cultural foi uma estratégia para formar uma ideia mais ampla do que seria o negro nessa sociedade e ao mesmo desvincular de ações políticas diretas. Em plena ditadura militar os movimentos negros tiveram a sua representatividade social voltada para as questões de sua identidade como forma de superar a violência institucional, mas esses movimentos culturais tinham ação política direta vinculando cultura e sociedade com a luta antirracista.

A “Marcha” buscou impedir que os movimentos sociais se fortalecessem, todavia esses movimentos sempre estiveram presentes na luta democrática brasileira e o movimento negro trouxe lições fundamentais para a organização do próprio movimento LGBTQI+.

A “Marcha” fez com que os movimentos negros buscassem outros caminhos de lutas, já que a catolicidade do povo brasileiro era branca e com isso esse cristianismo branco perseguiu diretamente tudo aquilo que não coincidissem com suas normas morais e dogmáticas. Inúmeros movimentos negros foram considerados ilegítimos nessas bases racistas e foram perseguidos.

A ACN (Associação Cultural do Negro) fundada em 1954 foi extinta em 1964 por causa da ditadura militar teve papel de destaque político e não se ausentou do enfrentamento direto, pois preferiu dialogar com os movimentos mais amplos que

aconteciam em todo o mundo como as revoluções africanas e os movimentos pelos direitos civis nos Estados Unidos da América.

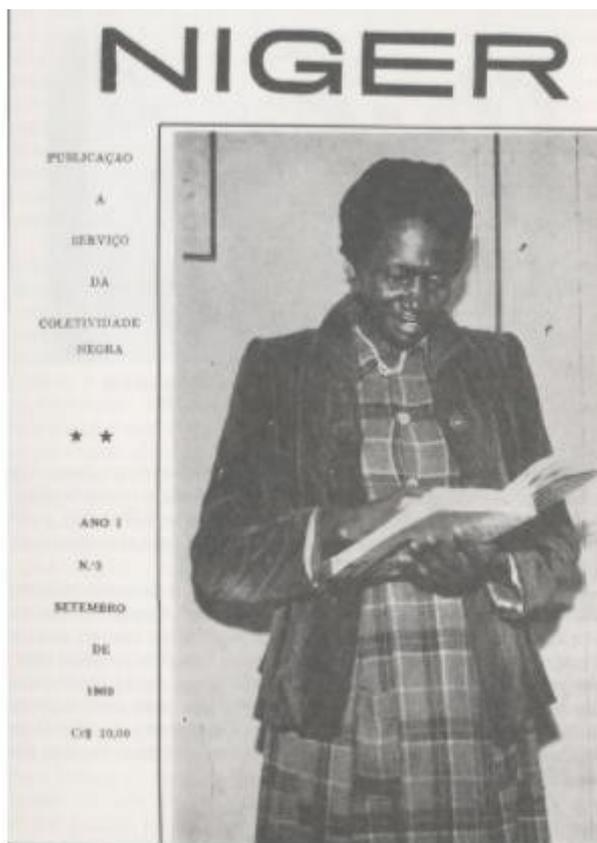


Imagem 06: Revista Niger de 1960 homenagem a Carolina de Jesus.

Ao destacarmos “A Marcha” como elemento constituinte de um movimento reacionário e até mesmo fascista no Brasil apresentamos as alternativas diretas ao mesmo, ou seja, a ditadura militar não foi apoiada pela maioria do povo brasileiro, pois existiam inúmeras demandas dos movimentos sociais do campo, da cidade, pelos direitos humanos, pela dignidade do povo brasileiro, enfim, são inúmeros os grupos que lutaram diretamente contra a opressão visível pela “Marcha”.

A narrativa que processa nesse momento da década de 1960 parece ter sido vitoriosa pelo golpe, mas golpe é golpe, em outras palavras, os movimentos de lutas foram os grandes vitoriosos, pois em todo o mundo as condições de lutas foram efetivadas de forma democrática, crítica e ética como o exemplo de 1968 que dissertaremos a seguir.

1.2. Maio de 1968 e suas influências nos movimentos sociais brasileiros

A França na década de 60 foi marcada por uma dualidade pela oposição entre as modernidades técnicas e econômicas e as formas de organização social e cultural, como dito por MATOS (1981). O sociólogo europeu Alain Touraine dizia que as formas e modelos da educação na escola ou na família e as relações de autoridade em empresas e administração pública (na França e em outros países também) são antigos, arcaicos. Esses modelos ultrapassados serviam como mantenedores de tradições e princípios conservadores, sem permitir e preparar a sociedade para mudanças progressistas e liberais.

Tendo então o embate entre a parcela conservadora da população, que seguiam os denominados *morais e bons costumes* (provenientes principalmente das doutrinas cristãs), o movimento estudantil francês em maio de 1968 iniciou tendo como ponto de partida as demandas estudantis que exigiam reformas no sistema educacional francês e também no modo de viver da sociedade. O contexto mundial da época era de instabilidade, com a guerra fria em pleno vapor, a polarização capitalismo x socialismo pelas enormes potências que eram EUA e URSS e a corrida armamentista. Embalados pelo espírito político da época e pelos protestos e enfrentamentos que tomavam conta de grande parte dos países do ocidente de então, Maio de 68 foi ressignificado de somente um ato educacional para algo maior, mais simbólico, amplo e atemporal do que somente um simples debate sobre educação.

O que começou como um movimento estudantil que ia contra os padrões conservadores e autoritários da academia e a favor de uma reforma no rígido sistema educacional francês (mais especificamente contra o plano Fouchet), logo se alastrou por toda a França, e reuniu várias classes diferentes como estudantes e intelectuais, artistas, feministas, trabalhadores entre outras minorias. O movimento trabalhista aproveitou da notoriedade alcançada pelo movimento estudantil para também fazer suas reivindicações e logo, mais de nove milhões de pessoas estavam engajadas no movimento.

O movimento encontrou imensa resistência pelos agentes do Estado (polícia), sendo comuns os conflitos, agressões e violência físicas entre os combatentes do Estado e os militantes participantes do movimento. Um símbolo físico de resistência do movimento se encontra nas barricadas, que foram árvores, bancos, grades, carros, paralelepípedos. As barricadas não têm função apenas de proteção para assegurar reposta ao agressor opressor, mas sim primeiramente o símbolo do despregamento de um novo

estabelecimento em meio à cidade. Matos (1982) segue dizendo “Por trás delas (barricadas), é toda uma vida que se desenvolve: discussões com as pessoas do bairro que apoiam os estudantes (...) Aqui a comuna universitária se desdobra em comuna política.”

O principal nome do movimento estudantil, Cohn Bendit, dizia que a principal tarefa era “abrir uma brecha”. Os estudantes não boicotavam a universidade, ou chamavam greve, nem faziam listas de reivindicações. O que eles faziam era fazer a instituição ficar fora de funcionamento, sem condições de exercício da autoridade.

Em matéria escrita para o blog Hypeless em 2018, o escritor Vitor Paiva descreve em alguns momentos, a dinâmica das atividades de Maio de 1968:

Enquanto as demandas estudantis eram um tanto filosóficas e simbólicas, as pautas operárias eram concretas e tangíveis, como a redução das jornadas de trabalho e aumento salarial. O que unia todos os grupos era mesmo a oportunidade de se tornarem agentes de suas próprias histórias. (...) Ainda assim, é hoje mais eficaz compreender a herança de maio de 1968 como uma revolução social e comportamental, mais do que uma revolução política. Daniel Cohn-Bendit se tornaria figura símbolo dos fatos, através principalmente da icônica foto em que aparece sorrindo para um policial – que seria, para ele, a definição imagética de que a luta ali não era só política, mas também de vida, pela diversão, pela libertação, por aquilo que os fazia sorrir, do sexo às artes (...) A relação entre pessoas, com o estado, a política, o trabalho, a arte, a escola, tudo foi posto em abalo e revisão – e é por isso que a força daquele mês nas ruas de Paris permanece. Tratam-se, afinal, de demandas um tanto incontornáveis, que ainda carecem de olhares, mudanças, abalos. O próprio sonho de que a vida pode e deve ser diferente, e que essa mudança há de ser conquistada pelas mãos das pessoas, é o combustível que ainda se acende quando pensamos em maio de 1968 – um momento em que os discursos deixaram o aspecto frio e técnico da racionalidade e se transformaram em gestos, em luta, em ação.

No auge do movimento, dois terços da força de trabalho do país entraram em greve. Além de uma greve de trabalhadores e estudantes que visavam melhorias em seus respectivos ambientes, o movimento teve como papel importante uma luta pela libertação das amarras conservadoras e antiquadas. O movimento toma magnitudes com o propósito de “liberar” os prazeres da vida para sociedade, prazeres até então considerados tabus. Matos (1982) coloca que é importante ressaltar e lembrar que esse movimento estudantil se molda na forma e pela busca de uma renovação cultural, inspirado principalmente em Marcuse (pensador do antiautoritarismo), resgatando e trazendo à tona o desejo de “revolução” sexual e um pensamento libertário. Matos ainda conclui que: “O ano de 1968

revela que os movimentos sociais em escala mundial (...) são os porta-vozes da exigência de felicidade e liberdade, e que esta é única e indivisível”.

O movimento de maio de 68 tem impacto em escala global, com vários países acompanhando o que acontecia na França e foi decisivo para que os movimentos sociais do Brasil, principalmente os universitários, se articulassem também para lutar contra o regime autoritário e violento dos militares. E citando a professora Denise Bernuzzi de Sant'Anna:

Na ditadura brasileira, os ventos de maio de 1968 foram traduzidos a partir das necessidades locais. Os gritos eram por liberdade, contra a opressão militar. Mas também houve a influência forte não apenas do movimento estudantil francês como também de tudo o que o nutria: a música, o teatro, a literatura corrosiva da época.

Analisando a dinâmica social global das décadas de 60 e 70, com a efervescência de movimentos sociais que buscavam uma ruptura com o sistema hierárquico opressivo existente, é automática a conclusão que os movimentos sociais no Brasil também começaram a se organizar e se montar, na busca de combater o sistema social advindo do capitalismo selvagem e seus aliados.

No Brasil, os movimentos que ganharam mais força e expressão na luta pelos direitos humanos no século XX foram não somente os Movimentos Negro e o Movimento Feminista, mas também o Movimento LGBT, ferozes combatentes a favor da democracia dos direitos humanos para todos a população.

Capítulo 02: A CONSTRUÇÃO DA CULTURA E DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DOS MOVIMENTOS NEGRO E GAY: A LUTA PELA DEMOCRACIA.

Ao refletirmos a democracia brasileira hoje nos colocamos diante de uma empreitada desafiadora que nos faz pensar o percurso de lutas e desafios, ao mesmo tempo em que essas lutas parecem enfraquecer diante da eleição de um candidato que fez diversas afirmações homofóbicas e racistas, com isso o presente trabalho mostra-se ainda mais importante, uma vez que as definições históricas pela materialização de um espaço de luta mostra-se efetivo e capaz de criar condições no tempo presente e no futuro de resistências.

É significativo pensarmos nas condições que foram necessárias durante o século XX para que homens e mulheres, em sua plenitude humana, gozassem, de fato, da dignidade humana prevista na Constituição Federal de 1988. Essa Constituição que nos organiza enquanto sociedade garante os direitos humanos, a pluralidade de ideias, a diversidade de religiões, o direito a autonomia intelectual, a garantia de uma sociedade pacífica e livre de preconceitos e racismo. Essa Constituição tem em cada página uma árdua luta dos movimentos sociais urbanos, rurais e das florestas, nessa nossa dissertação, optamos por compreender o movimento urbano a partir das lutas dos movimentos negro e LGBT no Brasil.

Os movimentos sociais no Brasil tem uma herança de resistência operacionalizada pela direita, por isso por muitos anos os movimentos sociais eram tratados nos livros didáticos como criminosos ou mesmo nulos, ainda hoje quando se fala em movimentos sociais existem grupos fascistas e até mesmo nazistas no Brasil que recorrem ao discurso e a prática da violência para silenciar esses grupos que se mais se destacam nas lutas pelos Direitos Humanos.

Neste sentido, buscamos compreender os movimentos sociais da população negra e lgbt como condição para o desenvolvimento da democracia, ao mesmo tempo em que colocamos em evidência um modelo democrático que se instaura na legislação, mas não ainda totalmente no corpo social. São muitos os dilemas para tratarmos a compreensão da democracia, por isso não partimos de um modelo que se instaura como condição permanente, mas como dialética que processa uma condição de rupturas, contradições e similitudes; assim, a universalidade dos Direitos Humanos é obrigação das democracia

contemporâneas, todavia essa universalidade não se faz na prática seja pelos cidadãos ou mesmo pelo Estado.

A universalidade dos Direitos Humanos, na sua plenitude e gozo, no tempo presente no Brasil é uma aspiração que necessita de uma formulação histórica de sua herança para compor uma narrativa espacial. É fundamental compreendermos a democracia como deliberação de instâncias promovidas pelo povo, mas essas deliberações não tem a repercussão necessária para desenvolver a plenitude e a igualdade de homens e mulheres numa sociedade machista, classista, racista e heteronormativa, logo, a comunicação das instâncias democráticas não promove uma relação de ampliação que enfrente esses desafios estruturados nas imposições de uma luta contrária aos Direitos Humanos, por isso, é fundamental compreender os movimentos contra a ditadura, o machismo, a opressão capitalista, contra o racismo e pela diversidade de gênero e sexual; assim, ocorrerá uma comunicação que representará tanto pelos processos históricos como pela mobilização espacial e sua definição de um Estado realmente democrático.

Torna-se, portanto, as instâncias do Estado como representantes de uma comunicação que se efetiva na prática para a defesa de todos os valores para todos e todas brasileiras. Não se trata de limitar a democracia em instâncias próprias, mas compreender essas instâncias democráticas como a própria rua e o urbano processado pela necessidade em ampliar as lutas e tornar uma realidade uma vida em plenitude.

A representação democrática pós-1988 no Brasil assumiu um discurso político partidário e, desde então, vem tentando associar os movimentos democráticos por uma sociedade mais justa sempre ligados a partidos políticos, mas não é esse o movimento que existe de fato na cidade negra e gay, na cidade que processa a luta no cotidiano ao mesmo tempo em que pesa, como disse Marx no 18 de Brumário, inexoravelmente a história sobre os ombros de negros, negras e da comunidade LGBT. Essa história que pesa não é apagada, pois pesa o racismo e o preconceito, binôminos da maldade, ao mesmo tempo que pesa as lutas, as brigas, as mortes e os desafios a ordem dominante feitos por homens e mulheres indignadas com esse binômio.

Ao analisarmos historicamente o Brasil pelos movimentos sociais entenderemos os limites dessa análise quando não se leva em consideração a herança escravocrata e conservadora do Estado brasileiro em todas as suas dimensões. Os processos históricos de lutas do movimento negro e gay tiveram e tem ainda barreiras consideráveis e são

colocados como desnecessária para ser refletida pelos movimentos conservadores e pela elite branca brasileira.

A representatividade negra e LGBT não tem um histórico de construção dentro do Estado, pois a representação política é quase que totalmente voltada para o homem branco heteronormativo, sem muitas possibilidades para construir uma história por dentro do Estado brasileiro, ao contrário as representações políticas precisam ainda de exigirem que a lei brasileira, nas suas muitas dimensões, seja plenamente realizada e cumprida.

A população negra e LGBT não tem representatividade eleitoral a partir de um partido político, nem mesmo por grupos de políticos e políticas dentro do legislativo, muito menos qualquer força jurídica dentro do poder judiciário e mais terrível ainda é a representatividade executiva. Assim, quando olhamos para os quadros de representação política temos apenas ausências no Brasil de um projeto de representação real, visto que a lei não consegue apagar uma herança escravocrata, racista, machista e preconceituosa. Diante disso, Moehlecke (2016, p. 413) sinalizou que:

A redemocratização no Brasil é ainda um processo recente e permeado por diversas lacunas não resolvidas. Uma delas refere-se à permanência de condições adscritas, isto é, características não mutáveis inerentes a um indivíduo, como cor e sexo, a influir na definição das oportunidades de ingresso no mercado de trabalho, progressão na carreira, desempenho educacional, acesso ao ensino superior, participação na vida política. Dados sobre discriminação e desigualdades nessas diferentes áreas têm sido sistematicamente divulgados nos últimos anos, nacional e internacionalmente, e a questão não é mais novidade. Contudo, no campo da política, são várias as controvérsias acerca de quais seriam as melhores soluções, já que essa situação tem-se mostrado inalterada por décadas.

Assim, os processos democráticos realizados pelos movimentos sociais alcançaram, ainda hoje, apenas parte de suas aspirações e necessidades ligadas diretamente aos Direitos Humanos.

Segundo Moehlecke (2016) ainda são poucas as respostas dadas pelo Estado brasileiro as questões dos Direitos reais da população negra, com isso a vida política partidária é insuficiente para buscar a redefinição do sentido em ser negro e negra no Brasil a partir das ausências legais de um Estado que tem no comando uma elite branca e conservadora.

Deste modo, a vida política dos negros e negras no Brasil não pode ser identificada com o Estado e muito menos com as instâncias políticas e jurídicas oficiais, mesmo com o reconhecimento do Estado, realizado por meio de pressões populares, ainda existem

muitos direitos para serem alcançados e nenhum será percorrido de forma tranquila. Moehlecke (2016) destaca as ações afirmativas como uma dessas políticas possíveis e formadas a partir da pressão dos movimentos negros.

Também é urgente refletirmos as questões democráticas ligadas diretamente aos Direitos Humanos LGBT; assim, os trabalhos científicos e a militância social de Luiz Mott. A luta do antropólogo e professor da Universidade Federal da Bahia pelos Direitos Humanos e a Cidadania homossexual é notória e extremamente necessária em todo país, por isso, Mott (2004, p. 211-212) enumera os desafios para a cidadania homossexual:

[...] mostrarei que os homossexuais são os mais odiados dentre todos os grupos minoritários, porque o amor entre pessoas do mesmo sexo foi secularmente considerado crime hediondo, condenado como pecado abominável, escondido através de um verdadeiro complô do silêncio, o que redundou na internalização da homofobia por parte dos membros da sociedade global, a iniciar pela repressão dentro da própria família, no interior das igrejas e da academia, inclusive dentro dos partidos políticos, das' próprias entidades voltadas para a defesa dos direitos humanos e do poder governamental. Concluo mostrando que a homofobia internalizada devido à discriminação anti-homossexual contamina mesmo os principais interessados: gays, lésbicas e transgêneros, que em sua maior parte vivem numa espécie de vácuo identitário e sob o efeito perverso da alienação, com baixa auto-estima, e incapazes de ações afirmativas em defesa da própria homossexualidade.

A síntese desse seu trabalho de 2004, como afirmou anteriormente, trata a questão homossexual como um tipo de humanidade que deve ser excluída; assim, negros e negras sofrem o racismo estrutural ora velado ora evidente, tal como a minoria LGBT sofre também bombardeios de ódio e violência.

Mott (2004) explica esse processo terrivelmente violento a partir de uma História nacional que não tem preocupação em constituir uma diversidade que parta da ética e da pluralidade da cidadania, ao contrário o Brasil é um dos países que mais mata seus cidadãos e cidadãs negras somado a quantidade absurda de homicídios e violência contra LGBT.

As lutas históricas travadas nos cenários urbanos brasileiros por cidadania e Direitos Humanos fizeram com que a democracia fosse melhorada, mas tal melhoramento ocorreu dentro da lógica dominante oriunda do sistema escravocrata brasileiro e dos preconceitos oriundos da moral burguesa católica e protestante. Essa sociedade escravocrata e moralista ainda persiste na imposição de uma democracia fragmentária e que não tem um compromisso real para a diversidade, pois mesmo as ações afirmativas e

cotas são embates complicados com a elite branca nacional religiosa. A democracia brasileira tem mais discursos do que de fato uma prática real para cidadãos negros, negras e LGBT.

A moral burguesa cristã conservadora eivada de ódio promove uma democracia que impede a discussão real da sexualidade, do gênero e dos Direitos Humanos. Inúmeros grupos católicos, protestantes, pentecostais e neopentecostais enumeram as práticas religiosas afro-brasileiras e africanas como condição do diabo e também o amor entre pessoas do mesmo sexo é visto, por esses grupos religiosos conservadores e consideravelmente fascistas, como pecado. Mott (2004, p. 213) escreveu que:

De acordo com a teologia moral cristã, um homem amar o outro era pecado mais grave do que matar a própria mãe, escravizar outro ser humano, a violência sexual contra crianças. "Por causa da sodomia, Deus arrasou com Sodoma e Gomorra e destruiu a Ordem dos Templários num só dia!" Negros e índios eram pagãos que deviam ser convertidos à "verdadeira" fé, mas não havia pena de morte ipso facto contra os pagão, nem mesmo contra os judeus e protestantes nascidos nestas religiões. Contra os praticantes do abominável e nefando pecado de sodomia, a Igreja sempre foi e continua sendo absolutamente intolerante: "a homossexualidade é intrinsecamente má", ratificou o último catecismo de João Paulo II.

Não é possível constituir uma democracia que parte da representatividade partidária vinculada aos projetos de uma classe dominante que articula poderes morais e econômicas para dizer o que é ou não correto, ou seja, essa questão religiosa apontada por Mott (2004) é a base de uma democracia se faz mais como fábula do que como verdade, tomando emprestado a parábola de Milton Santos.

A construção de uma democracia real passa pela superação de uma política que não exclui políticos racistas e homofóbicos. Assim, a democracia real será consolidada quando for impedida qualquer manifestação contrária a ética e aos Direitos Humanos, subtraindo políticos e políticas racistas e homofóbicas.

Ana Brusolo Gerbase, Advogada e Vice Presidente da Comissão de Direito Homoafetivo da OAB-RJ, em breve artigo de 2013 intitulado "A Constituição Brasileira e seus Valores Perdidos" destaca a luta LGBT contra os preconceitos "legalizados" na forma política e religiosa:

Recentemente, o Senador Magno Malta veio a público, como se fosse o ato mais nobre de sua existência, ameaçar renunciar ao seu mandato, caso a lei contra homofobia seja aprovada. (...) Em Goiás, o Juiz de Direito Jeronimo Pedro Villas Boas, numa sentença fundamentada em valores pessoais de caráter eminentemente homofóbico, cancela

Escrituras Públicas de Declaração de União Estável, tentando evitar o inevitável. Num ato insano, o Juiz também ordena aos Cartórios que se abstenham de proceder qualquer escrituração de união estável entre pessoas do mesmo sexo. Fundamentando seu pensamento arcaico, o Juiz cita as Constituições desde 1969 e demonstra que não acompanha, e nem aprova as mudanças da sociedade. Ou seja, tudo deve permanecer na mais perfeita ordem da inércia e respeitando os ditames do que alguns consideram “padrões normais“ de comportamento. Não percebem o deputado, o Juiz e tantas outras vozes que se erguem neste mesmo eco, que hoje a família se baseia no afeto, no respeito e em cuidados mútuos. Que “o mesmo teto” e a “prole comum” não são requisitos de constituição de família, assim como não pode ser a diversidade de sexo. Pessoas vivem sob tetos diferentes e nem por isso deixam de formar uma entidade familiar. (p.1).

Deste modo, mesmo a legislação maior, a Constituição, garantindo a cidadania e os Direitos Humanos, aqueles que detém o poder seja numa estrutura macro ou mesmo micro, sempre colocam obstáculos para a que os oprimidos não alcancem a plenitude dos Direitos Humanos, o que acarretou na formação de dois dos principais movimentos sociais a serem abordados nesse texto: o Movimento Negro e o Movimento LGBT. Para estudarmos a ação e o mecanismo de defesa desses movimentos sociais, é necessário estudar variados aspectos de cada um dos dois: sua gênese/formação histórica, suas reivindicações, as medidas e suas organizações, as ideologias políticas (também muitas vezes, partidárias) adotadas, entre outros aspectos.

2.1 Movimento Negro Brasileiro no século XX: histórico, trajetória, a luta incessável e alguns apontamentos.

O negro acumulou frustrações e humilhações que tomam incontáveis os seus anseios de liberdade, de igualdade e de fraternidade. Ele não pode dar a outra face. É tudo ou nada. Ou rebeldia ou capitulação.” (FERNANDES, 1989)

A população negra brasileira historicamente sofreu e ainda sofre com todos os efeitos adversos e perversos que os mais de trezentos anos de escravatura impuseram sobre ela. Ao arrancarem o povo africano de suas comunidades, do seu solo e suas vidas, subsequentemente forçando trabalho manual pesado com castigos da maior crueldade que a mente humana possa inventar, a desigualdade entre a população branca e negra só se expandiu cada vez mais.

Após a abolição da escravatura (um ano antes da proclamação da república, em 1889), os escravos recém libertados não foram assegurados ou resguardados por nenhuma política ou forma legal que garantiram reparação histórica ou ao menos um ponto de partida nivelado em comparação a população branca. Fernandes (1989) nos traz o esclarecimento da situação no momento, onde os escravos expulsos do sistema de trabalho, se encontraram em um ambiente de abundância de trabalho tanto no meio rural quanto urbano, porém “*despreparados para competir com os imigrantes ou para se deslocar para outras ocupações*”, sendo fadados à exclusão, salvo somente a mulher negra que embora sujeita a uma exploração gigantesca, ainda encontrava trabalhos domésticos a serem feitos. Fernandes também teoriza que a abolição na verdade seria uma “falsa abolição”, que na verdade só aboliu os senhores dos escravos de suas obrigações econômicas, sociais e morais diante da situação do negro. O negro então necessitava buscar sua “Segunda Abolição, a abolição da situação catastrófica real causada pela exploração secular”.

Domingues (2007) explica que o novo sistema político da República não assegurou ganhos para a população negra, como também contribuiu para a marginalização dela, visto que as políticas adotadas pelos líderes e pela população seguiam doutrinas do racismo científico e teorias do branqueamento, como visto pelo desejo de branquear a população do país incentivando a entrada maciça de imigrantes europeus, no século XIX, sendo a ideia do embranquecimento uma maneira de “racionalizar os sentimentos de inferioridade racial instalados pelo racismo científico e pelo determinismo geográfico do século XIX, como dito por Guimarães (1999, p.53).

Santos e Silva (2018) contribuem com o esclarecimento que a ideia do racismo científico pregava que a raça humana estaria dividida em raças superiores e inferiores se baseando em aspectos taxonômicos, fisiológicos e psicológicos, formando uma hierarquia biológica na qual os brancos ocupariam logicamente a posição superior e que a miscigenação seria algo degenerativo para a raça branca, mesmo a miscigenação gerando naturalmente uma população mais clara, devido o gene branco ser mais forte (na concepção dessa teoria absurda).

O teórico e sociólogo Gilberto Freyre em sua obra Casa-grande e Senzala (1933) traz à tona uma interpretação do Brasil formado por uma sociedade multirracial, onde as raças componentes (majoritariamente africana, nativa indígena e europeia) tem papel

igualmente valiosos no processo de formação nacional, constituindo o país de uma “brasilidade mestiça, orgânica e unitária”.

Skidmore (1976) afirma que a interpretação de Freyre reforçava: “(...) o ideal de branqueamento, mostrando de maneira vívida que a elite (primitivamente branca) adquiriu preciosos traços culturais do íntimo contato com o africano (e com o índio, em menor escala)”.

Para Munanga (2004) porém, Freyre fortificava o mito original da “*sociedade brasileira configurada no triangulo cujos vértices são as raças negra, branca e índia*” e destaca que as três raças trouxeram a discussão o mito da democracia racial, que:

[...] exalta a ideia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo as elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não-brancas de terem consciência de seus sutis mecanismos de exclusão na qual são vítimas na sociedade. (MUNANGA, 2004, p. 89)

Sobre o mito da democracia racial, Fernandes (1989, p. 11) traz a tona um pensamento crítico certo ao dizer que:

As elites, que se apegaram a ele numa fase confusa, incerta e complexa de transição do escravismo para o trabalho livre, continuam a usá-lo como expediente para ‘tapar o sol com a peneira’ e de autocomplacência valorativa. Pois consideremos: o mito – não os fatos – permite ignorar a enormidade da preservação de desigualdades tão extremas e desumanas, como são as desigualdades raciais no Brasil; dissimula que as vantagens relativas ‘sobem’ – nunca ‘descem’ – na pirâmide racial; e confunde as percepções e as explicações.

A população negra desamparada pela república, desprovida de qualquer formação intelectual formal ou mesmo técnica e sem provisões financeiras, foi largada às margens da sociedade. Os que não voltaram para trabalhar nas fazendas recebendo quantias absurdamente baixas, se deslocaram para os centros urbanos para trabalharem também em serviços de baixíssima remuneração e sem qualificação alguma. A geografia urbana e seus estudos denotam o aparecimento das favelas, cortiços e dos guetos nesse momento, onde a população negra não tinha condições de ocuparem espaços privilegiados no espaço físico das cidades (nomeadamente o centro e adjacências das cidades) e acabava se instalando nos pontos mais distantes e deficientes de infraestrutura e atendimento adequados.

Na incessante busca pela reversão desse quadro de marginalização secular sofrida entranhada nas raízes da nação, a comunidade negra (composta principalmente pelos libertos, ex-escravos e descendentes africanos) começa a se articular em busca de mudança, instituindo então movimentos de mobilização racial negra no Brasil por alguns estados do país. Inicialmente, essas associações tinham finalidades essencialmente assistencialistas, recreativas e culturais, juntando números crescentes de trabalhadores (principalmente dos setores portuários, ferroviários entre outros, nos moldes de uma entidade sindical) e somente em São Paulo, entre os anos de 1907 e 1937, foram contabilizadas 123 associações negras. Fernandes (1989, p. 61) diz que:

Os negros e os mulatos tomaram a si - sem apoio externo — a tarefa de modificar essa situação. Os movimentos sociais no meio negro pretendiam esse objetivo ambicioso, contra todos e contra tudo. Na verdade, se alcançassem êxito, teriam limpado a sociedade brasileira das sequelas do mundo colonial e da sociedade escravista. Através de uma revolução dentro da ordem, conquistariam o que lhes fora negado. (...) Por suas vias intelectuais e por seus méritos, a imprensa negra e várias organizações ou associações negras denunciaram a realidade, desmascararam as manifestações e os defeitos do preconceito de cor e da discriminação racial.

A comunidade negra também procurou se articular e buscar maior participação nos meios de comunicação, principalmente nos jornais, fenômeno denominado de imprensa negra (jornais feito por negros e com enfoque nas questões da população negra). Essa representatividade era de vital importância, visto que a comunidade afrodescendente necessitava de uma imprensa alternativa transmitindo informações e que fosse oposta àquela branca e conservadora. Domingues (2007, p. 104) contabilizou até o ano de 1930, em torno de 30 jornais da imprensa negra circulando em São Paulo, sendo o primeiro o jornal A Pátria de 1899 e um dos principais, o Clarim da Alvorada lançado em 1924.

A articulação se alastrou por diversos estados do país, como por exemplo o lançamento dos jornais A Raça (1935, Uberlândia/MG), o União (Curitiba/PR, 1918), o Exemplo (1892, Porto Alegre/RS) e o periódico negro de maior longevidade no país, o Alvorada (Pelotas/RS, 1907-1965).

Domingues (2007) explica qual o foco majoritário desses jornais da imprensa negra quando diz:

Esses jornais enfocavam as mais diversas mazelas que afetavam a população negra no âmbito do trabalho, da habitação, da educação e da saúde, tornando-se uma tribuna privilegiada para se pensar em soluções concretas para o problema do racismo na sociedade brasileira. Além disso, as páginas desses periódicos constituíram

veículos de denúncia do regime de “segregação racial” que incidia em várias cidades do país, impedindo o negro de ingressar ou frequentar determinados hotéis, clubes, cinemas, teatros, restaurantes, orfanatos, estabelecimentos comerciais e religiosos, além de algumas escolas, ruas e praças públicas. Nesta etapa, o movimento negro organizado era desprovido de caráter explicitamente político, com um programa definido e projeto ideológico mais amplo. (2007, p. 105)

O movimento negro brasileiro se solidifica e se fortalece na década de 1930, mais precisamente no ano de 1931 com a fundação da Frente Negra Brasileira (FNB) em São Paulo, considerada uma entre as principais frentes de articulação do Movimento Negro e tendo reivindicações políticas delineadas e deliberadas, além de sucessora do Centro Cívico Palmares. A FNB se expandiu com delegações para diversos estados do país, agrupando milhares de “pessoas de cor” (como eram denominados os negros e afrodescendentes da época) e se tornando então a maior e mais importante entidade de representatividade negra no país no momento, superando os vinte mil associados (DOMINGUES, p. 106). A FNB, já transformada em partido político em meados da década de 1930, reunindo reivindicações e chegou a ser atendida em audiência com o presidente da época, Getúlio Vargas, mostrando tamanha força de negociação e barganha do Movimento Negro até então.

Com golpe dado por Getúlio instaurando o Estado Novo, caracterizado por violentas repressões políticas e inviabilização de qualquer articulação social, sendo imposto pela ditadura em 1937, a FNB (junto com os demais movimentos de organização política) acabou sendo extinta e o Movimento Negro, enfraquecido e esvaziado. Após o fim do governo de Vargas, o movimento negro torna a se articular, com finalidade de ampliar seu raio de ação, visto que o movimento negro havia aumentado seus protestos por diversas razões, entre elas: a problemática da discriminação racial crescendo e os preconceitos e estereótipos ainda enraizados na população continuavam seguindo os negros e porque notória parte da população negra continuava ainda as margens da sociedade, residindo em favelas e mucambos, trabalhando na agricultura de subsistência.

Em 1943, foi fundada a União dos Homens de Cor (chamada comumente de UHC) e dotada de complexa estrutura administrativa e organizacional, com o objetivo de “elevar o nível econômico e intelectual das pessoas de cor em todo o território nacional, tornando-as aptas a ingressarem na vida social e administrativa do país em todas suas atividades e setores”. Com caráter expansionista rápido, no final da década de 1940 já tinha

representações em dez estados da Federação (Minas Gerais, Santa Catarina, Bahia, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Sul, São Paulo, Espírito Santo, Piauí e Paraná), onde promoviam por meio da imprensa local debates e serviços de assistência jurídica, médica, educacionais e eleitorais.

Além da FNB, outro movimento de agrupamento notório foi o Teatro Experimental Negro (TEM), sediado na cidade de Rio de Janeiro a partir de 1944, tendo como liderança maior o nome de Abdias do Nascimento e foi considerado um avanço significativo na organização da comunidade negra. De acordo com Domingues (2007, p. 109):

A proposta original era formar um grupo teatral constituído apenas por atores negros, mas progressivamente o TEN adquiriu um caráter mais amplo: publicou o jornal Quilombo, passou a oferecer curso de alfabetização, de corte e costura; fundou o Instituto Nacional do Negro, o Museu do Negro; organizou o I Congresso do Negro Brasileiro; promoveu a eleição da Rainha da Mulata e da Boneca de Pixe; tempo depois, realizou o concurso de artes plásticas que teve como tema Cristo Negro, com repercussão na opinião pública. Defendendo os direitos civis dos negros na qualidade de direitos humanos, o TEN propugnava a criação de uma legislação antidiscriminatória para o país.

Nessa segunda fase de organização do Movimento Negro (pós ditadura Vargas), é notório salientar que a imprensa negra volta a ter destaque e ganha visibilidade com a publicação dos diversos jornais protestantes pelo país como: Em São Paulo, surgiram o Alvorada (1945), O Novo Horizonte (1946), Senzala (1946), Notícias de Ébano (1957), O Mutirão (1958), Níger (1960); em Curitiba, o União (1947); no Rio de Janeiro, o Redenção (1950) e A Voz da Negritude (1952). Mesmo com a crescente notoriedade e representatividade que o Movimento Negro adquiria com suas articulações, o mesmo ficou isolado politicamente nesse momento, não contando com apoio político de nenhuma vertente (esquerda ou direita), como notado pelo episódio específico ocorrido em 1946 quando o senador Hamilton Nogueira (UDN) apresentou à Assembléia Nacional Constituinte um projeto de lei antidiscriminatória que foi vetado, com forte oposição pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), que alegava divisão na luta dos trabalhadores e atraso na marcha da revolução socialista no país.

Na terceira fase do Movimento Negro, uma derrota significativa veio com o Golpe Militar instaurado em 1964 que buscava barrar o avanço do comunismo pelo país. O governo militar tentou suprimir e desarticular todos os movimentos sociais que não fossem alinhados à ideologia dos militares, então o movimento negro foi acusado de criar

e incitar um problema “inexistente” no Brasil, o racismo. A discussão da questão racista foi banida e o mito da democracia racial ganha força total nos anos iniciais da Ditadura, deixando as lideranças e o movimento negro totalmente as escuras, agindo como clandestinos.

Somando o isolamento político com a ditadura militar e o esvaziamento dos movimentos negros, as atividades do movimento foram massivamente reduzidas e penalizadas. Santos e Silva (2018, p.261) contribuem para a discussão do mito da democracia racial nos mostrando ainda que o mito da democracia racial tem raízes profundas na sociedade e acaba acobertando os conflitos raciais e as desigualdades existentes na sociedade brasileira, facilitando também na manutenção da alienação dos não-brancos.

Passados os anos iniciais e os anos de chumbo da Ditadura (Governo Médici e promulgação do AI-5: Ato Institucional número 5 que perdurou de 1968 até 1978), o Movimento Negro volta a se reorganizar politicamente no final da década de 1970, em conjunto com a ascensão dos movimentos populares, sindicais e estudantis (como por exemplo, o movimento estudantil influenciado pelo movimento Maio de 1968 da França) e em 1978 foi fundado o Movimento Negro Unificado (MNU), marcando a volta do movimento negro organizado na cena política do país.

O Movimento Negro Unificado foi influenciado fortemente por movimentos de luta pelos direitos civis estadunidenses (liderados por nomes como Martin Luther King, Malcon X e os Panteras Negras) e por movimentos de libertação dos países africanos, mais claramente em países lusófonos como Guiné Bissau, Moçambique e Angola. A influência direta desses movimentos fez o MNU adotar um discurso radical contra a discriminação racial. Internamente, o centro do MNU era a organização marxista Convergência Socialista, que foi a escola de formação política e ideológica de diversas lideranças importantes dessa fase nova do grupo. (DOMINGUES, 2007).

Havia, na Convergência Socialista, um grupo de militantes negros que entendia que a luta antirracista tinha que ser combinada com a luta revolucionária anticapitalista. Na concepção desses militantes, o capitalismo era o sistema que alimentava e se beneficiava do racismo; assim, só com a derrubada desse sistema e a conseqüente construção de uma sociedade igualitária era possível superar o racismo. (p. 112)

Em 8 de junho de 1978, nesse contexto de reorganização do Movimento Negro, foi criado o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial, chamado MUCDR, que teve na sua primeira atividade um ato público em repúdio à discriminação racial sofrida por quatro jovens negros, reunindo mais de três mil pessoas no dia 7 de julho de 1978 nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, considerado esse o maior avanço político realizado pelo negro na luta contra o racismo no momento. Domingues (2007) explicita outro ato político do MUCDR:

Uma Carta Aberta, distribuída à população, concitava os negros a formarem ‘Centros de Luta’ nos bairros, nas vilas, nas prisões, nos terreiros de candomblé e umbanda, nos locais de trabalho e nas escolas, a fim de organizar a peleja contra a opressão racial, a violência policial, o desemprego, o subemprego e a marginalização da população negra. (2007, p. 114)



Imagem 07: Manifestação do Movimento Negro Unificado, em 1978, no Teatro Municipal de São Paulo (Foto: Jesus Carlos via Memorial da Democracia). Disponível em: <https://mercadizar.com/noticias/abolição-da-escravatura-13-de-maio-e-uma-data-a-ser-comemorada/>

O MUCDR incorporou a palavra Negro ao seu nome, passando a se chamar Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR) e depois foi simplificado, adotando novamente o nome Movimento Negro Unificado (MNU). Em seu programa de Ação realizado no ano de 1982 (já próximo do fim do governo militar, que ocorreu em 1985), o MNU tinha como reivindicações mínimas:

- desmistificação da democracia racial brasileira;
- organização política da população negra;;
- transformação do Movimento Negro em movimento de massas;

- formação de um amplo leque de alianças na luta contra o racismo e a exploração do trabalhador;
- organização para enfrentar a violência policial;
- organização nos sindicatos e partidos políticos;
- luta pela introdução da História da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares e a busca pelo apoio internacional contra o racismo no país.

O renascimento do MNU, solidificado e representativo significou um grande marco na história do protesto da comunidade negra do país, pois trazia a proposta e a efetivação da unificação da luta de todos os grupos antirracistas em escala nacional, com meta de fortalecer o poder político do movimento negro. O MNU passou a celebrar o dia 20 de Novembro (provável data da morte de Zumbi dos Palmares, eleito como símbolo da resistência à opressão racial), dia eleito como Dia Nacional de Consciência Negra. A reorganização do MNU foi muito bem articulada, atuando inclusive no setor educacional e cultural, como explica Domingues:

Para incentivar o negro a assumir sua condição racial, o MNU resolveu não só despojar o termo “negro” de sua conotação pejorativa, mas o adotou oficialmente para designar todos os descendentes de africanos escravizados no país. Assim, ele deixou de ser considerado ofensivo e passou a ser usado com orgulho pelos ativistas, o que não acontecia tempos atrás (...) Naquele período, o movimento negro passou a intervir amiúde no terreno educacional, com proposições fundadas na revisão dos conteúdos preconceituosos dos livros didáticos; na capacitação de professores para desenvolver uma pedagogia interétnica; na reavaliação do papel do negro na história do Brasil e, por fim, erigiu-se a bandeira da inclusão do ensino da história da África nos currículos escolares. Reivindicava-se, igualmente, a emergência de uma literatura “negra” em detrimento à literatura de base eurocêntrica. O movimento negro organizado “africanizou-se”. A partir daquele instante, as lides contra o racismo tinham como uma das premissas a promoção de uma identidade étnica específica do negro. O discurso tanto da negritude quanto do resgate das raízes ancestrais norteou o comportamento da militância. Houve a incorporação do padrão de beleza, da indumentária e da culinária africana. (2007, p. 115-116)

Dois aspectos distintos dessa terceira fase do movimento negro são, de um lado, a crescente consolidação de uma nova identidade racial e cultural para o negro, do outro, a introdução (por meio do movimento negro) das reivindicações antirracistas no debate político e ideal da sociedade brasileira.

Simultaneamente a essa reorganização política do MNU, ocorreu a volta da chamada imprensa negra, com os jornais principais sendo: SINBA (1977), Africus(1982), Nizinga (1984), no Rio de Janeiro; Jornegro (1978), O Saci (1978), Abertura (1978), Vissungo (1979), em São Paulo; Pixaim (1979), em São José dos Campos/SP; Quilombo (1980), em Piracicaba/SP; Nêgo (1981), em Salvador/BA; Tição (1977), no Rio Grande do Sul, além da revista Ébano (1980), em São Paulo. Além de ser uma nova fase na organização da comunidade negra, o MNU teve como estratégia principal a combinação da luta do negro com a de todos os oprimidos da sociedade, entrando aí o movimento feminista e o movimento LGBT (na época, conhecido como movimento homossexual ou movimento gay). O movimento LGBT e o Movimento Feminista se uniram ao Movimento Negro com o objetivo de unificação das forças sociais e culturais, gerando uma força política de maior alcance e representatividade ao reunir uma parcela quantitativa significável da população brasileira.

Domingues (2007, p. 118-119) executou um trabalho impressionante ao esquematizar e apresentar um quadro avaliativo explicando detalhadamente as três etapas do movimento negro no Brasil:

| Movimento Negro Brasileiro | Primeira Fase (1889-1937) | Segunda Fase (1945-1964) | Terceira Fase (1978-2000) |
|--|---|---|---|
| Conjuntura internacional | Movimento nazifacista e pan-africanista | Movimento da <i>negritude</i> e de descolonização da África | <i>Afrocentrismo</i> , movimento dos direitos civis nos Estados Unidos e de descolonização da África |
| Principais termos de autoidentificação | Homem de cor, negro e preto | Homem de cor, negro e preto | Adoção “oficial” do termo “negro”. Posteriormente, usa-se, também, o “afro-brasileiro” e o “afro-descendente” |
| Causa da marginalização | A escravidão e o despreparo moral/educacional | A escravidão e o despreparo cultural/educacional | A escravidão e o sistema capitalista |

| | | | |
|---|--|--|--|
| Solução para o racismo | Pela via educacional e moral, nos marcos do capitalismo ou da sociedade burguesa | Pela via educacional e cultural, eliminado o complexo de inferioridade do negro e reeducando racialmente o branco, nos marcos do capitalismo ou sociedade burguesa | Pela via política (“negro no poder!”), nos marcos de uma sociedade socialista, a única que seria capaz de eliminar com todas as formas de opressão, inclusive a racial |
| Métodos de luta | Criação de agremiações negras, palestras, atos públicos “cívicos” e publicação de jornais | Teatro, imprensa, eventos “acadêmicos” e ações visando à sensibilização da elite branca para o problema do negro no país | Manifestações públicas, imprensa, formação de comitês de base, formação de um movimento nacional |
| Relação com o “mito” da democracia racial | Denúncia assistemática do “mito” da democracia racial | Denúncia assistemática do “mito” da democracia racial | Denúncia sistemática do “mito” da democracia racial |
| Capacidade de mobilização | Movimento social que chegou a ter um caráter de massa | Movimento social de vanguarda | Movimento social de vanguarda |
| Relação com a “cultura” negra | Distanciamento frente alguns símbolos associados à cultura negra (capoeira, samba, religiões de matriz africana) | Ambiguidade valorativa diante de alguns símbolos associados à cultura negra (capoeira, samba, religiões de matriz africana) | Valorização dos símbolos associados à cultura negra (capoeira, samba, religiões de matriz africana, sobretudo o candomblé) |
| Como concebiam o fenômeno da mestiçagem | De maneira positiva (discurso pró-mestiçagem) | De maneira positiva (discurso pró-mestiçagem) | De maneira negativa (discurso contra a mestiçagem) |
| Dia de reflexão e/ou protesto | 13 de Maio (dia da assinatura da Lei Áurea em 1888) | 13 de Maio (dia da assinatura da Lei Áurea, em 1888) | 20 de Novembro (dia da comemoração da morte de Zumbi dos Palmares) |
| Principais lideranças | Vicente Ferreira, José Correia Leite, Arlindo Veiga dos Santos | José Bernardo da Silva, Abdias do Nascimento | Hamilton Cardoso, Lelia Gonzalez |

Quadro 01: Quadro explicativo sobre as características do movimento negro brasileiro feito por Petrônio Domingues, incluso no artigo Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos (2007, p. 118-119)

Analisando a trajetória do Movimento Negro no Brasil com seu histórico de luta e reivindicações, é de suma importância darmos a devida valorização e reconhecimento aos pertencentes desse grupo, que lutaram e continuam lutando arduamente diariamente para que os direitos humanos básicos necessários para uma vida em sociedade coesa, respeitosa e saudável sejam acessíveis e alcançáveis a toda a população, além de servirem como exemplo e modelo para outros movimentos sociais de minorias se espelharem.

Assim, as questões históricas mostram-se fundamentais para compreendermos o tempo presente e os desafios dessa trajetória de quanto impulsionou a democracia brasileira e as lutas diretas pelos direitos humanos.

A perseguição aos movimentos negros tiveram resultados contrários, já que nas últimas décadas a força desse movimento foi mobilizada para ações contra o racismo estrutural, contra o Estado opressor e contra a cultura branca que se impõe como hegemônica. Muitas mortes e violência compõem esse movimento e com isso é fundamental compreendermos que as lutas ainda persistem, visto que o racismo ainda existe.

Recentemente no Brasil tivemos muitas atrocidades cometidas contra negros e negras que firmaram espaço na mídia; assim, essas lutas ainda são justificadas por termos uma constituição racista a partir de uma estrutura promotora de uma violência que não se extinguiu ou pelo menos foi subtraída ao longo dos últimos anos. O homicídio covarde e brutal feito no Supermercado Carrefour de Porto Alegre trouxe muita indignação para todas as pessoas que estão comprometidas com uma postura ética e que valorizam a vida na sua plenitude.

O homicídio do senhor João Alberto Silveira Freitas de 40 anos de idade ocorreu na véspera do Dia da Consciência Negra na cidade de Porto Alegre (RS) em 2020. É importante destacarmos as imagens dessa violência para que compreendamos o nível da estrutura de morte que é organizada e planejada nesse país. Os seguranças mataram o homem após esse ter tido um desentendimento, que não se sabe a origem, mas isso não justifica em absoluto esse homicídio cruel e covarde, ou seja, o simples desentendimento entre uma pessoa negra e outra pessoa funcionária do Supermercado Carrefour levou os seguranças a agirem com nível de violência desproporcional, mas quando olhamos para a história nacional apenas confirma a violência e o racismo estrutural.



Vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=hNMSJHxRN78>

Assim, essa e outras mortes que ocorreram e poderão ainda ocorrer justifica historicamente o movimento negro como luta ininterrupta pelos direitos humanos e pelo direito a vida. O Brasil é um dos países do mundo vai violento e um dos países que mais mata homens e mulheres negras. A luta dos movimentos negros tem alcançado níveis fundamentais de consciência e luta política, todavia ainda é absurda a quantidade de homicídios que ocorre no país tendo como vítimas mulheres e homens negros.

De acordo com o Atlas da Violência (IPEA-Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2020) no Brasil houve nos últimos dez anos o aumento de 11,5% de homicídios de pessoas negras. Os números elevados de morte de homens e mulheres negras contrasta com a subtração de mortes de forma violenta quanto a taxa de não negros que ficou menor em 12,9% em relação ao mesmo período.

Uma das principais expressões das desigualdades raciais existentes no Brasil é a forte concentração dos índices de violência letal na população negra. Enquanto os jovens negros figuram como as principais vítimas de homicídios do país e as taxas de mortes de negros apresentam forte crescimento ao longo dos anos, entre os brancos os índices de mortalidade são muito menores quando comparados aos primeiros e, em muitos casos, apresentam redução.

Apenas em 2018, para citar o exemplo mais recente, os negros (soma de pretos e pardos, segundo classificação do IBGE) representaram 75,7% das vítimas de homicídios, com uma taxa de homicídios por 100 mil habitantes de 37,8. Comparativamente, entre os não negros (soma de brancos, amarelos e indígenas) a taxa foi de 13,9, o que significa que, para cada indivíduo não negro morto em 2018, 2,7 negros foram mortos. Da mesma forma, as mulheres negras representaram 68% do total das mulheres assassinadas no Brasil, com uma taxa de mortalidade

por 100 mil habitantes de 5,2, quase o dobro quando comparada à das mulheres não negras. (IPEA, 2020, p. 47).

Essa violência registrada e demonstrada estatisticamente é resultado de séculos de racismo e de prevalência de políticas do Estado que preferem perseguir e condenar sejam os sujeitos negros sejam os movimentos sociais; assim, até mesmo a coletividade passa por situações de violência e opressão.

No Brasil após a década de 1940 os movimentos negros passaram a serem mais perseguidos diretamente por causa da postura democrática e reivindicatória dos mesmos, já que no governo Vargas as imposições de um modelo de Estado e de pessoas passava pela prevalência do catolicismo e do “embranquecimento” oriundo das políticas de Estado para trazerem europeus para o país.

A União e os demais Estados da Federação constituíram políticas rígidas de estrangulamento dos movimentos sociais em nome de uma ordem necessária para o desenvolvimento nacional, em outras palavras, a ordem dominante buscava impedir diretamente que outras formas de pensar e ser constituíssem possibilidades.

Durante a ditadura militar a unificação das secretarias de segurança quanto a repressão foi inaugurada com êxito a partir de 1969; assim, a repressão passou a ter uma maior articulação interna e maior comunicação favorecendo a localização dos movimentos políticos e dos movimentos sociais sejam mais progressistas ou mesmo revolucionários, pois para a ditadura militar o importante era a manutenção da ordem predominante.

O Departamento Estadual de Ordem Política e Social (Deops) tinha como dever atribuído pelo Estado coibir o crime político, tornando-se um sistema de repressão que procurou controlar a disseminação de ideias contestatórias e a atuação política da sociedade ao longo de quase todo o século XX. Durante o regime militar, houve a organização de vários órgãos, formando um complexo aparato repressivo, integrado pelos vários Deops; esses órgãos constituíam uma comunidade de informações e segurança. Com a análise da documentação do Deops de São Paulo (Deops/SP), pôde-se observar a ação vigilante e repressiva em relação aos movimentos negros por parte do regime militar, notando-se indícios de preconceito e estigmas raciais no discurso sustentado pela polícia política.

A vigilância aos movimentos negros por parte do Deops/SP não foi iniciada com o regime militar. Desde a década de 1930 as associações afrodescendentes vinham sendo alvo de uma atuação vigilante e repressiva, sustentada por uma visão policial que classificava essas associações como “introdutoras” da questão racial no Brasil e, em consequência disso, geradoras de conflitos que poderiam desestabilizar a “democracia

racial brasileira”. Esse argumento levou à proibição de algumas das associações, como a Organização de Cultura e Beneficência “Jabaquara”, na década de 1940. (KÖSSLING, 2011, posição kindle 7,226)

Segundo Kössling (2011) os departamentos de segurança de cada Estado tinham condições repressivas voltadas diretamente focada na ordem social e política, desta forma, tudo que não era orientado pela direção militar, com sua moralidade burguesa e ordem dogmática, era considerado algo negativo. A negatividade, portanto, estava na pro-moção de qualquer desordem quanto a centralidade da direção militar; assim, movimentos de bairros, movimentos sociais qualquer eram considerados subversão a ordem imperativa. Neste sentido, Kössling (2011) destaca que a desordem significa caos, logo qualquer movimento social era compreendido, pelos militares e seus apoiadores, como caótico por sua agitação fora da ordem estabelecida, logo, manter a ordem significava a ordem integral e precisava incluir a ordem racial: “A manutenção da ordem vigente, entre elas a racial, fazia parte desse projeto” ((KÖSSLING, 2011, posição kindle 7,244).

Nesse sentido a lógica da repressão construída historicamente nos coloca diante da violência estrutural como um racismo permanente organizado pelo próprio Estado. O papel dessa dissertação é justamente apontar os caminhos de superação desse racismo e mostrar como as lutas sociais são ainda significativas no tempo presente no Brasil.

A ditadura militar empreendeu repressão violenta contra os movimentos negros, já que a ordem estabelecida partia das premissas do cristianismo branco e do conservadorismo moralista burguês. A cultura negra, portanto, desde Vargas até a ditadura militar era um perigo direto para a ordem estabelecida; assim, os movimentos culturais exercem um poder contestatório e podem afetar diretamente aquilo que lutam contra, por isso, o Estado brasileiro sempre se mostrou distante da agenda cultural negra como parte de sua oficialidade.

Os grupos culturais negros no Brasil tiveram grande relevância na luta pela democracia e pela promoção de uma sociedade não racista. As diversas formas de organização do movimento negro garantiram a máxima expressividade da identidade, da cultura, da religiosidade, da luta e de todas as formas de manifestações que todo ser humano tem direito.

Essas lutas foram significativas para ampliar o orgulho em ser negro e ao mesmo tempo reivindicar tudo que é de direito histórico consorciado com os direitos e garantias fundamentais das Constituições democráticas e, sobretudo, permitir que negros e negras exerçam realmente a democracia no Brasil.

Sansone (2003) elenca as questões culturais como fundamentais para a formação de uma identidade que elenca a negritude como empoderada e poderosa, ou seja, a cultura é o elo que precisa ser explicitado. Isso tem impacto direto na composição e na obrigação da própria legislação pertinente ao ensino; assim, a legislação que garante a história africana, afro-brasileira e sua composição cultural na compreensão do tempo presente precisa ser explicitada com mais dinâmica no cotidiano da escola e da própria universidade.

Os movimentos negros de lutas são originários das contradições do próprio capitalismo e do racismo estrutural organizado pela classe dominante; assim, a legislação nacional antirracismo empreende uma força diretiva a partir da escola por meio das leis As Leis 1.639/2003 e 11. 645/2008, as quais promoveram a obrigatoriedade do ensino em todas as escolas brasileiras da história e cultura afro-brasileira e indígena na educação básica. Essa legislação garantiu um marco histórico na luta dos movimentos negros e permitiu, pela primeira vez na história brasileira, que as questões oriundas dos processos colonizadores fundados sobre o racismo fossem explicitados e garantissem aos homens e mulheres negras a autonomia na produção de uma outra escola possível.

Sansone (2003) explicita esse caminho de lutas pela história recente do Brasil e coloca o papel da economia como central nessa composição de orgulho e vontade de superar o Estado brasileiro na sua organização historicamente racista. Sansone (2003) destaca o melhoramento da condição de vida dos negros e negras a partir (da década de 1960 até a década de 1980) de suas inserções no mercado de trabalho exercendo funções técnicas e com isso consideravelmente bem remuneradas o que fez com que os movimentos negros tivessem mais apoio, já que os negros estavam melhores empregados e com remunerações salariais mais adequadas.

Mais negros do que nunca conseguiram obter empregos formais com oportunidades de mobilidade social, numa transição gradativa que deflagrou o início de um tipo diferente de consciência social e racial. De 1964 a 1983, a junta militar reprimiu os direitos civis e desestimulou a organização dos negros. Ainda assim, os dez anos decorridos entre o começo da década de 1970 e o da de 1980, que corresponderam a um afrouxamento do controle militar, foram um período de crescimento e criatividade para as organizações negras e a cultura negra. Mais do que antes, os novos trabalhadores negros começaram a exigir igualdade e, em consequência disso, demonstraram interesse no orgulho negro e nas organizações negras. (SANSONE, 2003, posição kindle 605).

Desta maneira, o orgulho negro passou a ser estrategicamente pensado para compor as reivindicações políticas e inúmeros movimentos de lutas buscaram diretamente na

organização partidária oficial a partir da Constituição Federal de 1988 e se lançaram candidatos e candidatas ao executivo e ao legislativo em todo território brasileiro.

O orgulho negro não foi uma condição cultural, mas uma necessidade política e de lutas que demonstram diretamente a força daqueles oprimidos que conseguiram resistir por séculos e empregar toda força possível contra o Estado, a economia e política. É preciso destacar o processo de constituição das lutas históricas como aqueles que sublinharam o sentido em ser negro e negaram de forma integral qualquer discurso de mestiçagem ou de democracia racial.

Kössling (2011) destaca como as lutas dos movimentos negros foram sendo apagadas pelos discursos autoritários em plena ditadura e passaram a conversar muito mais com o discurso de Gilberto Freyre do que com a realidade imediata. Em plena ditadura militar tentaram emplacar um discurso democrático racial, pois se os movimentos negros iniciassem uma conscientização de sua real condição de vida (majoritariamente pobres e explorados) poderiam embarcar novas proposições sociais e de luta e com isso desestabilizar a ordem dominante.

no período do regime militar, a repressão a essa discussão cresceu justamente quando os movimentos negros romperam com o silêncio sobre as desigualdades presentes na sociedade brasileira. Com o “protesto negro” apresentando reivindicações sociais, houve a formação de um imaginário relativo a um crescente “perigo” de conflitos raciais, que se disseminou entre as instituições de repressão política. Além disso, por recusarem valores e ideias do regime militar para a afirmação de valores de uma cultura de resistência negra, os movimentos negros poderiam provocar conflitos ligados tanto às práticas sociais e políticas como ao campo das representações. A mestiçagem foi exaltada pelo regime militar como parte importante da identidade nacional, em contraponto à valorização do elemento “afro” pelos movimentos negros. O nacionalismo brasileiro, de cunho autoritário, pautou-se em um discurso acerca de um povo mestiço e harmônico, visando mobilizar a população em torno da sua concepção sobre o país e os “interesses nacionais”. Segundo essa concepção, a nação deveria ser “una e indivisível” (Motta, 2002, p. 29-30), ou seja, o povo não poderia dividir-se “em classes, em regiões, em raças, em crenças, em grupos, em partidos, insuflado de ódios e preconceitos” (Octávio Pereira da Costa, “Compreensão da revolução brasileira”, 1964, apud Motta, 2002, p. 30). Tornava-se a “democracia racial” em um dogma dos governos militares, com o objetivo de evitar a “desagregação entre as raças”. (KÖSSLING, 2011, posição kindle 7,348).

Os movimentos de lutas empreendem no Brasil uma nova identidade e elenca a democracia como única condição de plenitude para a superação do racismo, da pobreza, da desigualdade em todas as suas dimensões, enfim, os movimentos negros conseguiram ampliar nossa democracia e fizeram escola ao influenciarem muito os movimentos LGB-TQI+

2.2 MOVIMENTO LGBTQIA+: histórico, resistência e luta pelo direito de existir e ocupar.

2.2.1 Introdução e histórico da homossexualidade nas Américas e no Brasil

O ser humano, psicologicamente composto por uma rede diversa de pensamentos, fundamentos, ideias, vontades, desejos e atitudes, apresenta um comportamento de variedade sexual extremamente diversificado. A história nos mostra que a homossexualidade (e outros comportamentos sexuais também como bissexualidade, assexualidade entre outros) existe no meio humano desde os primórdios. Lopes e Fermentão (2012) contam que:

a homossexualidade sempre existiu, podendo ser encontrada nos povos primitivos, selvagens e principalmente nas civilizações mais antigas, como a romana, grega, egípcia e assíria, tanto que chegou a relacionar-se com a religião e a carreira militar. Sua maior feição foi entre os gregos, que lhe atribuiu maior valor que a relação heterossexual e estava relacionada à formação moral, ética comportamental e intelectualidade. (2012, p. 2)

Na sociedade grega antiga, a homossexualidade masculina era considerada um comportamento comum e até de certa forma mais evoluído que relações heterossexuais, visto que tal relação homossexual (frisando sempre que é a homossexualidade masculina aqui citada, visto que a homossexualidade feminina era descartada e vista como não digna e aceita), já que na relação homossexual grega antiga que era constituída por um homem adulto e um adolescente deveria além de interesses sexuais, contribuir para a formação cultural e moral do jovem. A homossexualidade na sociedade grega não era considerada uma degradação dos valores morais e culturais, como visto atualmente.

Luiz Mott realizou um levantamento histórico interessante sobre a etno-história da homossexualidade na América Latina, onde buscou nas mais diversas fontes analisar os registros das práticas homossexuais nessa região. A obra, publicada em 1994 e

denominada ETNO-HISTÓRIA DA HOMOSSEXUALIDADE NA AMÉRICA LATINA, nos ajuda a obter uma compreensão mais ampla sobre esse tema e seu histórico.

Mott, com a finalidade de romper com o silêncio e o tabu que rondava o continente americano sobre a homossexualidade, decidiu reunir informações com o intuito de facilitar o acesso à esse tema. O trabalho foi dividido em três partes (A Homossexualidade na América Pré-Colombiana, A repressão aos Sodomitas na América Latina Colonial e Gays e lésbicas latino-americanos hoje) e é de vital importância para a composição teórica dessa dissertação.

Tratar sobre o histórico da homossexualidade nas Américas (e no mundo também) é um ponto-chave para o processo de tentativa de desconstrução do preconceito ocorrido contra as pessoas LGBTQIA+. Entender que a diversidade na sexualidade humana estava presente há um longo tempo na história é um argumento forte que pode ser utilizado na refutação à lógica cristã e conservadora sobre o pecado, além de criar uma linha cronológica eficaz que explana que o preconceito criado (e principalmente disseminado) pelas religiões de cunho cristão foi construído e implantado no momento em que as religiões cristãs ganharam força e articulação.

No esforço de estudar as práticas homossexuais no denominado Novo Mundo (como os Europeus colonizadores chamaram as terras novas, descobertas) no momento da chegada dos colonizadores, Mott utilizou de três fontes: na forma de esculturas e cerâmicas que demonstravam cenas homoeróticas/afetivas, mitos repassados pela memória oral dos nativos que foram registrados nos manuscritos e relatos de cronistas que entraram em contato com os ameríndios.

O gosto pelo pecado sodomita se espalhava por toda a extensão da terra firme (atualmente, faixa litorânea da Venezuela e Colômbia), onde muitos índios e índias eram sodomitas, relata Gonzalo Fernandez de Ovideio em uma obra antiga denominada de Historia Geral e Natural das Índias (publicado em 1535). Na invasão da Península de Yucatan, os espanhóis encontraram comprovação de que os Maias homenageavam o amor homoafetivo, ao notarem que “tinham muitos ídolos de barro (...) de maneira a parecer que estavam fazendo sodomias uns índios com os outros”. Entre os nativos mexicanos, foram encontrados entre árvores um ídolo de ouro e muitos outros de barro, um homem cavalgando sobre o outro. Na região dos Andes, foram encontradas arqueológicas confirmando a prática da homoafetividade antes da invasão dos europeus. Esculturas em ouro, peças de cerâmica, reservatórios de água entre outros são exemplos de peças que artistas esculpiram explicitamente cenas de homossexualidade.

Além das peças artísticas como esculturas e afins, a fonte comprobatória primordial da existência de práticas homossexuais são relatos dos primeiros cronistas à conquista do Novo Mundo. Fernan Cortez explicita em uma carta enviada ao Imperador Carlos V o seguinte “*temos informado por certo que todos os índios de Vera Cruz são sodomistas e usan aquele pecado abominável*”. Por outro lado, é tomada de certa dificuldade a tarefa de medir a precisão da objetividade e subjetividade dessas cartas, sendo no mínimo tendencioso que as cartas tenham tendência de exagero ao relatar os hábitos dos nativos para a justificação de conquista e extermínio

dos povos nativos, baseados em princípios religiosos. Na América do Norte, são incontáveis relatos de cronistas, missionários e viajantes que delatam a aparição de índios homossexuais e travestidos entre as tribos ali presentes, sendo retratados em gravuras no século XVII.

No caso específico brasileiro, Mott (1998, p.4) revela que entre os aborígenes presentes aqui e nas partes meridionais da América do Sul há demasiadas evidências de relações homoafetivas fazendo parte das práticas aceitáveis pela sociedade antes da chegada dos colonizadores portugueses. Os Tupinambás, tribo que ocupava grande parte da costa brasileira, haviam denominações específicas para índios gays e lésbicas. Os gays eram denominados de Tibira e as lésbicas, çacoaimbeguira. O Tratado Descritivo do Brasil (escrito em 1587) descreve os índios da seguinte maneira:

Não contentes em andarem tão encarniçados na luxúria naturalmente cometida, são muito afeiçoados ao pecado nefando, entre os quais se não tem por afronta. E o que se serve de macho se tem por valente e contam esta bestialidade por proeza. E nas suas aldeias pelo sertão há alguns que tem tenda pública a quantos os querem como mulheres públicas.

Pero Magalhães Gandavo, em sua obra História da Província Santa Cruz (1576) traz um relato interessante sobre as índias lésbicas, ao contar que:

Algumas índias há que não conhecem homem algum de nenhuma qualidade, nem o consentirão ainda que por isso as matem. Estas deixam todo o exercício de mulheres e imitam os homens e seguem seus ofícios como se não fossem fêmeas. Trazem os cabelos cortados da mesma maneira que os machos e vão à guerra com seus arcos e flechas e à caça, preservando sempre na companhia dos homens. E cada uma tem mulher que a serve, com quem diz que é casada. E assim se comunicam e conversam como marido e mulher.

Mott (1998, p.5) inclusive faz uma ligação mitológica muito interessante e pertinente, ao dizer que essas índias masculinizadas que foram notadas lutando contra espanhóis no Rio Marañon provavelmente são as lendárias índias denominadas Amazonas, mito propagado por todo o continente americano mesmo carente de evidência confiável sobre a veracidade.

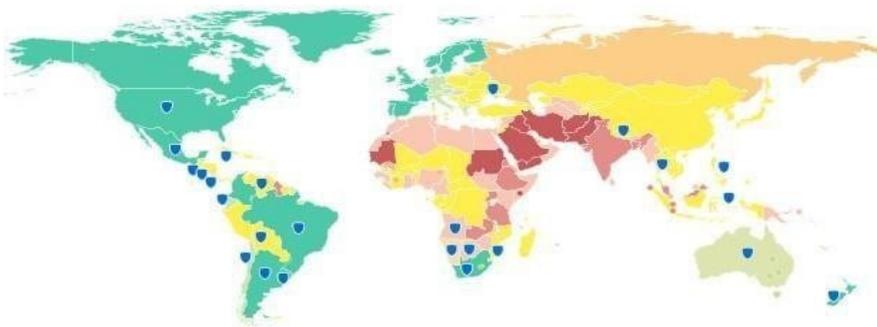
Seguindo adiante na linha do tempo, no século XVIII, já sob influência do pensamento cristão que era amplamente difundido e pregado, a homossexualidade passa a ser vista como um crime de pederastia, um crime contra a natureza da humanidade, sendo punido severamente, até mesmo com a morte. A Igreja Católica principalmente na época da Inquisição, perseguia essa população com afinco, tomando a homossexualidade um crime pior que o incesto entre mãe e filho (LOPES E FERNANDES, 2012).

Ainda no século XXI, a presença de crenças religiosas que condenam e massacram a comunidade LGBTQ é muito forte e ameaçadora, visto que com todo o

avanço adquirido pelos movimentos sociais, ainda há uma parcela muito significativa da população mundial que crê na punição severa para pessoas que pratiquem qualquer sexualidade que destoe da heteronormatividade conservadora. Um mapa realizado pelo portal G1 sobre como vários países e regiões ao redor do globo se comportam quanto ao aparato legal que dispõe da sexualidade demonstra com clareza que certas regiões que ainda possuem legislação que permite opressão e criminalização da prática homoafetiva, coincidentemente são países cuja religião são de força e atuação política, cultural e social enormes. A região do continente Africano, o Oriente Médio e a Ásia notadamente são regiões onde a perseguição e punição do comportamento não heteronormativo é constante e presente em todos os aspectos da vida social, proibindo o ato em si, a propagação, a propaganda, o consumo de qualquer atividade que tenha correlação com a homossexualidade.

Leis sobre orientação sexual no mundo

Veja os países que criminalizam e os que reconhecem a homossexualidade



Criminalização

- Pena de morte
- Prisão 14 anos a perpétua
- Prisão até 14 anos
- Leis de propaganda que limitam a liberdade de expressão
- Sem penalidade especificada

Proteção

- Leis antidiscriminação

Sem lei específica

- Leis que penalizam ato sexual foram descriminalizadas ou nunca existiram

Reconhecimento

- Casamento
- Substituto ao casamento igual ou quase igual
- Substituto ao casamento claramente inferior

Fonte: ILGA (International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association)



Infográfico elaborado em: 17/06/2016

Mapa 01. Mapa realizado pelo portal G1, baseado em dados do ILGA que demonstra dados atuais sobre a legislação ao redor do globo sobre orientação sexual. 2016

A ciência também possui uma parcela significativa de participação na demonização da homossexualidade, visto que tentavam provar cientificamente por meio de métodos, experiências e técnicas que a homossexualidade (bem como outros espectros da sexualidade que fugisse do padrão normativo heterossexual) era uma anomalia psiquiátrica, um distúrbio mental. Para Organização Mundial da Saúde (OMS), a homossexualidade era tida como uma doença (por isso o uso do sufixo -ismo, homossexualismo, atualmente abandonado e fortemente rejeitado pela população LGBTQIA+), ficando na lista das doenças mentais até o ano de 1973.

A comunidade LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexual e demais variações de sexualidade e gênero) assim como o povo negro, tem um histórico de opressão e violência notório, apesar da história do movimento em si ser bastante diferente. Para compreendermos a importância que o Movimento Negro e o Movimento LGBT brasileiros tiveram na luta pela democracia dos direitos humanos para todos os seres humanos no Brasil, necessitamos passar pela articulação e organização desses movimentos.

O Movimento Negro no Brasil tem um histórico de organização secular, que data dos períodos escravocratas. Já o Movimento LGBT possui uma luta mais recente, especialmente articulada na segunda metade do século XX, principalmente na década de 60 em diante.

2.2.2 Movimento LGBTQ no Brasil

2.2.2.1 Movimentação pré-formação do Movimento Homossexual do Brasil

Os movimentos sociais, como dito previamente, surgem quando há a necessidade de determinado grupo minoritário de reivindicar direitos e respeito. Com a população LGBT, não foge essa regra. Após uma história de idas e vindas (desde a aceitação nas sociedades antigas principalmente grega e romana para a demonização pela cultura cristã), no século XX o Movimento LGBTQ começa a dar sinais de suas primeiras articulações.

Um fator importante a ser analisado no contexto de surgimento desse movimento é apresentado por Santos em sua monografia intitulada HISTÓRIA DO MOVIMENTO LGBT BRASILEIRO: INTERPRETAÇÕES SOBRE AS DINÂMICAS DA INTERAÇÃO ENTRE O MOVIMENTO SOCIAL E O ESTADO (2018) é que o primeiro momento de surgimento do que poderia ser considerado um movimento LGBT coincidiu cronologicamente com a expansão dos centros urbanos no país, quando o êxodo rural estava contribuindo fortemente para a urbanização do país e os jornais impressos eram um dos meios de comunicação e informação mais expressivos do momento. A explosão demográfica urbana gera características peculiares na vida do ser humano, visto que o contato social e até mesmo físico se torna muito mais frequente.

Quinalha em sua tese com título de Contra a moral e os bons costumes: A política sexual da ditadura brasileira (1964-1988) publicada em 2017 apresenta uma interpretação curiosa sobre a relação crescimento da zona urbana com a comunidade homossexual ao dizer:

A concentração de populações de gays e lésbicas nos grandes centros urbanos em meados do séc. XX propiciou uma integração relativa desses grupos às cidades em expansão, ainda que inicialmente em guetos delimitados, isolados e estigmatizados (...) outros circuitos menos clandestinos e marginais de sociabilidade, sobretudo com a exploração econômica de um mercado voltado a este segmento, foram sendo progressivamente desbravados, tais como bares, boates e festas privadas. (2017, p. 229)

Com um número cada vez maior de pessoas migrando do campo para a cidade, as cidades passaram a ter índices de crescimento expressivos e alarmantes, visto que a infraestrutura e o nível dos serviços prestados a população não acompanha o ritmo do crescimento, impactando diretamente na qualidade de vida das pessoas ali inseridas, gerando problemas como miséria e pobreza, aumento na violência, marginalidade e fome.

Santos (2018, p. 18) diz que:

É neste contexto que surgem as primeiras e mais significativas tentativas de produzir jornais direcionados exclusivamente para as questões da homossexualidade no país. A imprensa voltada para o público homossexual emerge em um momento de efervescência dos centros urbanos, período em que as pessoas começaram a se reunir e formar grupos de convivência e socialização. E é por meio deles que os indivíduos passam a se inserirem na vida em sociedade. Essas formações, no caso dos homossexuais, também funcionaram e ainda funcionam como um mecanismo de preservação da identidade individual para sustentar o convívio em uma sociedade que tende a excluir o comportamento desviante do padrão, neste caso o padrão heterossexista. (p. 18)

A pré-organização do Movimento LGBTQ (que inicialmente, se chamaria Movimento Homossexual Brasileiro) começa na década de 1960 com encontros em casas particulares, onde as reuniões que contavam com shows e performances criavam uma atmosfera que propiciava o desenvolvimento do sentimento de uma identidade social comum, um laço que uniria as pessoas com comportamento dito diferente do estabelecido, do padrão heteronormativo conservador. Devido a dificuldade e a hostilidade encontrada por esses grupos vindas da sociedade machista e homofóbica, uma das soluções encontradas para a troca e disseminação de informações foi na produção de impressos artesanalmente que continham informações cotidianas e corriqueiras que interessavam a comunidade homossexual.

A urgência do movimento LGBTQ em buscar um meio de comunicação em massa que tratasse os assuntos da comunidade LGBTQ (recordando: na época, era chamada apenas de comunidade homossexual/gay) advinha da necessidade de confrontar a marginalização e as contínuas investidas que a mídia tradicional conservadora realizava contra a comunidade homossexual. A representação que a mídia tradicional trazia contribuía fortemente para a manutenção dos estereótipos negativos acerca do comportamento dessa comunidade, dito como lascivo, criminoso e ofensivo (Santos, 2018, p.19).

No início da década de 1960, mais precisamente em 1963, foi lançado o jornal O Snob, tido como um dos precursores jornais com temática LGBTQ no Brasil. O Snob tem papel notório na história do movimento LGBTQ pois sua existência (1963-1969) se deu basicamente toda no período da ditadura militar que o Brasil passou, período notoriamente conhecido pelas perseguições e violência contra qualquer forma de expressão que fugisse do dito padrão conservador, heteronormativo, da moral e dos bons costumes, do “cidadão de bem”. O jornal encerrou suas atividades apenas nos anos chamado de “Anos de Chumbo” da Ditadura, o período mais sombrio governado pelo General Médici.

O Snob é considerado um marco na imprensa homossexual pois o mesmo pavimentou o espaço para produção de outras publicações com o mesmo objetivo, por incentivar a articulação entre a população homossexual no momento e também ter trazer (embora de forma muito menos frequente, com frequência rara) matérias de cunho político-social, como questionar a estereotipização do homossexual como figura feminina e escandalosa, estereotipo reforçado diversas vezes inclusive pela própria

comunidade LGBTQ. Ao fazer emergir a tona esses pontos, O Snob permitiu certa abertura para temas politizados a serem discutidos no jornal, como por exemplo acontecimentos do movimento gay norteamericano, que tiveram influencia no ordenamento e organização do movimento homossexual no Brasil.

Juntando alguns fatores para tentar compreender a gênese do movimento homossexual no Brasil, podemos citar em específico como possíveis estimulantes para o surgimento do mesmo: 1º A efervescência dos movimentos sociais de contracultura que contestavam os valores morais, éticos e até estéticos da sociedade em âmbito mundial e também no Brasil, como por exemplo o Movimento Feminista que contribuiu enormemente para a discussão dos padrões de gênero impostos e maléficos a sociedade e estava em plena atividade nessa época; 2º Formação nas cidades (propícias para isso por concentrar um grande quantitativo de pessoas em um espaço mais concentrado, facilitando os encontros e reuniões, oposto à realidade rural) de grupos para socialização que tinham como finalidade reunir os homossexuais e criar uma consciencia mais ampla de categoria e coletividade (Santos, 2018, p. 21).

2.2.2.2 Trajetória do Movimento Homossexual no Brasil

O Movimento Homossexual no Brasil, como visto anteriormente, começa a engatinhar e pensar em formas de articulação (mesmo que muito cruas e não organizadas) em pleno formigamento gerado pela instauração do governo militar por meio do golpe de Estado em 1964. No cenário brasileiro, a luta contra a repressão gerada pelo autoritarismo militar foi liderada pelos grupos de militância organizados contra o governo, grupos esses expressivamente importantes no combate ao regime. Santos (2018, p.21) diz que:

Essas organizações tinham características, essencialmente, combativas, uma vez que as liberdades individuais e coletivas estavam sofrendo sistemáticos ataques, o que dificultava a atuação pacífica. Esse modelo de atuação acabou se estabelecendo como referência aos mais diferentes grupos de militância.

A situação no Brasil na década de 1960 com a instauração da ditadura se demonstrava totalmente desfavorável à construção de qualquer articulação dos grupos minoritários. QUINALHA (2017, p.230) esclarece a situação que caracterizava o surgimento tardio do movimento homossexual no Brasil,

Se nos EUA o ambiente social propício para a emergência do movimento homossexual veio da combinação da contracultura,

das lutas pelos direitos civis e pelo pacifismo, no Brasil, foi o contexto de derrota da esquerda armada pela ditadura, agitado com a emergência também de novos sujeitos políticos, em um contexto de abertura tímida, que marcou a constituição do movimento. Dificilmente teríamos um movimento homossexual se este não tivesse sido encorajado pelas organizações de mulheres, negros, estudantes e trabalhadores na luta contra a ditadura militar (...) a ditadura inviabilizou e acabou mesmo por atrasar a emergência de uma mobilização política dos homossexuais no Brasil, que só encontrou terreno fértil para florescer “tardiamente”. A repressão do regime autoritário “fez do ato de se organizar politicamente uma empreitada de “risco” e, assim, as organizações de gays e lésbicas “não tiveram espaço político para se desenvolver antes de 1977”. Ainda na opinião dele, isso teria prejudicado um acúmulo de experiências e ativistas mesmo em um cenário internacional de avanço do movimento, o que fez com que “quando as condições políticas se tornaram propícias à organização, eles [homossexuais brasileiros] tentaram ir de zero a cem numa única volta”. (p. 230)

Mesmo com todo o turbilhão de acontecimentos ocorridos na esfera social, política e cultural da década de 1960 como as revoltas ocorridas na França em Maio de 1968 (a favor de mudanças nos hábitos culturais e trabalhistas da França), a Rebelião de Stonewall ocorrida em Nova Iorque no ano de 1969 (tido como um dos grandes marcos pro movimento gay norteamericano), foi somente anos depois, na década de 1970 que apareceu um instrumento importantíssimo a ser utilizado pela militância na luta homossexual que catapultou o Movimento Homossexual no Brasil: o jornal *Lampião da Esquina* (posteriormente apenas *O Lampião*).



Imagem 08: “Stonewall significa revidar! Acabe com a opressão gay!” dizia cartaz em manifestação à favor dos direitos LGBTQ em Nova Iorque, 1969.

Tendo como base a descrição de movimento social trazida por Gohn (2000, p.13), que diz que os movimentos sociais são ações coletivas de caráter sóciopolítico construídos por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, politizando suas demandas e criando um campo de força social e política, pode-se delimitar que a criação do Grupo Somos no final dos anos 1970 seria o início da organização do Movimento Homossexual Brasileiro. (Santos, 2018, p.28).

Esse momento de estruturação inicial do Movimento Homossexual Brasileiro no final da década de 1970 apresenta uma diferença importante do momento anterior que o precedeu: a articulação atual passou a buscar a politização ferrenha das questões homossexuais, buscando romper com o estereótipo de marginalização, de gueto, de doença e de culpabilização que pairava sobre a comunidade homossexual, que buscou então a reivindicação de um espaço público de respeito, espaço inclusive reivindicado fortemente por outros movimentos sociais que o movimento homossexual se espelhou na sua luta. Santos diz:

As principais referências que os homossexuais tinham naquele momento eram a atuação dos movimentos socialista/trabalhista, negro, feminista e de outros que lutavam contra a ditadura militar

e por melhores condições de vida nas cidades. E, por se tratar de um período ditatorial, a atuação dos movimentos sociais era, em sua maioria, combativa. Significando que a forma como se atuava politicamente obedecia às condições impostas pelo próprio regime, ou seja, o acirramento das disputas e os enfrentamentos eram comuns a todos esses movimentos que demandavam, sobretudo do Estado, uma resposta para suas demandas. (...) Sendo assim, pode-se considerar que, o que aconteceu com o Movimento Homossexual do final da década de 70 foi um alinhamento ou uma assimilação da forma como os outros movimentos sociais se organizavam e se mobilizavam, principalmente, em relação ao regime militar. Os homossexuais passaram a se organizar de maneira muito semelhante àquela encampada por outros movimentos sociais. (2018, p.29).

2.2.2.2.1 O Grupo de Afirmação Homossexual SOMOS e o Jornal Lampião como instrumento de força e disseminação de conteúdo sobre a comunidade homossexual.



Imagem 09: Fotografia do Grupo Somos em manifestação abaixo a violencial policial

O Grupo Somos foi o primeiro grupo a se articular em defesa da população LGBTQ, fundado no final da década de setenta (1978). É o primeiro grupo reconhecido pela bibliografia a ter uma proposta de politização da questão homossexual. O Grupo Somos adquiriu notoriedade nacional por ter tido uma atuação importante na defesa pelos povos LGBTQ e também por ter marcado a vida das pessoas que passaram por suas atividades.

O grupo apresentava algumas características como segundo Facchini (2003, p. 90):

- 1) o grupo deveria ser exclusivamente formado por homossexuais;

- 2) as palavras bicha e lésbica deviam ser esvaziadas de seu conteúdo pejorativo;
- 3) na análise das relações de gênero, as assimetrias entre homens e mulheres deveriam ser combatidas, bem como a polarização ativo/passivo e os estereótipos efeminado/masculinizada;
- 4) a bissexualidade, enquanto identidade ou subterfúgio para não assumir a homossexualidade, era criticada, embora, em alguns momentos, a prática bissexual fosse até mesmo glorificada como subverso de todas as regras;
- 5) a monogamia e a possessividade nos relacionamentos eram questionados;
- 6) o prazer era visto como bem supremo e o autoritarismo devia ser combatido em todas as suas manifestações, tanto fora, quanto dentro do grupo.

O Lampião surgiu em 1978 fundado por um grupo pequeno de intelectuais do Rio de Janeiro e São Paulo, com uma proposta diferente dos seus precursores: ao invés de tratar de assuntos cotidianos e corriqueiros que interessavam à comunidade LGBTQ como famosos, fofocas entre outros, O Lampião focou em tornar o tema principal de suas publicações acerca de questões de temas políticos estabelecidos ao redor da homossexualidade, utilizando um discurso bastante politizado. É a partir da criação do Lampião e do grupo Somos que o Movimento Homossexual Brasileiro começou sua trajetória, surgindo como movimento social de fato e não somente um grupo de militância que agia de forma não tão organizada e baseada. Porém, Santos (2018, p.22) nos mostra que é notório e necessário recordar o fato que: *esse arranjo é precedido por outras ações que embora não sejam consideradas de militância, devem ser reconhecidas como basilares para a formação do movimento social e ainda terem seu potencial político reconhecido.*

O *modus operandi* empregado pelo Lampião oposto ao feito pela mídia no momento citado (sendo uma representatividade honesta e sem pejorações com um conteúdo politizado) fez do Lampião um jornal de sucesso instantâneo. Santos (2018, p.22) trata de explicar as características do jornal ao resgatar que:

O jornal revolucionou a imprensa direcionada ao público homossexual, colocando-se como um jornal político voltado para as questões das minorias, mais especificamente para a questão da homossexualidade. Assim rompeu com aquele padrão jornalístico cuja finalidade era, em sua maior parte, o entretenimento ou o escárnio.

O Lampião se caracterizava por não se conter ao publicar matérias consideradas agressivas e com o emprego de linguagens tidas como obscenas e ofensivas, o que era

visto como uma tentativa de *desmistificar a homossexualidade e o comportamento dos homossexuais (...) na tentativa de torná-las comuns e esvaziar seu conteúdo opressor ou estigmatizante*. (Santos, 2018, p. 23).

O jornal buscava diversificar e realmente contribuir para a discussão acerca da temática da vida homossexual e de diversas minorias que eram consideradas aliadas ao movimento homossexual, como o feminismo e em até certa extensão, o movimento negro.

Outro ponto importante que o *Lampião* trazia para a discussão da sociedade em massa era noticiar a comunidade brasileira sobre as atuações dos movimentos homossexuais do mundo afora, como por exemplo a uma passeata ocorrida na cidade norteamericana de São Francisco no mês de junho de 1978, quando mais de duzentas mil pessoas participaram dos eventos de encerramento da Semana do Orgulho Gay e a batalha de Stonewall. O jornal também frequentemente traduções de textos e materiais internacionais para leitura sobre temas variados, publicando uma matéria abordando o livro *História da Sexualidade* de Michael Foucault. Santos (2018, p.26) nos mostra como em uma edição publicada em abril de 1979, o jornal entrou no assunto do feminismo:

Em 1979, na edição de abril, o jornal trouxe em sua capa o título “Lesbianismo, machismo, aborto, discriminação. São as mulheres fazendo política”. Desse modo, demonstrava não só a proximidade do Movimento Homossexual com o movimento feminista, como também evidenciava a força das mulheres e do feminismo naquele momento.

Um exemplo de tentativa de pacificação e união de minorias a favor da luta por direitos humanos se dá quando o *Lampião* demonstra uma preocupação em explicar o porque não ter mulheres no conselho editorial, composto por onze homens. Na edição inicial (de número zero), saiu no *Lampião* uma nota explicando que convites a mulheres foram feitos, porém todos haviam sido recusados e que uma das pautas a serem tratadas no jornal seria justamente sobre o feminismo, tema que as mulheres homossexuais não poderiam se furtar, visto que a complexidade desse tema é ainda mais profunda que a homossexualidade masculina.

Isso trata-se de uma disparidade entre o homem homossexual e a mulher homossexual, disparidade presente até os dias atuais, visto que em cima da mulher homossexual paira a opressão do espectro do machismo, da fetichização e objetificação do corpo da mulher lésbica, somado a violência contra a mesma, tudo adicionado à homofobia enraizada nessa sociedade conservadora.

Podemos analisar que O Lampião exerceu um papel importante e de impacto decisivo na organização e consolidação do movimento homossexual do Brasil no final da década de 1970 e começo da década de 1980 devido à sua característica de exposição e combate às imposições heteronormativas da sociedade majoritariamente conservadora e religiosa da época.

Porém, O Lampião começou a enfrentar problemas e desentendimentos internos que, somados aos ataques incessantes dos grupos opostos que defendiam o regime militar e repudiavam qualquer forma de comunicação que circulasse oposta ao regime militar, fizeram O Lampião chegar ao fim. Entretanto, é imprescindível reconhecer que durante sua existência curta, o Lampião ganhou reconhecimento e respeito por tratar de temas tão importantes quanto ao movimento homossexual como o racismo, feminismo e ambientalismo de forma crítica, política e politizada, sempre utilizando da ironia e do bom humor.

Durante sua breve existência, outros temas importantes - como aqueles relacionados aos movimentos negro, feminista e ambientalista, assim como ao imperialismo, à repressão policial e à luta dos operários-, eram sempre tratados com a mesma seriedade dada às causas dos homossexuais, das lésbicas e das travestis. (SANTOS 2018, p. 24 e 25)



Imagem 10: Edição nº15/ano2 do Lampião, que trazia como tema o racismo. Retirado em: <https://www.vice.com/pt/article/78z9aq/vai-ver-se-esta-na-esquina>

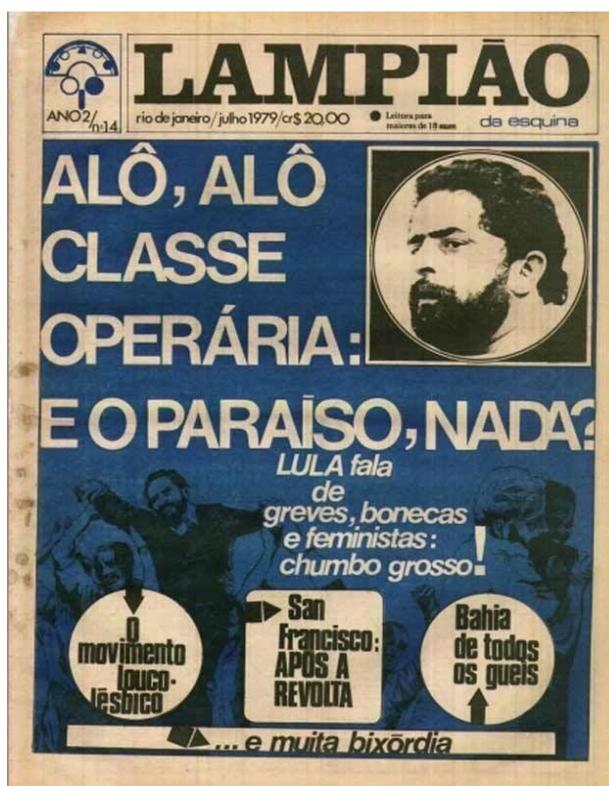


Imagem 11: Edição nº 14/ano 2 do Lampião, que trazia entrevista do líder sindical Luis Inácio Lula da Silva. Retirado em: <https://www.vice.com/pt/article/78z9aq/vai-ver-se-esta-na-esquina>.

Como demonstrado ao longo do capítulo, podemos notar como que o movimento negro brasileiro e o movimento LGBTQ conseguiram articulação e força para começarem a luta em prol dos direitos humanos serem democráticos e de acesso para todos. O século XX demonstrou importância tremenda por ser o século da efervescência e da luta dos grupos vulneráveis por respeito e tratamento equalitário.

Para isso, foi necessária articulação, força de vontade, luta e debates, pois o Estado Brasileiro sempre demonstrou inércia no que tange à busca de alterações nas esferas sociais e culturais do país, pois o poder financeiro e político esteve concentrado sempre nas mãos de elites exclusivas que se beneficiavam do status de dominação e exploração exercido nas minorias sociais e grupos vulneráveis presentes no território, moldando a sociedade para crer que o status quo presente no Brasil era impossível de mudança e melhorias.

Todas essas questões são oriundas de uma sociedade que prioriza uns em decorrência da opressão sobre os outros, isto é, todas as lutas somente são iniciadas por apresentarem a opressão no cotidiano, deste modo, os processos históricos são inseridos

diretamente na vida de negros, negras e LGBTQI+ e nesses casos essa inserção histórica dinamiza preconceitos, racismo, violência, morte e opressão.

Nenhum movimento de luta tem sucesso se não encontrar cotidianamente as forças internas e externas para a promoção de um mundo melhor. Essas forças são encontradas na solidariedade dos movimentos e na sociedade civil que se organiza para prevalecer um mundo mais justo.

É preciso ensinar as lutas para que a consciência ética prevaleça sobre um mundo de opressão; assim, o caminho para consolidar todos esses movimentos de lutas resulta na promoção de uma educação emancipatória vinculada a ampliação permanente da democracia, dos direitos humanos, da pluralidade enquanto valor prático e cultural e, principalmente, a capacidade em promover a ética como sentido político, cultural, social e étnico.

O próximo capítulo buscaremos identificar e apresentar a educação como resultado desses processos emancipatórios e de lutas ao mesmo tempo em que essa educação deve ampliar ainda mais essas lutas dos movimentos LGBTQI+ e dos movimentos negros.

CAPÍTULO 03: ENSINO DE GEOGRAFIA E DIREITOS HUMANOS: A CONSTRUÇÃO DE UMA ÉTICA ESPACIAL

Apresentamos nesse capítulo uma relação entre as questões promotoras de uma Geografia progressista e outras questões que entravam essa direção mais ampla; assim, ao elencarmos os Parâmetros Curriculares Nacionais estamos constituindo um caminho de análise histórica dessa publicação institucional, visto que a legislação mais recente quanto ao ensino e a educação brasileira obrigou a ter como direção a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Segundo a própria definição e explicação do Ministério da Educação no site oficial da BNCC:

Conforme definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), a Base deve nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas, como também as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em todo o Brasil.

A Base estabelece conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica. Orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, a Base soma-se aos propósitos que direcionam a educação brasileira para a formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. (MEC, s.d, s.p).

Desta forma a BNCC elenca obrigatoriedades curriculares e fundamenta um sentido das práticas escolares. Todavia, não existem novidades consideráveis nessa legislação, já que a mesma continua atrelada curricularmente e conteudamente a partir dos PCNs.

Assim, voltamos o presente capítulo para empreender uma crítica histórica desse processo educacional e como o distanciamento das questões diretas dos movimentos LGBTQI+ e os movimentos negros são poucos trabalhados.

Neste sentido, partimos da afirmação que ensinar Geografia está ligado diretamente ao entendimento de mundo a partir de várias esferas de análises conjunturais com os elementos disponíveis espacialmente. Esse trabalho parte das questões democráticas e como a Geografia, enquanto ciência na esfera escolar, negligenciou e negligencia os temas ligados aos direitos humanos, democracia, racismo e homofobia.

Neste sentido, a Geografia nos documentos institucionais ou nos livros didáticos não aborda o espaço como totalidade, ou seja, o espaço é fragmentado na realidade ora

da produção ora do consumo, mas as relações sociais estabelecidas espacialmente com suas contradições são praticamente inexploradas.

Ensinar Geografia nas escolas não pode partir de um conjunto de conceitos e categorias que não expressam a verdade, que ignoram a realidade. Expressar a verdade implica em apontar conceitos que são ignorados, que não são ensinados nas salas de aulas e são impossíveis de serem lidos nos livros didáticos, como poder e violência, esses dois conceitos são transformados em muitas outras coisas, mas não revelam a totalidade de sua força, de sua coação e coerção. (BARBOSA, 2020, p. 115).

Conforme Barbosa (2020) existe uma Geografia que ignora as relações imediatas espacializadas, ou seja, as questões relacionadas diretamente com o poder e essa com a violência; assim, essa dissertação desde o início procurou orientar as questões democráticas pelos sujeitos que são anulados no ensino de Geografia. Compreender o espaço pelas relações dos sujeitos que não são apresentados como discursos centrais é fundamental para que a promoção dos direitos humanos, da democracia e o cumprimento da legislação seja efetivada.

As questões relativas a democracia e aos direitos humanos compõem uma ética que precisam direcionar as questões tidas como periféricas para a centralidade, ou seja, as questões étnicas-raciais, de gênero e sexuais precisam compor o quadro da formação do entendimento da realidade espacial brasileira.

Os capítulos anteriores apresentaram as lutas democráticas empreendidas pelos movimentos negro e LGBT; assim, o objetivo era alcançar esse capítulo apresentando a distância que existe entre os processos históricos de luta e a conscientização hoje pela educação geográfica, ou seja, esse processo histórico das luta pela democracia pelos movimentos negro e LGBT é silenciado na própria composição do espaço.

A legislação brasileira avançou muito na responsabilidade em subtrair todas as formas de racismo e preconceito, mas ainda precisa muito ser feito. Segundo Pereira e Silva (2012), referente a lei Lei 10.639 sancionada em 2003, apontaram que a referida lei teve várias etapas de luta, ou seja, ela não nasceu da vontade do legislador e sim do movimento negro desde as décadas de 1970, 1980 e 1990 que empreenderam organização e força. Essas lutas dos movimentos negros são, portanto, suprimidos das escolas e não entram na composição para explicar a própria realidade espacial pelo ensino de Geografia, deste modo, entendemos que a história da luta pela democracia fica distante de sua realidade até mesmo para alunos e alunas negras que não conseguem entender esses

processos históricos e geográficos no seu cotidiano, logo, a educação geográfica voltada para a ampliação democrática é constrangida diante de tal situação e não amplia o que é de fato as relações de poder e de força de todo o povo.

Assim referente a lei Lei 10.639 sancionada em 2003 Pereira e Silva (2012, p. 2):

A referida lei não foi sancionada de um dia para o outro. Ao contrário, antes de ser sancionada, passou por diversos estágios, resultando dos movimentos negros da década de 1970 e do esforço simpatizantes da causa negra na década de 1980, quando diversos pesquisadores alertaram para a evasão e para o déficit de alunos negros nas escolas, em razão, entre outras causas, da ausência de conteúdos afrocêntricos que valorizassem a cultura negra de forma abrangente e positiva. Na década de 1990, ocorrem movimentos intensos em todo Brasil a favor da afirmação da identidade negra, com destaque para a célebre Marcha Zumbi dos Palmares, que, segundo Lucimar Dias, reuniu cerca de 10 mil negros e negras, que foram a Brasília com um documento reivindicatório a ser entregue ao então presidente Fernando Henrique Cardoso

A lei 10.639/2003 teve sua redação modificada pela lei 11.645/2008, tal mudança foi importante uma vez que o art. 26 passou a incluir na sua redação a palavra indígena e isso tem implicações e consequências diretas para pensarmos na própria organização do ensino:

LEI No 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003. - Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008. - Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

Assim, também ocorreram mudanças na estrutura dos conteúdos:

LEI No 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003 § -1o O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008 - § 1o O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o

índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

As duas leis apresentaram uma composição que trata a temática luta, ou seja, a luta entrou como processo de ensino e isso é algo significativo, pois as lutas foram, como ainda são, voltadas para um projeto coletivo, isto é, a coletividade em si e por si já direciona a democracia, mas essa composição de luta histórica no tempo presente e no espaço atual não é tratada como dinâmica pela Geografia Escolar. Aliás as próprias legislações que tratam do tema não elencam diretamente a ciência geográfica:

LEI No 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003 - § 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008 - § 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.

Apesar de constar “no âmbito de todo o currículo escolar” é ainda muito raro o tema e as questões pertinentes ao mesmo serem incorporadas ao ensino de Geografia na educação básica, uma vez que ciência geográfica tem como base matricial as ideias do colonialismo europeu, logo as questões africanas, afrobrasileiras, indígenas e latino-americanas são consideradas de pouca relevância. Por isso, precisamos compor uma Geografia Escolar que trate da composição do espaço pela ética.

Os processos colonizadores ainda vigoram na nossa sociedade, uma vez que os valores dos países imperialistas são apresentados diretamente na nossa organização política, econômica e social com ampla capacidade de domínio nos processos educacionais.

A colonização europeia e, posteriormente, dos Estados Unidos, não foi interrompida, ao contrário, esse processo civilizatório colonizador permanece e está enraizado nas concepções científicas, de Estado e de povo. O controle colonizador, segundo Fanon (1968), está em confundir a verdade e a mentira, esse controle parte da definição e delimitação do que é o poder. O poder é antes a violência explícita, agora o poder é uma condição de vida, uma forma inquestionável de viver e se comportar social e politicamente para que isso frutifique economicamente. Os iluministas europeus com suas ideias de libertação e acesso geral a modernidade foram a base para a racionalidade colonizadora, pois não houve uma ruptura com as bases científicas do absolutismo ou mesmo da superstição mítica, já que a preocupação

central era colocar a razão acima de tudo e construir um sistema seguro de pensamento que não fosse capaz de ser refutado, isso também é uma forma de poder com o qual a lógica da crítica somente poderá ser efetivada numa direção. (BARBOSA, 2020, p. 118).

Deste modo, as questões das lutas pela democracia precisa compor o currículo geográfico e mais ainda é preciso apresentar os diferentes sujeitos sociais que compuseram esses espaços de lutas e resultaram na democracia que temos hoje, obviamente, uma democracia ainda em construção como sinalizou Barbosa (2020).

A composição de um temário democrático para a Geografia Escolar parte das urgências empreendidas pela própria História nacional e por suas oscilações para a ditadura que ainda não foram interrompidas. A pluralidade de sujeitos envolvidos nos processos de lutas pela democracia precisam ser evidenciados e trabalhados seus propósitos; assim, as lutas do movimento negro e as lutas do movimento LGBT trouxeram novas relações de poder ao mesmo tempo em que promove a denúncia contra a hegemonização de atores que estão no centro do sistema e com isso excluem aqueles que são considerados periféricos.

A legislação brasileira que garante a democracia e os direitos humanos foi construída a partir dessas lutas diretas que resultaram em muitas prisões, mortes, torturas e violências que ainda não foram interrompidas, por isso é fundamental constituir um caminho de compreensão das lutas ao mesmo tempo em que motiva as mesmas para se constituírem cabedal teórico e prático para as transformações espaciais.

Neste sentido, as questões ligadas a democracia pela luta do movimento negro estão consolidadas enquanto temas organizados e previstos nos documentos oficiais do Estado voltados para a educação, todavia o movimento LGBT ainda não alcançou a mesma popularidade (no sentido de evidenciadas as questões como problemas sociais historicamente constituídos) de suas questões que o movimento negro, por isso é importante constituir o processo histórico para demarcar as lutas pela democracia e direitos humanos como cenários voltados para o bem de todos e todas brasileiras.

A escola, portanto, é organizada para ser administrada curricularmente na promoção de uma ciência que não parte das questões ligadas a democracia como pluralidade existencial e liberdade para exprimir essa existência.

Deste modo, compreendemos que a estrutura e a organização da educação nacional mesmo diante da legislação específica para a escola e a educação somada a Constituição Federal de 1988 não garantem a autonomia na formulação e resolução de problemas pertinentes as questões históricas, sociais, políticas e culturais do movimento

LGBT; assim, revela-se enquanto prática social para os fins e interesses de um discurso hegemônico e abandona a realidade como estrutura democrática em construção e aperfeiçoamento.

Segundo Bortolini e Pimentel (2018, p. 87):

Uma escola que não foi pensada no feminino, à qual as mulheres chegaram em segundo lugar, submetidas a um currículo dedicado a preparar para a posição de subalternidade na vida social (RANIERI, 2018; SAFFIOTI, 1976). Uma escola que excluiu negros, indígenas e pobres. E que segue expulsando travestis, bichas, lésbicas e mais quem se constitua ameaça à hegemonia cis- heteronormativa. Sobre essa escola, que permite a determinados grupos usufruir do direito à educação, enquanto outros são excluídos ou marginalizados, lançaram-se diferentes lutas sociais. Investimentos políticos que, por um lado, “alargaram” os limites do sujeito do direito à educação, abrangendo um número cada vez maior de pessoas e, por outro, reorganizaram as definições desse direito, para dar conta de diferentes modos de vida e projetos de mundo. A apropriação do direito à educação entre os sujeitos que protagonizam esses processos de alargamento é, no entanto, diferenciada, a depender da posição social complexa que cada pessoa ocupa, persistindo uma distribuição assimétrica e assíncrona.

Essas questões são de grande relevância para compreendermos os movimentos de luta pela democracia e a exclusão desses mesmos movimentos (negro e LGBT) da oficialidade da escola, uma vez que a escola continua expulsando aqueles e aquelas que não fazem parte do discurso colonizador e garantem aos dominadores colonizados uma forma única de pensar a educação pela relação impositiva da sociedade.

Bortolini e Pimentel (2018) contribuem de forma decisiva na constituição desse raciocínio ao apresentar a apropriação do direito a educação para grupos selecionados socialmente e referendados pela própria escola, ou seja, todo o movimento de luta pela democracia parece se dissipar na escola e não ter o efeito ou consequência que deveria ter. A escola, portanto, torna-se palco da desigualdade e a pluralidade de ideias, de pessoas, de culturas, de movimentos, de gêneros, de raças, enfim, toda pluralidade vai sendo consumida pelo discurso hegemônico que parte das premissas capitalistas, heteronormativas, europeia, branco, individualistas, colonizadoras e imperialistas.

Deste modo, Bortolini e Pimentel (2018) constroem seus argumentos a partir de uma visão decolonial e figuram uma narrativa de denúncias com a qual formulamos as questões próprias para a ciência geográfica e o ensino de Geografia nos desafios próprios da democracia oriunda diretamente dos movimentos negro LGBT.

3.1 – A AUSÊNCIA DOS MOVIMENTOS NEGRO E LGBT NA COMPOSIÇÃO DO TEMÁRIO ESCOLAR GEOGRÁFICO

Foram os movimentos sociais e não os políticos ou empresários que fundaram nossa democracia. Foram as lutas de negros, negras e LGBTs que constituíram as questões para pensarmos o Brasil para além da classe média colonizada pela Europa, ou seja, graças a esses movimentos sociais existem os direitos fundamentais que promovem a liberdade, a dignidade humana e o direito de existir.

Segundo o jurista José Afonso da Silva (1996) são as lutas pelos direitos fundamentais que ecoam para a fundamentação de um constitucionalismo democrático e que atinge diretamente as exigências da classe trabalhadora. O jurista também sinaliza a importância da manutenção desses direitos e ampliação da democracia pelo direito coletivo respeitando o direito individual vinculado aos direitos humanos e a dignidade da pessoa humana. Neste sentido, essas questões de direito precisam compor os temas e as questões geográficas voltadas pela luta coletiva pela democracia.

Para Silva (1996, p. 192): “Os conservadores da Constituinte clamaram mais pelos deveres que pelos direitos” Assim, o referido jurista apresenta o caráter ainda conservador de nossa Constituição, uma vez que a mesma é reflexo direto da classe dominante e não a vontade direta do povo brasileiro. Esse conservadorismo também alcança nossa educação e até mesmo a ciência geográfica, logo todas as lutas dos movimentos sociais são silenciadas seja na formação docente ou na sala de aula. Esse silêncio é justificado pelos temas e problemas oriundos das urgências da classe dominante.

Para compreendermos as lutas dos movimentos sociais em busca da defesa dos direitos humanos e o papel da educação e do ensino de geografia nesse confronto, precisamos fazer um resgate histórico da maneira como a própria ciência geográfica era tratada no Brasil, principalmente durante o século XX.

Tendo em vista que a luta para os direitos humanos serem acessados de forma democrática a todos os seres humanos presentes em um espaço em comum passa primordialmente pela educação, é necessário fazer uma análise detalhada sobre como o fazer educacional formal – o processo de ensino-aprendizagem oferecido pelo Estado nos órgãos de ensino, as escolas – é norteado pelos aparatos legais redigidos e impostos pelo Estado. Dentre os documentos que ditam sobre as características e o fazer correto da educação, os mais destacantes são: Os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN; a Base

Nacional Comum Curricular – BNCC. Trataremos agora sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais.

Os PCN foram elaborados com o objetivo de aprofundar o debate educacional em seu espaço físico e com seus participantes (escolas, pais, governo, sociedade), visando uma transformação positiva no sistema educacional brasileiro. O surgimento dos PCNs tem como objetivo primordial servir de apoio às discussões e o desenvolvimento do projeto educativo da escola, de modo que busque

respeitar diversidades regionais, culturais, políticas existentes no país e, de outro, considerar a necessidade de construir referências nacionais comuns ao processo educativo em todas as regiões brasileiras. Com isso, pretende-se criar condições, nas escolas, que permitam aos nossos jovens ter acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários ao exercício da cidadania. (PCN, p.5)

Falando especificamente no caso do ensino fundamental e o seu terceiro e quarto ciclo, os PCNs trazem especificamente como objetivos que os alunos desse ciclo tenham a capacidade de:

- compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito; posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas (...) conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais (...) questionar a realidade formulando-se problemas e tratando de resolvê-los, utilizando para isso o pensamento lógico, a criatividade, a intuição, a capacidade de análise crítica, selecionando procedimentos e verificando sua adequação. (PCNs, p.8)

3.1.1 Breve histórico da trajetória da Geografia no Brasil

A Geografia, em suas diversas conceituações, pode ser rasamente definida como a ciência que estuda o ser humano e suas interações com o meio, o espaço que ele ocupa e vive. Por se tratar de uma ciência, ela é dotada de instrumentos e métodos de um rigor no seu fazer que lhe caracterizam assim. A geografia busca, por meio da compreensão espacial e social, uma intervenção na realidade social e espacial estudada.

Por meio dela podemos compreender como diferentes sociedades interagem com a natureza na construção de seu espaço, as singularidades do lugar em que vivemos, o que o diferencia e o aproxima de outros lugares e, assim, adquirir uma consciência maior dos vínculos afetivos e de identidade que estabelecemos com ele. (PCNs, p.15)

Não é incorreto afirmar então que a Geografia como meio de compreensão da construção e interação do ser humano com o seu meio físico e sociocultural tem papel fundamental nas lutas pelos direitos igualitários entre os povos que ocupam este mesmo espaço.

Buscando historicamente o papel e a atuação da Ciência Geográfica no Brasil, chegamos ao conhecimento que a Geografia teve sua inserção no cotidiano escolar no início do século XIX, com a fundação do Colégio Pedro II, mais precisamente no ano de 1837. O colégio Pedro II foi de grande importância para a inserção da Geografia no campo escolar ao adotar ela como disciplina.

Um fato histórico se deu no século XX no ano de 1934, quando foi criado junto à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras na Universidade de São Paulo (USP) o curso superior de Geografia, que contou em primeiro momento com professores vindos da França, sofrendo forte influência da Geografia Lablacheana. A Geografia como ciência nesse momento era, como basicamente todas as ciências humanas na época, marcada por um forte positivismo que serviam como alicerce metodológico. A geografia positivista dava ênfase aos estudos regionais, buscando explicações objetivas e quantitativas da realidade, o que acabou imprimindo um mito na geografia, o mito de ser uma ciência neutra e não-politizada. Para La Blache, a geografia era ciências dos lugares, não dos homens. Sendo o conceito de lugar e região sendo sempre marcados como “*dimensões objetivas resultantes das interações entre o homem e a natureza.*” (PCNs, p.19).

O conceito de região por exemplo, foi durante um momento estudado na sua dimensão territorial, explicando as diversidades regionais do mundo na forma de território.

A influência da escola francesa de La Blache e suas correntes, a partir da década de 1960, foram denominadas como Geografia Tradicional. A Geografia Tradicional, mesmo valorizando o papel do homem como sujeito histórico no espaço ocupado por ele, trazia consigo o fundamentalismo de analisar a organização do espaço como lugar e território e vendo as relações do homem com o meio mais como processos adaptativos, objetivos. “*Estudavam-se as populações e os homens como coisas objetivas, nas quais a*

sociedade e o espaço emergiam das ações humanas desprovidas de quaisquer intencionalidades ou ideologias.” (PCNs, p.20)

Devido à carga histórica atribuída a Geografia ser uma ciência objetiva e principalmente descritiva das ações ocorridas em determinado espaço, a geografia adquiriu fortemente um sentimento (ainda atual, principalmente no seu fazer educacional, nas salas de aulas) de ser um estudo descritivo das paisagens naturais e humanizadas dissociadas dos sentimentos dos seres presentes naquele espaço, sendo assim então feito o seu ensino nas instituições de educação:

Os procedimentos didáticos adotados promoviam principalmente a descrição e a memorização dos elementos que compõem as paisagens como dimensão observável do território e do lugar. Os alunos eram orientados a descrever, relacionar os fatos naturais e sociais, fazer analogias entre eles e elaborar suas generalizações ou sínteses. Explicá-las sim, porém evitando qualquer forma de compreensão ou subjetividade que confundisse o observador com o objeto de análise. (PCNs, p. 21)

As duas guerras mundiais serviram, com toda sua barbárie, para demonstrar mais fortemente o desenvolvimento do capitalismo como potência política e econômica global e o monopólio do poder do capital concentrado em pouquíssimos grupos.

O desenvolvimento urbano e o surgimento das megalópoles aparecem ao mesmo tempo que o espaço rural e agrário sofrem modificações estruturadas pela Revolução Verde em decorrência da industrialização e mecanização dessas atividades. As desigualdades sociais vão surgindo cada vez mais evidentemente com o crescimento desenfreado e não planejado do meio urbano, acarretando o surgimento das favelas, guetos, periferias, entre outros.

O período pós-segunda guerra mundial foi especialmente de complexa compreensão devido ao confronto político doutrinário entre as vertentes Socialistas (sistema econômico e social defendido pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e seus aliados) e Capitalistas (com monopólio da força imperial dos Estados Unidos e seus aliados).

As desigualdades óbvias e estampadas no meio vivido pelo ser humano tornou possível a realização de um desprendimento da visão ingênua, isenta e errônea da geografia como ciência neutra, objetiva e que estudava os fatos ocorridos isoladamente de seus sujeitos para instaurar um senso de questionamento daquela realidade e com objetivo de planejar métodos e alternativas para alteração do paradigma dominante.

Foi percebido que as diferenças entre povos, regiões, lugares, paisagens tinham raízes profundas e históricas, não sendo resultadas de forças espontâneas. As desigualdades no desenvolvimento dos lugares eram oriundas de conflitos de classes sociais e nas formas que essas estabeleciam-se entre si dentro dessa sociedade.

Mediante esse despertar da consciência, os métodos e teorias utilizados pela então Geografia Tradicional foram ditas obsoletas para apreensão da complexidade do espaço físico e sociocultural. Não bastava somente descrever e decorar as características dos lugares, tornou-se necessário a aplicação de estudos que buscassem analisar as ideologias políticas, econômicas e sociais que disseminavam e impunham poder nesses espaços. A partir da década de 1960, tomando como fonte a teoria marxista, surge uma onda crítica e contrária à Geografia Tradicional, difundindo então a Geografia Marxista, também conhecida como Geografia Crítica Marxista, que foca seus esforços em preocupar-se com

as relações entre a sociedade, o trabalho e a natureza na produção e apropriação dos lugares e territórios. Ou seja, os geógrafos procuraram estudar a sociedade mediante as relações de trabalho e da apropriação humana da natureza para produzir e distribuir os bens necessários às condições materiais que a garantem. Criticou-se a Geografia Tradicional, que naturalizava a ação do Estado e das classes sociais dominantes, propondo uma Geografia das denúncias e lutas sociais. (PCNs, p.21)

Essa nova perspectiva geográfica trouxe uma série de mudanças, principalmente a partir da década de 80, fazendo a geografia ganhar conteúdos políticos que julgavam necessários na formação do cidadão. No ramo da educação, essa nova geografia trazia consigo uma maneira inédita de interpretar as categorias geográficas (espaço, território, paisagem, lugar) e serviu como influência para uma série de propostas curriculares voltadas para o segmento da então chamada quinta a oitava séries (atualmente, sexto ao novo ano do ensino fundamental).

Porém, no fazer cotidiano de ensino de geografia, a maioria dos professores e educadores geográficos mantinham ainda uma postura didática tradicional, mantendo-se despolitizados e descritivos, o que gerou uma enorme contradição entre a teoria dos livros didáticos que exploravam a dimensão marxista crítica e o cotidiano prático.

É inegável a contribuição do marxismo para o aluno compreender e explicar o processo de produção do espaço. É por meio dele que se poderá chegar a compreender as desigualdades na distribuição da renda e da riqueza que se manifestam no espaço pelas contradições entre o espaço produzido pelo trabalhador e aquele de que ele se apropria, tanto no campo como na cidade. Nesse sentido, categorias do marxismo como relações sociais de produção, modos de produção, meios de

produção, forças produtivas, formação social, são fundamentais para revelar ao aluno condições concretas do seu cotidiano na sociedade.

3.2 A GEOGRAFIA NO CONTEXTO DOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS E DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

A geografia assume um papel de relevância essencial no contexto dos Parâmetros Curriculares Nacionais por ser uma área teoricamente comprometida que a transformação do mundo seja compreensível para os alunos. A geografia almeja, por meio do ensino, a busca da noção de conquista da cidadania do ser humano. Ela tem como finalidade a análise das relações ocorridas entre o processo histórico na formação das sociedades humanas e o funcionamento da natureza por meio da leitura do lugar, do território, da paisagem, trabalhando diferentes noções e conceitos espaciais e temporais, fenômenos sociais, culturais e naturais característicos de cada espaço.

Tomando essa descrição como sentido puro, a análise da paisagem deve ser enfatizada nas dinâmicas de transformações e não apenas a descrição neutra e não-politizada, tomando como base um mundo estático.

É preciso observar, buscar explicações para aquilo que, em determinado momento, permaneceu ou foi transformado, isto é, os elementos do passado e do presente que neles convivem (...) Assim, o espaço na Geografia deve ser considerado uma totalidade dinâmica em que interagem fatores naturais, sociais, econômicos e políticos. Por ser dinâmica, ela se transforma ao longo dos tempos históricos e as pessoas redefinem suas formas de viver e de percebê-la.” (PCNs, p.27)

Trabalhar com os estudantes do ensino fundamental (faixa etária entre 7 e 14 anos) as noções de espaço perpassa primeiramente sobre a consideração de compreender subjetivamente a paisagem como lugar, que ganha significados para aqueles que a constroem/modificam e ali vivem. É imprescindível analisar quais são as categorias da Geografia mais se adequam para os alunos em cada etapa da escolaridade. Assim, o conceito de espaço deve ser o objeto central de estudo e as categorias território, região, paisagem e lugar devem ser abordadas como seu desdobramento.

O estudo de Geografia possibilita aos alunos a compreensão de sua posição no conjunto das relações da sociedade com a natureza; como e por que suas ações, individuais ou coletivas, em relação aos valores humanos ou à natureza, têm conseqüências (tanto para si como para a sociedade). Permite também que adquiram conhecimentos para compreender as atuais redefinições do conceito de nação no mundo em

que vivem e perceber a relevância de uma atitude de solidariedade e de comprometimento com o destino das futuras gerações. (PCNs, p. 29)

Tendo abordado esses aspectos históricos e característicos da geografia como ciência a ser ensinada e vivenciada, entraremos agora especificamente no quesito ensino-aprendizagem. Independentemente da perspectiva geográfica e do contexto cronológico, a metodologia mais comum e disseminada de ensinar Geografia tem sido pelo uso do livro didático em conjunto com o discurso do professor.

Discurso esse que sempre parte de alguma noção ou conceito-chave pré-estabelecido e que dita sobre algum fenômeno social, cultural ou natural, explicado em vasta maioria das vezes de forma desconexa e descontextualizada do lugar em que encontram inseridos os alunos e o próprio professor.

Novas metodologias e teorias pedagógicas que geram abordagens diferentes do ensino em geral (incluindo claro, a geografia) tem buscado práticas que permitam colocar aos alunos as diferentes situações de vivência com os lugares, no objetivo de alcançar um grau de familiaridade e compreensão mais profundas e reflexivas a respeito destes lugares e seus agentes.

Essas práticas envolvem procedimentos de problematização, observação, registro, descrição, documentação, representação e pesquisa dos fenômenos sociais, culturais ou naturais que compõem a paisagem e o espaço geográfico, na busca e formulação de hipóteses e explicações das relações, permanências e transformações que aí se encontram em interação. (PCNs, p.30)

Os Parâmetros Curriculares Nacionais colocam como objetivo geral da área da Geografia os seguintes tópicos:

conhecer o mundo atual em sua diversidade, favorecendo a compreensão, de como as paisagens, os lugares e os territórios se constroem; identificar e avaliar as ações dos homens em sociedade e suas conseqüências em diferentes espaços e tempos, de modo que construa referenciais que possibilitem uma participação propositiva e reativa nas questões socioambientais locais; conhecer o funcionamento da natureza em suas múltiplas relações, de modo que compreenda o papel das sociedades na construção do território, da paisagem e do lugar; compreender a espacialidade e temporalidade dos fenômenos geográficos estudados em suas dinâmicas e interações; compreender que as melhorias nas condições de vida, os direitos políticos, os avanços tecnológicos e as transformações socioculturais são conquistas ainda não usufruídas por todos os seres humanos e, dentro de suas possibilidades, empenhar-se em democratizá-las; conhecer e saber utilizar procedimentos de pesquisa da Geografia para compreender a paisagem, o território e o lugar, seus processos de construção, identificando suas relações, problemas e contradições; orientá-los a compreender a importância das diferentes linguagens na leitura da paisagem, desde as imagens, música e literatura de dados e de

documentos de diferentes fontes de informação, de modo que interprete, analise e relacione informações sobre o espaço; saber utilizar a linguagem gráfica para obter informações e representar a espacialidade dos fenômenos geográficos; valorizar o patrimônio sociocultural e respeitar a sociodiversidade, reconhecendo-os como direitos dos povos e indivíduos e elementos de fortalecimento da democracia. (PCNs, p.35)

Um ponto decisivo e essencial para esse trabalho sobre movimentos sociais e direitos humanos, constado nos PCNs é o ponto da Ética no ensino de Geografia. Os PCNs trazem que os conteúdos selecionados para o ensino de Geografia na educação do ensino fundamental tem que tratar de reafirmar valores democráticos por meio da busca de uma sociabilidade que permita a expressão das diferenças e de conflitos.

Basicamente os conteúdos principais trabalhados no documento de Ética são o respeito mútuo, a justiça, o diálogo e a solidariedade, que aparecem traduzidos nos eixos propostos em Geografia quando se valorizam os lugares como expressão de uma identidade (...) O ensino de Geografia muito pode contribuir para a formação ética, na medida em que se direcione a aprendizagem ao desenvolvimento de atitudes, como a confiança dos alunos na própria capacidade e na dos outros para construir conhecimentos sobre os lugares e paisagens, explicando e compreendendo a sua história e o seu presente. (...) A construção de uma visão solidária de relações humanas nas aulas de Geografia contribuirá para que os alunos superem o individualismo por meio do diálogo e da valorização da interação e da troca, percebendo que as pessoas se complementam e dependem umas das outras. Percebendo também que os lugares são produtos de ações coletivas que podem ser menos discriminatórias e menos hierarquizadas (PCNs, p.42-43)

Ao trazer que o ensino de Geografia deve ser inserido e realizado tratando com a presença dos chamados Temas Transversais (conteúdos que são articulados requerendo tratamento de variadas áreas do conhecimento, não sendo restringido a uma ciência em particular), os PCNs teoricamente colaboram com o trabalho de questões de cunho social, abordando demandas urgentes. Temas transversais comumente vistos no ensino da Geografia englobam: a Ética, o Meio Ambiente, a Pluralidade Cultural, Saúde, Trabalho e Consumo, entre outros.

Dois dos temas transversais necessários para tratar da problemática do racismo e da homofobia presentes historicamente na sociedade brasileira são: a ética, a pluralidade cultural e a orientação sexual (que está sob os cuidados da Educação Sexual). Ao trabalhar os conceitos como: a caracterização dos espaços dos diferentes segmentos culturais que marcam a população brasileira, os estudos de como as paisagens, lugares e regiões brasileiras, o ensino de geografia pode mostrar ao aluno as contribuições significativas

efetivadas pelos os grupos minoritários e não hegemônicos ocupando determinado espaço.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), projetada pelo governo para ser um documento de caráter normativo que define as aprendizagens que os alunos devem exercitar e desenvolver ao longo da sua etapa escolar. A LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de nº 9.394/1996) diz que a BNCC deve servir como norteador dos currículos de sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas e também das propostas pedagógicas de todas as escolas (de cunho privado e público) de todos os níveis de ensino (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio). A Base estabelece

conhecimentos, competências e habilidades que se espera que todos os estudantes desenvolvam ao longo da escolaridade básica.

A BNCC nos apresenta com o conceito que

a educação geográfica contribui para a formação do conceito de identidade, expresso de diferentes formas: na compreensão perceptiva da paisagem, que ganha significado à medida que, ao observá-la, nota-se a vivência dos indivíduos e da coletividade; nas relações com os lugares vividos; nos costumes que resgatam a nossa memória social; na identidade cultural; e na consciência de que somos sujeitos da história, distintos uns dos outros e, por isso, convictos das nossas diferenças. (BNCC, p.359)

A BNCC também reconhece como desafio a ser superado o estigma que a geografia carrega de ser apenas uma descrição de informações e fatos do dia a dia, restrita apenas ao contexto imediato da vida dos sujeitos. Superar essa condição meramente descritiva da Geografia exige o domínio então de conceitos da geografia que permitem novas maneiras de ver o mundo e compreender o espaço vivido e ocupado pelo ser humano, de maneira ampla e crítica com suas múltiplas relações. Para conseguir solucionar esse desafio, a BNCC dividiu a geografia em cinco unidades temáticas comuns ao longo do ensino, que vão sendo trabalhadas em progressão.

Essas unidades são: **O sujeito e seu lugar no mundo** (ênfase nas noções de pertencimento e identidade, ampliando as experiências com o espaço e o tempo vivenciados pelo estudante, valorizando a dinâmica das relações sócio e étnico-raciais); **Conexões e escalas** (articulação de diferentes espaços e escalas de análises, compreender relações existentes entre fatos nos níveis locais e global e as interações multiescalares existentes); **Mundo do Trabalho** (processos e técnicas construtivas trabalhistas em diversos tempos, características das atividades produtivas e funções socioeconômicas dos setores econômicos, processo de produção do espaço agrário e industrial, alterações

provocadas pelo processo produtivo e do trabalho); **Formas de representação e pensamento espacial** (domínio da leitura e elaboração de mapas e gráficos, a chamada alfabetização cartográfica desenvolvendo o raciocínio geográfico, o pensamento espacial, conceitos como localização, ferramentas cartográficas) e **Natureza, ambientes e qualidade de vida** (articulação da geografia física e da humana, as mudanças ocorridas no meio pelas comunidades, o uso de recursos e seus impactos socioambientais, relações entre natureza, ambiente e atividades antrópicas e suas escalas políticas, econômicas e ambientais).

Essas unidades propostas pela BNCC carregam em comum o destaque aos aspectos relacionados ao exercício da cidadania e à aplicação de conhecimentos da Geografia para situações e problemas da vida cotidiana, tais como:

estabelecer regras de convivência na escola e na comunidade; discutir propostas de ampliação de espaços públicos; e propor ações de intervenção na realidade, tudo visando à melhoria da coletividade e do bem comum (...) reconhecer e comparar as realidades de diversos lugares de vivência, assim como suas semelhanças e diferenças socioespaciais, e a identificar a presença ou ausência de equipamentos públicos e serviços básicos essenciais (como transporte, segurança, saúde e educação) (...) espera-se que os alunos compreendam os processos que resultaram na desigualdade social, assumindo a responsabilidade de transformação da atual realidade, fundamentando suas ações em princípios democráticos, solidários e de justiça. (BNCC, p.362-365)

Além de legislar e normatizar sobre o conteúdo e o ensino de geografia, a BNCC apresenta também as chamadas 7 competências específicas da geografia que devem ser desenvolvidas pelos alunos. São elas:

1. Utilizar os conhecimentos geográficos para entender a interação sociedade/ natureza e exercitar o interesse e o espírito de investigação e de resolução de problemas.
2. Estabelecer conexões entre diferentes temas do conhecimento geográfico, reconhecendo a importância dos objetos técnicos para a compreensão das formas como os seres humanos fazem uso dos recursos da natureza ao longo da história.
3. Desenvolver autonomia e senso crítico para compreensão e aplicação do raciocínio geográfico na análise da ocupação humana e produção do espaço, envolvendo os princípios de analogia, conexão, diferenciação, distribuição, extensão, localização e ordem.
4. Desenvolver o pensamento espacial, fazendo uso das linguagens cartográficas e iconográficas, de diferentes gêneros textuais e das geotecnologias para a resolução de problemas que envolvam informações geográficas.
5. Desenvolver e utilizar processos, práticas e procedimentos de investigação para compreender o mundo natural, social, econômico, político e o meio técnico-científico e informacional, avaliar ações e propor perguntas e soluções (inclusive tecnológicas) para questões que requerem conhecimentos científicos da Geografia.
6. Construir argumentos com base em informações geográficas, debater e defender ideias e pontos de vista que respeitem e promovam a consciência

socioambiental e o respeito à biodiversidade e ao outro, sem preconceitos de qualquer natureza. 7. Agir pessoal e coletivamente com respeito, autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, propondo ações sobre as questões socioambientais, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários. (BNCC, p.366)

A BNCC propõe que no 2º ano do ensino fundamental na Unidade Temática “O sujeito e seu lugar no mundo apresente aos alunos o conhecimento sobre convivência e interações entre pessoas na comunidade, com intuito de desenvolver habilidades de comparar costumes e tradições de diferentes populações inseridas no bairro ou comunidade em que vive, reconhecendo a importância do respeito às diferenças. Já no 4º ano, é proposto trabalhar temas como território e diversidade cultural e territórios étnico-culturais, para:

selecionar, em seus lugares de vivência e em suas histórias familiares e/ou da comunidade, elementos de distintas culturas (indígenas, afro-brasileiras, de outras regiões do país, latino-americanas, europeias, asiáticas etc.), valorizando o que é próprio em cada uma delas e sua contribuição para a formação da cultura local, regional e brasileira (...) Identificar e descrever territórios étnico-culturais existentes no Brasil, tais como terras indígenas e de comunidades remanescentes de quilombos, reconhecendo a legitimidade da demarcação desses territórios.” (BNCC, P.377)

No 5º ano, é tido como objeto de conhecimento o estudo das diferenças étnico-raciais e étnico-culturais e desigualdades sociais, para “identificar diferenças étnico-raciais e étnico-culturais e desigualdades sociais entre grupos em diferentes territórios. E identificar as formas e funções das cidades e analisar as mudanças sociais, econômicas e ambientais provocadas pelo seu crescimento.” (BNCC, p.379)

Quando entra no ensino fundamental II, que abrange do 6º ao 9º do ensino fundamental, uma característica marcante do ensino é que as aulas de Geografia deixam de ser ministradas por pedagogos e passam a ser ministradas pelos denominados professores especialistas, formados na área de atuação. Ou seja, a disciplina Geografia é de responsabilidade do professor formado no ensino superior em Geografia.

É aí então que entra mais fortemente a Geografia e sua possibilidade de ser uma ferramenta poderosa e aliada na desconstrução e transformação do mundo e da realidade presente. A Geografia e o seu ensino teriam poder para alterar significativamente os rumos sociais e culturais de uma sociedade só por meio do ensino?

Como demonstrado anteriormente, os aparatos legais do Estado Brasileiro que ditam as normativas sobre o ensino de Geografia abordam (mesmo que breve e insuficientemente) a questão da diversidade social, racial e cultural no país. São temas

que necessitam de serem trabalhados e construídos com os alunos juntamente com os conceitos de cidadania, ética e respeito. Porém, além de ter a possibilidade defendida por legislação de trabalhar esses temas, é necessário que alguns dos principais agentes da educação e do ensino-aprendizagem estejam dispostos: os professores, a equipe pedagógica escolar e os pais e alunos.

A luta emancipatória definitiva dos movimentos sociais, principalmente os movimentos LGBTQI+ e negros, apenas terão progresso na ruptura da opressão se a educação for direcionada para os caminhos de uma crítica real e efetiva.

A Geografia é por si só uma ciência que trata desse caminho crítico e nos coloca diante de um espaço que é permanentemente contraditório, mas também é um espaço de luta e recomposição de movimentos constituídos historicamente; assim, as opressões são substituídas pelas lutas e pela direção de um conhecimento que liberta e com isso é possível fundamentar novos espaços de ação efetiva contra o racismo, contra a homofobia, contra a violência e essa estrutura que mata.

É preciso uma Geografia constante na luta pelos direitos humanos, pela democracia e contra toda forma de opressão. Essa Geografia somente poderá ser consolidada na escola e uma escola que seja promotora de espacialidades oriundas diretamente das lutas dos movimentos negros e LGBTQI+.

CONCLUSÃO

O caminho das lutas emancipatórias de brasileiros e brasileiras não foi e não é fácil, desta forma, a presente dissertação procurou enumerar os processos históricos mais recentes das lutas empreendidas diretamente pelos movimento negro e LGBT.

Esses movimentos sociais são de grande importância para a promoção de uma cultura política democrática com a qual é possível estimular e fixar as diferenças como um ponto positivo para a sociedade. Uma sociedade saudável necessitar ser plural e pautada no respeito, diversidade e no amor, pois todos os seres humanos independente de raça, cor, gênero, identidade sexual são dignos de viver gozando de seus direitos por completo.

A sociedade pautada na desigualdade e fortalecida pelo capitalismo selvagem que lucra com a opressão e repressão necessita ter como caminho principal e inicial o investimento pesado em educação e ensino como emancipação e construção do ser humano pensante e crítico.

A geografia por ciência tem o dever de estimular os seres humanos a pensarem suas ações e consequências no espaço que ocupam, espaço este que transforma e é transformado simultaneamente incessavelmente.

O desenvolvimento desse trabalho foi de grande relevância para pensarmos como as questões sociais são diretivas na construção da democracia; assim, os movimentos LGBTs, no início da década de 1970, e agora LGBTQI+, foram significativos para comporem o que temos como democracia, ou seja, os movimentos pelos direitos humanos a partir das questões do movimento gay iniciado na década de 1970 trouxeram uma capacidade para ampliarmos as demandas de nossa própria composição democrática pelas questões políticas, pois os direitos civis como o casamento homoafetivo foi um grande desafio para estabelecer um diálogo com a sociedade e garantir que a liberdade individual fosse uma composição das políticas democráticas.

O movimento negro foi a grande inspiração para todos os outros movimentos de lutas pelos direitos humanos e pela ampliação e aperfeiçoamento da democracia. O movimento negro trouxe as questões primeiras para garantir a própria existência física, a própria existência corporal, já que a violência após a abolição fraudulenta e não completa, foi enorme e os direitos constitucionais demoraram muito para serem alcançados.

Os movimentos negros lutaram diretamente contra toda forma de racismo e com isso se apresentaram como homens e mulheres na busca por uma liberdade que garanta a plenitude e a dignidade da existência. As questões culturais e econômicas foram orientadas pela política como ação e desde o movimento negro da década de 1950 temos considerado a capacidade criadora e de ruptura desse movimento; assim, a influência é nacional na composição de uma história e, portanto, de uma espacialidade de luta.

Esse trabalho buscou salientar diretamente as questões que são opostas diretamente a qualquer possibilidade de construir falas, práticas ou ideias racistas ou homofóbicas, assim, esse trabalho tem a preocupação em constituir uma herança de luta e apresentar a história desses homens e mulheres como condição crítica para compor o espaço do ensino de Geografia.

O ensino de Geografia, portanto, não pode ser ausente dessas questões, já que os processos históricos prevalecem no espaço e as diretrizes norteadoras do conhecimento são promoções desse processo. Compreender as formas históricas de repressão contra os direitos humanos e como os mesmos são combatidos é fundamental para constituir um ensino que parte da realidade.

Ensinar Geografia a partir dos movimentos de lutas pelos direitos humanos nos apresenta uma Geografia realmente crítica e livre, uma ciência que ensina pelo cotidiano e tem como fundamento os resultados das promoções históricas das lutas diretas contra toda forma de opressão, todavia, também destacamos nesse trabalho e salientamos que as maiores dificuldades para implementar uma educação geográfica pelos direitos humanos a partir das lutas está na própria legislação e diretrizes educacionais nacionais, pois as mesmas estão vinculadas muito mais a preocupação com as questões que levam a uma cidadania vinculada ao mundo do trabalho e a promoção de um cotidiano desvinculado da História.

É preciso compor uma Geografia que traga os exemplos de lutas sociais para que estudantes da educação básica compreendam a constituição do elementar na formação espacial. Entendemos que este tema é de grande valor para a construção de uma Geografia que faça estudantes compreenderem melhor a produção espacial e sua inserção nesse processo cotidiano. É preciso ensinar que o espaço é resultado de processos de opressão pelo racismo, preconceito, homofobia, violência e silenciamento, ao mesmo tempo, as lutas dos movimentos gays e negro, iniciadas conjuntamente na ditadura militar, trouxeram as evidências e as provas materiais de uma História contraditória e que as contradições precisam de evidências, lutas e superação.

Diante de tudo isso é preciso fortalecer cada vez mais as lutas contra o racismo, o preconceito e a homofobia, pois essas lutas diretamente compostas pelos movimentos sociais evidenciam os direitos humanos como algo ligado diretamente as lutas e aos enfrentamentos e devem ser ensinados pela Geografia Escolar.

Os movimentos negro e LGBTII+ assumiram uma postura irreversível: lutar continuamente pelo bem daqueles que são oprimidos e com isso também lutar por todos os brasileiros e brasileiras.

Deve a Geografia ensinar a reivindicação de direitos humanos e promover pelo conhecimento espacial as resistências, as lutas e os enfrentamentos de forma contínua e que possa ser competente para ensinar sobre o valor da vida na perspectiva da ética, do respeito e da dignidade da pessoa humana. Para isso entendemos que é preciso construir a educação geográfica sobre os movimentos de lutas e dialogar contra tudo que não seja ético revelando para os estudantes da educação básica uma educação para além dos ditames homogeneizadores de uma sociedade alienada e vinculada sempre a projetos preconceituosos de existência.

Neste sentido, é preciso superar essa escola que busca no trabalho e na cidadania uma condição de conhecimento que não vincula a superação da própria realidade. É fundamental resgatar a perspectiva etnocêntrica africana e afro-brasileira para subtração de uma Geografia que busca compreender o mundo de forma homogeneizadora e não pelas diferenças processadas historicamente; assim, o resgate das lutas dos movimentos negro e LGBTQI+ são construções de sentidos, de identidades e de coletividade numa perspectiva de uma espacialidade voltada para a ampliação permanente dos direitos humanos e da democracia brasileira.

REFERENCIAL

BARBOSA, Tulio. A miséria da geografia escolar e a resposta anticolonialista. **Ciência Geográfica** - Bauru - XXIV - Vol. XXIV - (1): Janeiro/Dezembro – 2020. Disponível em:

https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXIV_1/agb_xxiv_1_web/agb_xxi_v_1-09.pdf

BEDIN, G. A., NIELSSON, J. G. **A crise da década de 1970: observações sobre as ideias neoliberais e suas consequências.** In: COSTA, L. C., NOGUEIRA, V. M. R., e SILVA, V. R., orgs. *A política social na América do Sul: perspectivas e desafios no século XXI* [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2013, pp. 27-41.

BORTOLINI, A.; PIMENTEL, T. Direito à educação de pessoas LGBT. **Revista Científica de Direitos Humanos**, v. 1, n. 1, p. 82 a 104, 23 nov. 2018. Disponível em: <https://revistadh.mdh.gov.br/index.php/RCDH/article/view/24/5>

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2018. Pp. 359-398.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental - Geografia.** Secretaria de Educação Fundamental. Brasília : MEC/ SEF, 1998.

CÂNDIDO, Ingrid Maria Bezerra. **Ditadura, cultura e homossexualidades: o Lampião da Esquina e a Manifestação Cultural de Minoria (1978 - 1981).** 2017. 64 f. TCC (Graduação) – Curso de Bacharelado em História, Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/19291/1/2017_IngridMariaBezerraCandido_tcc.pdf
>. Acesso em: 28 de Agosto 2020

CARDOSO, R. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In SORJ, B., and ALMEIDA, MHT., orgs. **Sociedade e política no Brasil pós-64.** Rio de Janeiro: Centro

Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/b4km4/pdf/sorj-9788599662632-09.pdf>

CARMO, Cláudio Márcio do. **Grupos minoritários, grupos vulneráveis e o problema da (in)tolerância: uma relação linguístico-discursiva e ideológica entre o desrespeito e a manifestação do ódio no contexto brasileiro.** Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 64, p. 201-223, ago. 2016.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos.** Tempo [online]. 2007, vol.12, n.23, pp.100-122. ISSN 1980-542X. <https://doi.org/10.1590/S1413-77042007000200007>

FACCHINI, R.. **Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico.** Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth (UNICAMP), Campinas, v. 10, n.18/19, p. 84-122, 2003.

FEATHERSTONE, Mike. (Org.). **Cultura global: nacionalismo, globalização e modernidade.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

FERNANDES, Florestan. **Significado do protesto negro.** São Paulo, Editora Cortez, 1989. Coleção polêmicas do nosso tempo, v. 33).

GERBASE, Ana Brusolo. **A constituição brasileira e seus valores perdidos.** Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://www.oabrij.org.br/artigo/constituicao-seus-valores-perdidos-ana-brusolo-gerbase>. Acessado em 02 de Novembro de 2020.

GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio (org.). **Experiências da emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980)** São Paulo: Selo Negro, 2011. (ebook).

GUISOLPHI, A. J. **As marchas da família com deus pela liberdade: ideologias e práticas católicas no golpe militar de 1964.** O Brasil no Sul: cruzando fronteiras entre

o regional e o nacional / X Encontro Estadual de História de 26 a 30 de julho de 2010, v. 3, p. 01-24, 2010.

HABERT, N. **A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira.** – São Paulo: 3ª Ed.: Editora Ática, 1996.

H. Cunha Jr. **Textos para o movimento negro.** São Paulo, EDICON, 1992.

JACOBI, Pedro. “Movimentos populares urbanos e resposta do Estado: autonomia e controle popular vs. cooptação e clientelismo”. In: Boschi, Renato Raul (org.). **Movimentos coletivos no Brasil urbano.** Rio de Janeiro: Zahar, 1983, pp. 145-179.

KÖSSLING, Karin Sant’anna. Vigilância e repressão aos movimentos negros (1964-1983). In: GOMES, Flávio; DOMINGUES, Petrônio. **Experiências da emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980)** / Flávio Gomes, Petrônio Domingues (orgs.). — São Paulo : Selo Negro, 2011. (ebook)

KLOSTER, S. H.; FERMENTÃO, C.A.G.R. . **O preconceito que gera homofobia, fruto do desrespeito aos direitos personalíssimos e a dignidade do homossexual.** Sistema Jurídico e Direitos Fundamentais, Individuais e Coletivos. XXIed.Uberlandia: , 2012, v. XXI, p. 13419-13441.

MATOS, Olgaria C. F. **Paris 1968: As barricadas do desejo,** Ed. Brasiliense, 1981.

MENDES, Ricardo Antonio Souza. Marchando com a família, com Deus e pela liberdade: o "13 de Março" das direitas. **Varia hist.,** Belo Horizonte, v. 21, n. 33, p. 234-249, 2005. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752005000100012&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 02 Setembro de 2020.

MOEHLECKE, Sabrina. Ações Afirmativas no Brasil: um histórico do seu processo de construção. In: FONSECA, Marcus Vinícius. **A história da educação dos negros no**

Brasil. Marcus Vinícius Fonseca; Surya Aaronovich Pombo de Barros (Orgs.). Niterói: EdUFF, 2016, p. 413-438. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4671529/mod_resource/content/0/A%20Historia%20dos%20negros%20na%20educacao%20no%20Brasil%20.pdf.

MOTT, Luiz. **DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA HOMOSSEXUAL NO BRASIL.** In: JOSE GERAL DE SOUZA JR; ALAYDE AVELAR SANTANNA; ALII. (Org.). EDUCANDO PARA OS DIREITOS HUMANOS. PORTO ALEGRE: SINTESE, 2004, v. , p. 215-224.

MOTT, Luiz. **Etno-história da homossexualidade na América Latina.** História em Revista, Pelotas, p. 7-28, 1998.

PEREIRA, M., & SILVA, M. (2016). Percurso da Lei 10639/03: antecedentes e desdobramentos. *Linguagens & Cidadania*, 14(1). doi:<https://doi.org/10.5902/1516849223810>.

PERRUSO, Marco Antonio. **A temática dos movimentos sociais urbanos no Brasil dos anos 1970/80.** Revista Mundos do Trabalho, v. 4, p. 32-56, 2012.

PINTO, Larissa Martins. Chanacomchana é um barato! afetos e pedagogias na imprensa lésbica. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Programa de Pós-Graduação em Educação, Rio Grande/RS, 2020. Disponível em: <https://sis-temas.furg.br/sistemas/sab/arquivos/bdtd/d643c914957f4d446e2269043d4cdd28.pdf>

SANTOS, Jordana de Souza. **O papel dos movimentos sócio-culturais nos “anos de chumbo”.** Baleia na Rede: Revista online do Grupo de Pesquisa em Cinema e Literatura. Vol.1, nº6, Ano VI, Dez. 2009.

SANTOS, Luis Felipe Souza. **HISTÓRIA DO MOVIMENTO LGBT BRASILEIRO:** Interpretações sobre as dinâmicas da interação entre o movimento social e o estado. TCC – Curso de Administração Pública - UFLA – Universidade Federal de Lavras, 2018.

SILVA, J. A. Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo: Malheiros, 1996.

SANSONE, Lívio. **Negritude sem etnicidade**: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil [online]. Salvador: EDUFBA, 2003. (ebook) Disponível em: <http://books.scielo.org>

SÉGUIN, Elida. **Minorias e grupos vulneráveis: uma abordagem jurídica**. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

SILVA, Jonatas C. da. **Movimento negro unificado 1978-1988: 10 anos de luta contra o racismo**. São Paulo: Confraria do Livro, 2009. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/movimento-negro-unificado-1978-1988-10-anos-de-luta-contra-o-racismo-sao-paulo-confraria-do-livro-1988/>

SCHERER-WARREN, Ilse. O Caráter dos Novos Movimentos Sociais. In: SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo J. (orgs.). **Uma Revolução no Cotidiano? Os Novos Movimentos Sociais na América do Sul**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 35-53 (p. 42); GOHN, op. cit., p. 28 e 155; JACOBI, op. cit., p. 147.